

# Experiências e Lutas por Direitos Humanos no Sul Fluminense



**OBSERVATÓRIO DE  
DIREITOS HUMANOS**  
DO SUL FLUMINENSE

ISBN 978-65-00-17814-2

# Experiências e Lutas por Direitos Humanos no Sul Fluminense

ISBN 978-65-00-17814-2

# Ficha Técnica

## **Realização:**

Observatório de Direitos Humanos do Sul Fluminense

## **Organização da publicação:**

Alejandra Luisa Magalhães Estevez

Elaine Ribeiro Sigette

Rafael Mendonça Dias

## **Autores e autoras dos textos:**

Alejandra Luisa Magalhães Estevez

Alice Pereira Tavares

Ana Cabral Rodrigues

Ana Carolina de Meneses Teixeira

Ana Clara Dias Oliveira de Almeida

Ana Paola Frare

Ana Paula Vasconcelos Gonçalves

Anderson Ribeiro Anelise da Costa Andrade

Anelise da Costa Andrade

Beatriz Regina Mobicce Nunes

Bianca Novaes de Mello Crismilla de Souza Silva

Clara Celina Ribeiro da Rosa

Elaine Ribeiro Sigette

Eliana Gonçalves de Souza

Elisa Andrade Costa

Flávia Helena Miranda de Araújo Freire

Gabriel Suckow Leite

Gabriella Teixeira Mateus

Gerson Ramos Brandão

Isabella Ferreira Mendonça

Isadora de Almeida Dutra

Jessica Kelly Soares

José Maria da Silva

Juliana de Freitas Barros Souza

Juliana Pinheiro da Silva

Karen Marcelle Ribeiro

Letícia Bastos de Oliveira

Lígia Graciete Soares da Silva

Lívia Campos Werneck de Andrade

Liz Flôres Fernandes da Silva

Lohany Corona Seabra



Luísa Ferreira Viana  
Luiza Meira do Nascimento  
Maria Clara Almico  
Mariana Gil Massa  
Matheus Gomes dos Santos e Silva  
Nancy Lamenza Sholl da Silva  
Paula Klier  
Rafael Mendonça Dias  
Raíssa Rodrigues Vieira dos Santos  
Sílvia Real  
Sofia Iara Penido Esparza  
Tamara Vicaroni da Silva  
Victoria Lopes Rocha

### **Organizações colaboradoras da publicação:**

Canal Cinema e Sociedade  
Centro Acadêmico Dom Waldyr Calheiros  
Centro de Memória do Sul Fluminense  
Entre Nós - Rede de Cooperação Solidária  
Igreja Batista dos Direitos Humanos  
Instituto Dagaz  
Movimento Ética na Política (MEP)  
Núcleo de Estudos Marxistas

### **Observatório de Direitos Humanos do Sul Fluminense**

#### **Docentes**

Adriana Eiko Matsumoto  
Alejandra Luisa Magalhães Estevez  
Alexandre Bárbara Soares  
Ana Cabral Rodrigues  
Ana Paola Frare  
Anna Cecília Faro Bonan  
Bianca Novaes de Mello  
Carla Appollinario de Castro  
Carlos Eduardo Cunha Martins Silva  
Elaine Ribeiro Sigette  
Flávia Helena Miranda de Araújo Freire  
Lígia Graciete Soares da Silva  
Nancy Lamenza Sholl da Silva  
Rafael Mendonça Dias

#### **Equipe de extensionistas**

Ana Clara de Freitas Soares  
Átila Gargione  
Gerson Ramos Brandão  
Lohany Corona Seabra  
Matheus Gomes dos Santos e Silva  
Sarah Nery Bassoto  
Yasmin Cristine da Silva  
Yuri Saviolo de Souza Amaral  
Zaira Beatriz Alvarenga de  
Mendonça



**Apoio:**

Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense - PROEX UFF  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFF de Volta Redonda - ICHS/UFF

**Revisão final:**

Lúcia Maria de Assis

**Editoração:**

Alejandra Luisa Magalhães Estevez

Elaine Ribeiro Sigette

Rafael Mendonça Dias

Equipe de extensionistas do Observatório de Direitos Humanos do Sul Fluminense

**Capa e diagramação:**

Sarah Nery Bassoto



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Experiências e lutas por direitos humanos no Sul  
Fluminense [livro eletrônico] / organização  
Elaine Ribeiro Sigette, Alejandra Luisa  
Magalhães Estevez, Rafael Mendonça Dias. --  
1. ed. -- Niterói, RJ : Universidade Federal  
Fluminenses, 2021..  
PDF

ISBN 978-65-00-17814-2

1. Cidadania 2. Direitos humanos 3. Direitos  
humanos - Brasil 4. Desenvolvimento 5. Observatório  
de Direitos Humanos do Sul Fluminense (ODH-SF)  
6. Pesquisa I. Sigette, Elaine Ribeiro. II. Estevez,  
Alejandra Luisa Magalhães. III. Dias, Rafael  
Mendonça.

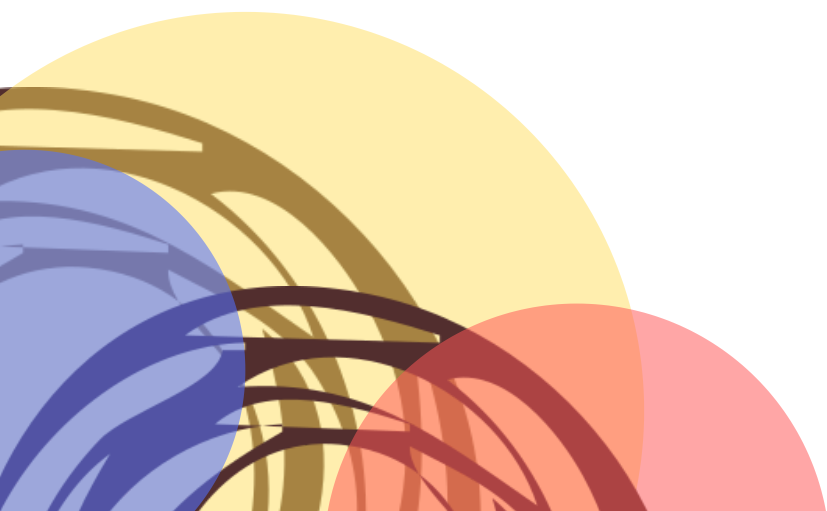
21-57441

CDD-323.40981

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Cidadania : Direitos humanos : Ciências políticas  
323.40981

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964



# Sumário

Apresentação.....	08
<b>A produção social do espaço urbano em Volta Redonda – Alejandra Estevez, Lohany Corona e Maria Clara Almico.....</b>	<b>12</b>
<b>Pistas de uma genealogia da Lei 10.216 e o protagonismo da associação dos usuários de saúde mental de Volta Redonda/RJ em defesa dos direitos humanos – Paula Klier, Flávia H. M. A. Freire e Rafael Dias.....</b>	<b>31</b>
<b>O feminino sob o olhar do jornal O Lingote nas décadas de 60 e 70 – Bianca N. de Mello, Ana Carolina de M. Teixeira, Ana Clara D. O. de Almeida, Crysmilla de S. Silva, Isabella F. Mendonça e Letícia B. de Oliveira.....</b>	<b>60</b>
<b>A situação de trabalho e vida das mulheres da Economia Solidária durante a pandemia da COVID-19 – Elaine R. Sigette, Anelise C. Andrade, Clara C. R. da Rosa e Karen M. Ribeiro.....</b>	<b>81</b>
<b>Núcleo de Atenção à Violência Estrutural: construção de dispositivos clínico-institucionais e estratégias de cuidado – Ana Paola Freire, Gerson Ramos, Juliana de F. B. Souza, Juliana P. da Silva, Lígia G. S. da Silva, Liz F. F. da Silva, Matheus G. dos S e Silva, Nancy L. S. da Silva, Raíssa R. V. dos Santos, Sofia I. P. Esparza e Tamara V. da Silva.....</b>	<b>105</b>
<b>Oficinas de montagem: construções metodológicas e experimentações estéticas em direito à cidade – Ana C. Rodrigues, Alice P. Tavares, Luiza M. do Nascimento, Livia C. W. de Andrade, Eliana G. de Souza, Gerson R. Brandão, Jessica K. Soares, Beatriz R. M. Nunes, Mariana G. Massa, Isadora de Almeida e Anderson Ribeiro.....</b>	<b>117</b>
<b>Parceiros: apresentações e experiências</b>	
<b>Parceiros Internos</b>	
<b>Centro de Memória do Sul Fluminense Genival Luiz da Silva.....</b>	<b>147</b>
<b>Núcleo de Estudos Marxistas.....</b>	<b>150</b>
<b>Ludicidade &amp; Consciência.....</b>	<b>152</b>
<b>Canal Cinema e Sociedade: um olhar com foco na sociedade em movimento.....</b>	<b>155</b>

**Centro Acadêmico Dom Waldyr Calheiros e os direitos fundamentais e a  
pandemia do COVID-19.....157**

**Entre Nós – Rede de Cooperação Solidária: iniciativas, articulações e  
desafios.....161**

## **Parceiros Externos**

**Sondagens populares do MEP: reflexões sobre realidades socioambientais e  
educacionais no Sul Fluminense.....170**

**Igreja Batista dos Direitos Humanos.....187**

**Instituto DAGAZ – 10 anos construindo histórias.....189**

**Sobre os autores.....193**

**Nossos parceiros.....198**

**Contato.....199**



# Apresentação

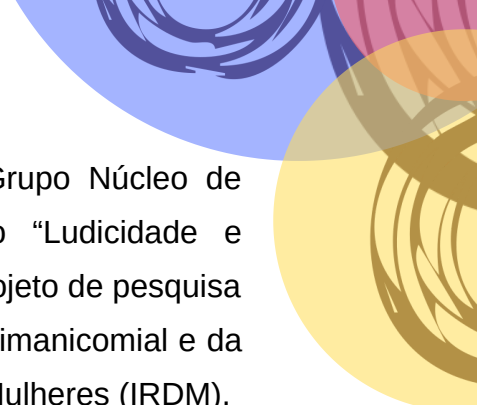
Experiências e lutas por direitos humanos no Sul Fluminense é o primeiro e-book lançado pelo Observatório de Direitos Humanos do Sul Fluminense (ODH-SF). Essa publicação foi pensada no decorrer do ano de 2020. Um ano que definitivamente nunca mais esqueceremos devido à pandemia do COVID-19. Em março de 2020 tivemos que parar com as atividades presenciais na Universidade Federal Fluminense. A ameaça da pandemia chegava até nós e a crise sanitária deixava o mundo em suspenso.

Realizamos a última reunião presencial do Observatório no dia 12 de março, avaliando as incertezas no horizonte e desde então todas nossas reuniões foram feitas remotamente. Foi de modo remoto também que mantivemos nossos laços ativos, sonhamos e resistimos aos tempos pandêmicos.

Durante todo esse tempo, a organização desta publicação foi, ao mesmo tempo, uma ação de produção de conhecimento e um ato político em defesa dos direitos humanos e da vida no território. Enfrentamos os desafios coletivamente, integramos A Rede Entre Nós, e conseguimos consolidar e ampliar as parcerias. Os coletivos, movimentos sociais e organizações parceiras também integram a presente publicação.

Os Observatórios de Direitos Humanos se constituem como via de divulgação de informações importantes sobre a defesa de direitos humanos e a forma de atuação de poderes públicos e organismos internacionais na implementação dos direitos garantidos constitucionalmente e celebrados em diferentes tratados em que o Brasil é signatário. Nesse sentido, funcionam como canais de acolhimento de denúncias e como dispositivo de monitoramento de violações de direitos humanos nos territórios em que atua.

O ODH-SF foi criado no ano de 2017, no âmbito do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS/UFF), a partir de uma articulação entre a Universidade, com professores dos Departamentos de Psicologia, Direito e Multidisciplinar da UFF (ICHS), e os diferentes coletivos e movimentos sociais da região. As atividades do Observatório estão balizadas pela indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e estamos comprometidos com o combate às injustiças sociais e a defesa dos princípios democráticos, compreendendo a função social da Universidade Pública no contexto de sua inserção. A construção dos objetivos, eixos e propostas do Observatório é estruturada de acordo com as demandas territoriais para a garantia de diversos direitos. Atuamos a partir das seguintes linhas: 1. Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA), através do projeto “TECNOFEM – Lugar de fala” e “Rede Entre Nós”;



2. Memória e Acesso à Justiça (MAJ), através dos projetos Grupo Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) e do projeto de extensão e ensino “Ludicidade e consciência”; 3. Direitos Humanos e Saúde Mental, através dos projeto de pesquisa “Genealogia da Lei 10.216” e “Narrativas audiovisuais da Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica no Brasil”; 4. Igualdade Racial e Direito das Mulheres (IRDM), através dos projetos “O feminino no imaginário social da CSN nas décadas de 60 e 70 e o papel ativo das mulheres nas greves da década de 80.”; 5. Violência Estrutural e Reparação Psicossocial (VERP), através do projeto Núcleo De Atenção à Violência estrutural (NAVE); 6. Direito à Cidade, Terra e Território (DCTT), através dos projetos “Direito à Cidade e Luta por moradia” e “Desutilidades Urbanas”.

As atividades do Observatório consistem em ações de extensão como seminários, oficinas, elaboração de documentos técnicos e assessoria aos movimentos sociais, definidos a partir das prioridades elencadas em diálogo com os diferentes coletivos e movimentos que compõem o Observatório. Realizamos, ainda, a oferta de disciplinas optativas, bem como formação de grupos de estudos e trabalho, com articulação interdepartamental, sistematização e análise de dados disponibilizados em plataformas oficiais, monitoramento de políticas públicas e violações de direitos, entre outras ações que podem subsidiar o desenvolvimento de pesquisas capazes de avaliar e fiscalizar as ações dos órgãos estatais e, eventualmente, formular recomendações nas diferentes esferas públicas a construção de novas informações a partir da elaboração de pesquisas, bem como Mais recentemente, o Observatório atua também no programa de pós-graduação lato sensu Políticas Públicas e Direitos Humanos, da UFF modalidade semi-presencial.

A perspectiva dos Direitos Humanos perfaz um modus operandi de inserção profissional e de produção de conhecimento, além de contribuir para a transformação da realidade social e para a consolidação de normativas (nacionais e internacionais), tendo em vista os direitos que devem ser garantidos para a população brasileira. Nesse sentido, a consecução dos trabalhos caminha para a constituição de saberes e práticas transdisciplinares (psicologia, direito, sociologia, antropologia, administração pública, entre outros), visando uma análise crítica da realidade, planejamento cuidadoso das ações e intervenções e construção coletivizada de projetos.

Os leitores encontrarão nos capítulos aqui reunidos as experiências dos projetos de pesquisa e extensão vinculados ao Observatório e que expressam nossas linhas de atuação e inserção comunitária nos territórios de Volta Redonda e da região do Sul Fluminense. Na segunda parte da publicação reunimos as apresentações do trabalho

desenvolvido por nossos parceiros, atores fundamentais que historicamente vêm atuando na luta por direitos e defesa aos direitos humanos.

**A produção social do espaço urbano em Volta Redonda e a luta pela moradia** é o texto que abre a publicação e reflete sobre o processo de ocupação irregular do território em um município que nasceu intimamente atrelado ao desenvolvimento da Companhia Siderúrgica Nacional, a partir da segunda metade do séc. XX. Cidade e trabalho aparecem aqui como eixos estruturantes que nos conduzem, de um lado, pela análise das políticas empresariais e governamentais que desenham e regulam a construção social do espaço urbano e, de outro, pelas lutas pelo direito à cidade, em especial o direito à moradia digna no município.

Em **Pistas de uma Genealogia da Lei 10.216 e o protagonismo da associação dos usuários de saúde mental de Volta Redonda/RJ em defesa dos direitos humanos**, temos contato com a discussão sobre a lei da reforma psiquiátrica brasileira e os efeitos desse marco legal na trajetória de uma associação da luta antimanicomial que atua na cidade de Volta Redonda/RJ - AUFASSAM (Associação de Usuários Familiares e Amigos dos Serviços de Saúde Mental). Na atualidade, a política de saúde mental vem sofrendo retrocessos na aposta antimanicomial. Está em cena uma disputa de narrativa na interpretação da Lei 10.216 no que se refere à existência do hospital psiquiátrico e ao cuidado em liberdade. O texto analisa a lei a partir de uma perspectiva genealógica que coloca em evidência as disputas no campo da saúde mental e os seus efeitos no protagonismo e nos direitos humanos dos usuários.

**O feminino sob o olhar do jornal O Lingote nas décadas de 60 e 70** resulta de um relatório parcial de uma pesquisa sobre o feminino no imaginário social da CSN, durante as décadas de 60 e 70, por meio do jornal O Lingote, a fim de investigar como esse imaginário influenciou a participação das mulheres nas greves e mobilizações sociais da década de 80 na cidade de Volta Redonda. O texto apresenta a análise do levantamento do jornal, relacionando a representação das mulheres ao modelo de “família siderúrgica”, herdeiro do projeto nacional desenvolvimentista. Observa-se que a representação das mulheres no jornal é fortemente atrelada ao desempenho dos papéis sociais relacionados à esfera privada.

**A situação do trabalho e vida das mulheres da Economia Solidária durante a pandemia da COVID-19** do grupo TECNOFEM – Lugar de fala é um projeto que busca, através da metodologia "standpoint feminism", abrir espaço de fala (e escuta) para as diferentes formas de ser e viver o feminino. Neste artigo, acompanharemos o coletivo de mulheres artesãs que fazem parte da Economia Solidária na região sul fluminense,

traçando um perfil sócio econômico.

**Núcleo de Atenção à Violência Estrutural: Construção de dispositivos clínicos-institucionais e estratégias de cuidado.** Reflete sobre alguns percursos e mecanismos de combate à violência estrutural no município de Volta Redonda, através de dispositivos clínico-políticos capazes de intervir e transformar a realidade social de opressão e exploração das camadas mais vulneráveis. Como eixos de atuação emergiram das demandas populares a questão da violência contra a mulher negra; os sobreviventes da ditadura civil-militar; a violência nas escolas, tendo como objeto professores e alunos; e a violência contra profissionais de saúde. Além disso, o artigo ainda nos oferece um panorama da violência estrutural no município através da produção de diagnósticos e intervenções no contexto da pandemia do COVID-19.

Encerrando as publicações do ODH, o artigo **Oficinas de montagem: construções metodológicas e experimentações estéticas em direito à cidade** nos convida a um modo-jogo-caosgráfico de acionar palavras, imagens e memórias em fragmentos. Este modo-jogo tanto se faz presente na metodologia utilizada no projeto, quanto se atualiza na própria textura da escrita aqui apresentada. As “Oficinas de Montagem” configuram um projeto de promoção do direito à cidade por uma tecnologia social baseada num dispositivo dialógico de ocupação urbana desenvolvido junto ao Grupo de Pesquisa em Desutilidades Urbanas (Psi-UFFVR/PPG-Psi-UFF) e à Rede Latino Americana de Imagem e Identidade e Território. Suas estratégias estético-performáticas fazem ver e falar modos de disputar cidade em tensionamentos, composições e troca de saberes por diferentes territórios culturais e junto a coletivos minoritários de Volta Redonda e Niterói – com especial atenção às infâncias em ocupações urbanas.

Na segunda parte da publicação são apresentados os projetos da UFF (ensino, pesquisa e extensão) parceiros do ODH-SF: **Centro de Memória do Sul Fluminense; Núcleo de Estudos Marxistas (NEM / UFF-VR); Ludicidade & Consciência: Memória em jogo; Cinema e Sociedade; Centro Acadêmico Dom Waldyr Calheiros do curso de Direito da Universidade Federal Fluminense, Polo Universitário de Volta Redonda; Entre Nós - Rede de Cooperação Solidária.** Os parceiros externos também contribuíram com relatos de experiência e apresentações de seus trabalhos no território. São eles: **Movimento Ética na Política (MEP); Igreja Batista dos Direitos Humanos; Instituto DAGAZ.**



# **A produção social do espaço urbano em Volta Redonda e a luta pela moradia**

**Alejandra Estevez  
Lohany Corona  
Maria Clara Almico**

## **Introdução**

O presente artigo busca analisar o problema da moradia no município de Volta Redonda que historicamente afeta, sobretudo as famílias de baixa renda. Para tal, iluminaremos, de um lado, as lutas pelo direito à cidade, em especial o direito à moradia digna, travadas desde os anos 1940 pelos trabalhadores e suas famílias e, de outro, as políticas empresariais e governamentais no que se referem à ocupação do território.

Aqui, cidade e trabalho aparecem como eixos estruturantes que nos conduzem pelo processo de ocupação do solo e luta por direitos no município. Embora muitas conquistas tenham sido experimentadas desde a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) na região, ainda nos defrontamos com um quadro de sistemáticas violações aos direitos humanos no município, patrocinadas pela imposição de uma política neoliberal que busca substituir, simbolicamente, a garantia de direitos pela lógica das “oportunidades” e da “meritocracia”.

Apesar da alta concentração populacional nas cidades, sobretudo nas periferias e favelas, com forte concentração da pobreza, apenas nos anos 1990 o tema do Direito à Cidade foi incorporado na Constituição Federal. Levaria, ainda, mais uma década para, através da Lei 10.257/2001, que ficou conhecida como Estatuto da Cidade, a questão da habitação social e da função social da propriedade ser mais plenamente integrada às agendas das políticas sociais dos governos. O Estatuto da Cidade criou, ao menos institucionalmente,



mecanismos de intervenção dos cidadãos no planejamento urbano, através dos planos diretores participativos. Mas não foi sempre assim.

Historicamente, observamos o predomínio do que Maricato (2015) denominou de “analfabetismo urbanístico ou geográfico” nas políticas urbanas, isto é, uma desconexão completa entre as teorias de “desenvolvimento” (pensadas exclusivamente na sua esfera econômica) e o ambiente construído, a questão fundiária e os grupos sociais que habitam esses territórios. A cidade de Volta Redonda (*locus* privilegiado deste estudo e de nossa ação extensionista), concebida dentro do projeto nacional-desenvolvimentista do governo Vargas, revela-se uma região paradigmática para entendermos a relação entre as políticas urbanísticas e as lutas sociais travadas em torno da ocupação do território.

Escolhida para sediar a CSN nos anos 1940, a cidade ganharia centralidade no cenário nacional e seria marcada, dali por diante, por uma forte identidade operária. A questão da moradia e o déficit habitacional, contudo, emergem desde cedo como um problema que nasce junto com a própria cidade. Embora Volta Redonda tenha sido concebida como uma cidade planejada, no processo de desenvolvimento capitalista há sempre aqueles que não cabem no plano, que participam do processo de desenvolvimento à margem dos direitos, invisíveis às autoridades (empresa e Estado), alheios à infraestrutura e equipamentos sociais.

Com a privatização da Companhia, em 1993, o problema do desemprego e do acesso à moradia constituem alguns dos muitos desafios que emergem desta nova conjuntura e a partir dos quais os “novos movimentos sociais” se articulam na luta por direitos (GOHN, 2008). Nesse sentido, não há como analisar a questão urbana e o direito à cidade sem levar em consideração tal contexto histórico e as lutas políticas pelo direito à moradia e à cidade.

Assim, nossa proposta consiste em compreender a produção social do espaço urbano em Volta Redonda (GOTTDIENER, 1983), iluminando o processo de ocupação do solo e construção da cidade em perspectiva histórica, bem como os conflitos sociais que emergem destas conjunturas.



## **O direito à cidade como categoria de emancipação humana**

O direito à cidade configura-se como um direito humano fundamental. Ao elegermos o “direito à cidade” como eixo norteador desta análise, o que buscamos incorporar é a potencialidade da contribuição desta categoria para as lutas antissistêmicas, isto é, a dimensão essencialmente política da afirmação desse direito pelos grupos vulnerabilizados ou sistematicamente subalternizados.

Nesse mesmo sentido, David Harvey (2014, p. 15-16) ressalta que “a ideia do direito à cidade não surge fundamentalmente de diferentes caprichos e modismos intelectuais”, e sim “das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero”, de modo que somente pode ser construída a partir de um método dialético de investigação crítica imanente.

As primeiras aparições do “direito à cidade” em estudos científicos (que não perdiam sua força militante) ocorreram nas áreas de conhecimento da sociologia e da geografia, tendo sido incorporado posteriormente nas mais diversas áreas do saber, inclusive na área jurídica. Hoje é certo que o debate acerca do “direito à cidade” atrai todo o tipo de pesquisador (e militante), sem poder ser reivindicado por nenhuma área específica. Assim, é preciso compreendê-lo como uma categoria consubstancialmente interdisciplinar, ou até mesmo transdisciplinar, posto que busca compreender um sistema total das relações sociais constitutivas do espaço, rompendo as fronteiras da fragmentação do saber.

O principal estudo sobre o tema foi publicado em 1968 com a obra “O direito à Cidade”, de Henri Lefebvre, que demonstrou a captura da produção da cidade pelos capitalistas (dominadores dos “centros de decisão”) e, dialeticamente, propôs o necessário resgate da cidade como um meio para a luta anticapitalista.

Lefebvre (1968) propõe que, tendo o planejamento urbano se transformado em uma estratégia da classe burguesa, torna-se essencial que os trabalhadores urbanos, aqueles cidadãos espoliados cotidianamente de seus direitos sociais, retomem coletivamente a produção da cidade.

Tal perspectiva exige observar a “produção irredutível do aspecto social”, compreendendo que as relações sociais dos cidadãos no cotidiano urbano produzem o espaço através de uma práxis social (GOTTDIENER, 1983, p. 123-133). Dessa maneira,



é fundamental observar as mobilizações dos atores sociais que reivindicam acesso aos direitos sociais e urbanos e que resistem à mercantilização da cidade (a conversão total do seu valor de uso em valor de troca) e à privatização dos usos do espaço urbano, pois tais sujeitos também estão reivindicando o nosso direito de produzir a cidade.

A questão de produzir o espaço se relaciona com a questão de produzir a nós mesmos enquanto cidadãos, pois traduz o metabolismo social na dimensão do urbano. Nesse sentido, Harvey resgata as palavras do sociólogo Robert Park, para afirmar que a cidade é

a tentativa mais coerente e, em termos gerais, mais bem-sucedida de refazer o mundo em que vive, e de fazê-lo de acordo com os seus mais profundos desejos. Porém, se a cidade é o mundo criado pelo homem, segue-se que também é o mundo em que ele está condenado a viver. Assim, indiretamente e sem nenhuma consciência bem definida da natureza de sua tarefa, ao criar a cidade o homem recriou a si mesmo (PARK apud HARVEY, 2014, p.28).

Porém, não somos mais nós, “os cidadãos”, que, na disputa antagônica pela produção do espaço, logramos pautar esse processo urbano. A cidade capturada pelo mercado, transformada concomitantemente em empresa e mercadoria (VAINER,) também reflete a própria captura da vida urbana. Nesse contexto, perdemos o controle até mesmo de decidir que tipo de pessoa queremos ser em sociedade (HARVEY, 2014, p. 29).

Na cidade capitalista, os cidadãos são apenas os consumidores e os direitos sociais se transformam em mercadoria, acessíveis tão somente com base em um sistema de trocas (BELLO, 2013). Nesse cenário, o que temos são realidades extremamente desiguais, perpetrando miséria e morte àqueles excluídos da sociedade de consumo. Retomar a (produção da) cidade, através do fortalecimento das práticas vindas desde baixo ('desde abajo', como nos ensina o pensamento latino-americano) é, então, uma possibilidade de transformação social, um caminho para a luta por uma vida digna.

Segundo Harvey (2014), a reinvenção dessa cidade depende de um exercício de poder coletivo configurador sobre os processos de urbanização, quer dizer, o direito à cidade só pode ser compreendido como um direito coletivo. Assim, “o direito à cidade jamais poderia ser encarado como um direito individual exclusivo, mas sim como um





direito coletivo concentrado” (HARVEY, 2014, p. 246), incluindo todos os tipos de cidadãos.

Nesse sentido, falamos a partir de um lugar onde se constrói um saber específico, a universidade, mas falamos de uma “realidade” que nos é transmitida por aqueles que lutam concreta e cotidianamente para que seus contextos materiais possam ser transformados em outros mais justos, equilibrados e igualitários. Nosso compromisso, como nos ensinou Herrera Flores (2009), consiste em criar as “frases” que explicam as práticas sociais daqueles que vivem e lutam na cidade, construindo, a partir desta reflexão intelectual, uma teoria assentada nas práticas e nas dinâmicas sociais.

É, portanto, nessa perspectiva que esse projeto de extensão se assenta. O direito à cidade surge aqui como um instrumento teórico (e político) que permite articular as demandas que surgiram nos encontros realizados com os movimentos sociais e coletivos urbanos do município de Volta Redonda e dos arredores. Ressalta-se, ainda, a centralidade da luta pela moradia digna dentro da retomada da cidade (ROLNIK, 1995). Lutar pela efetivação do direito à moradia tem sido uma das principais bandeiras dos movimentos sociais urbanos em defesa do direito à cidade. A moradia não é apenas um teto, ela permite ao cidadão habitar, produzir um espaço, se conectar ao seu redor, criar identidades, em suma, viver (BIENENSTEIN, 2017).

Apesar da moradia se tratar de direito fundamental garantido pela ordem constitucional, no mundo concreto são muitos os cidadãos despossuídos. Essa imensa lacuna entre o que estabelecem as leis enquanto forma e o que se vive no plano material se constitui na maior armadilha da fórmula do direito moderno burguês.

Nesse sentido, não se pretende confiar no direito como caminho seguro para a emancipação. Isso Harvey (2014) tem o cuidado de sinalizar em sua defesa pelo direito à cidade: “[...] como Marx afirma n’O Capital, que ‘entre direitos iguais, o que decide é a força’. A própria definição de ‘direito’ é objeto de uma luta, e essa luta deve ser concomitante com a luta por materializá-lo”.

Assim, estamos comprometidas, neste projeto de extensão, com o fortalecimento da luta pela materialização dos direitos humanos, em especial do direito à cidade e à moradia digna, compreendendo o papel social que a Universidade Pública (e o seu pensamento crítico) deve exercer neste processo (BIENENSTEIN et al, 2017).



## **A cidade operária planejada e suas margens**

No Brasil, o déficit habitacional é de cerca de 6,4 milhões de moradias, o que corresponde a 12,1% dos domicílios do país (Fundação João Pinheiro, 2013). Mais de 30% dessas unidades estão concentradas nas regiões metropolitanas, sobretudo nas capitais do Sudeste: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte (38%). Sabemos que essa realidade afeta sobremaneira a população mais pobre, perfazendo um total de 90% de famílias com renda na faixa de 0 a 3 salários mínimos.

Para além do déficit habitacional no país, há a situação de precariedade das habitações concentradas nas favelas, periferias e no meio rural. Segundo o IBGE (2010), mais de 3 milhões de domicílios estão situados em favelas, reunindo quase 40% da população urbana. Em algumas capitais, como Belém, esse percentual supera os 50% da população. A coabitação familiar (43,1%) e o ônus excessivo com aluguel (30,6%) são os principais fatores responsáveis pelo alto índice de déficit habitacional no país (Fundação João Pinheiro, 2013).

Volta Redonda acompanha desde seu nascimento, como veremos, os problemas de acesso ao direito à cidade, isto é, de acesso a determinados bens e serviços, a moradia digna, educação e saúde públicas de qualidade, lazer e segurança. Escolhida para sediar a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) nos anos 1940, a cidade de Volta Redonda ganhou centralidade no cenário nacional e foi marcada, dali por diante, por uma forte identidade operária. Nesse sentido, a experiência vivida pela cidade de Volta Redonda aparece aqui como um *lócus* privilegiado de análise, uma vez que as transformações no processo produtivo e no mundo do trabalho ganham materialidade no espaço urbano, estruturando as relações sociais e a ocupação do território. Vejamos em mais detalhes.

Os anos 1930, no Brasil, podem ser caracterizados como um período de busca de uma identidade nacional. É a partir desse momento que o debate sobre a formação e as perspectivas da sociedade brasileira é retomado. A transição de uma sociedade agroexportadora para uma sociedade urbano-industrial de tipo dependente vai assumir a forma de um projeto de modernização autoritário no governo de Getúlio Vargas. Assim, a partir dessa década, o núcleo do setor produtivo estatal se articula em torno da siderurgia, do petróleo e da energia elétrica em nível nacional. Esse período foi marcado pelo



fortalecimento dos setores burocráticos e do poder do Estado sobre a sociedade civil. A opção pela indústria estatal impôs uma articulação de interesses entre o Estado e o capital externo. Nesse sentido, a atuação da burguesia industrial brasileira no processo de criação da CSN teve papel de destaque.

Conforme aponta Jessie Jane de Sousa, “o nacionalismo econômico, justificativa ideológica do intervencionismo estatal, vai ser o elemento articulador dos interesses da classe industrial e os da burocracia civil-militar do Estado” (s/d, p. 5). Sobretudo após a implantação do Estado Novo, em 1937, o Governo ditatorial assumiria o papel de empresário, investidor e planejador.

A criação da CSN<sup>1</sup>, através do decreto-lei n°. 3.002, de 30 de janeiro de 1941, reformulou a identidade social de Volta Redonda<sup>2</sup>. Ocupada até então hegemonicamente por grandes proprietários e trabalhadores rurais, com a chegada da CSN, o distrito assumiu uma nova identidade, marcadamente industrial e operária. Com o aumento populacional e o papel estratégico desempenhado pela siderurgia no projeto nacional-desenvolvimentista do país, cresceram também as aspirações à autonomia regional, o que culminou na emancipação de Volta Redonda em 1954<sup>3</sup>.

A montagem do complexo industrial foi pensada a partir do modelo das chamadas Company-towns. Norteadas por um ideário positivista no qual cada grupo social possuiria uma função dentro do desenvolvimento da cidade, a construção da imagem da “empresa-mãe” foi sendo, ao longo dos anos, legitimada no imaginário coletivo. Segundo este modelo, a empresa deveria possibilitar a fixação dos trabalhadores na cidade por meio da concessão de moradias, objetivando suprir a necessidade de mão de obra local. Entretanto, também deveria estabelecer uma série de mecanismos de disciplinamento e controle. A forma típica de uma ‘company town’ baseava-se na construção de

idades em regiões controladas por uma empresa, com dupla perspectiva, ou seja, de um lado, suprir com razoável grau de garantia as necessidades da força de trabalho, através da fixação dessa pelo fornecimento de

---

<sup>1</sup> A CSN, além de caracterizar-se como parte integrante do projeto desenvolvimentista proposto pelo governo de Getúlio Vargas, representava uma nova concepção da relação do Estado com a classe trabalhadora e de organização do trabalho. (MOREL, 2001)

<sup>2</sup> Volta Redonda localiza-se na região do Médio Paraíba. Ao longo do século XIX, muitas fazendas de café ali se instalaram, promovendo o desenvolvimento econômico e o crescimento populacional. No entanto, a crise do café desestruturou a economia local, impossibilitando o crescimento desses núcleos urbanos.

<sup>3</sup> Volta Redonda torna-se, em 1926, o oitavo distrito de Barra Mansa e, em 1954, consegue sua emancipação, devido à projeção que a produção siderúrgica assumia na região.



moradia e, por outro, estender o domínio da empresa ao âmbito privado dos moradores, por meio de vários mecanismos de disciplinamento (GRACIOLLI, 1997: 28).

Morel (1988) ressalta que a construção da “família siderúrgica” foi mais do que uma forma de recrutamento, gestão e formação de sua força de trabalho. Tratou-se, enfim, da tentativa de disciplinamento e domesticação do operariado, extrapolando o espaço fabril e implicando intervenções também sobre a esfera urbana e familiar. Estendia-se, assim, o nível de controle da empresa à vida privada dos seus funcionários/moradores<sup>4</sup>, interferindo diretamente sobre as possibilidades de ocupação do espaço urbano por parte dos trabalhadores e suas famílias.

Para atingir esse objetivo, era necessário que o Estado – representado pela CSN – fosse entendido como “tutor da sociedade e construtor da Nação”, promovendo uma intervenção científica e racional no espaço, contemplando diversos aspectos da vida social, de forma que o atendimento das reivindicações dos trabalhadores fosse visto como ‘dádiva’.

A empresa, que detinha os meios de produção e os equipamentos urbanos, centralizava o controle político, econômico e social. Mantinha o controle também sobre uma força policial própria (a “gestapo” da CSN) e contava com o apoio militar do 1º Batalhão de Infantaria Blindada do Exército (1950-1972) e do 22º Batalhão de Infantaria Motorizada (1972-1999), localizados em Barra Mansa a apenas 10km da usina.

De acordo com essa perspectiva, o primeiro projeto urbanístico da cidade, a cargo do arquiteto Atílio Correa Lima, tinha como ideal a construção de uma cidade moderna. No que se refere à ocupação urbana do território, concebeu, originalmente, a construção de 4 mil habitações individuais para abrigar os trabalhadores e suas famílias, prevendo equipamentos urbanos para uma vida confortável. Nessas condições, foram criados os bairros Santa Cecília e Laranjal – bairros projetados para abrigar os trabalhadores qualificados da cidade – e o bairro do Conforto – destinado aos operários não qualificados. A desigualdade econômica e cultural orientou, assim, a ocupação física do território da cidade que nascia.

---

<sup>4</sup> A Companhia controlava não só a concessão das moradias para seus trabalhadores, mas também os serviços públicos básicos, como a conservação e a limpeza das ruas, o transporte, o lazer, a segurança, os hospitais, entre outros.



Contudo, desde cedo, o problema do déficit habitacional foi uma realidade, uma vez que as moradias planejadas nunca foram suficientes para abrigar todos os trabalhadores que afluíam à cidade atraídos pelo ideal de progresso e modernidade e por oportunidades concretas de trabalho. Surgiram assim as primeiras áreas de posse, na margem esquerda do rio Paraíba do Sul, fora do plano urbanístico concebido por Correa Lima. A empresa, por sua parte, compactuou com essas ocupações, que ficaram igualmente sob seu controle direto, e cedia a preços simbólicos materiais de construção, na verdade, restos de materiais das obras da usina<sup>5</sup>, para a edificação dos barracos.

Nesse contexto histórico, a CSN manteve a responsabilidade pela instalação de infraestrutura urbana, como limpeza, construção de casas e ruas, bem como a administração de áreas verdes, como o caso da floresta da Cicuta. Pelo Decreto-Lei n. 3.002/1941, a União autorizou a desapropriação de bens em favorecimento à CSN, para que fossem executados serviços considerados de utilidade pública e de interesse nacional. Autorizou-se, também, a desapropriação de terrenos e benfeitorias necessários à instalação da usina, a construção e manutenção de infraestrutura para energia elétrica, o transporte via linhas férreas, estradas etc., de modo a favorecer a produtividade da usina.

Nos anos 1950, a população de Volta Redonda já contava com cerca de 36 mil habitantes vindos de diferentes partes do país, sobretudo do meio rural. Parte significativa desses trabalhadores e suas famílias foi obrigada a ocupar as terras irregulares da cidade, com o aval da “empresa-mãe”. (PEREIRA, 2013; MOREL, 1989) É o que podemos comprovar por meio das matérias veiculadas pelo periódico “O Lingote”, meio de comunicação oficial da CSN. Nesse periódico, a questão da moradia aparece com destaque, servindo sobretudo como propaganda que reforçava a vocação da “empresa-mãe”, através da construção das moradias, ao mesmo tempo em que deixava evidente o problema do déficit habitacional como uma realidade desde seus primórdios.

As primeiras áreas ocupadas foram antigas fazendas. Parte dessas terras, com o processo de expansão e desenvolvimento urbano, tornou-se alvo da especulação imobiliária, movida pelos interesses dos proprietários que viram suas terras

---

<sup>5</sup> Muitos autores, entre eles Maricato (2015), apontam a autoconstrução das casas populares como uma característica corrente na construção social do espaço urbano pelas classes trabalhadoras que se estabelecem às margens do plano urbanístico concebido e regulado pelo Estado.



valorizarem-se e, nesse processo, uma boa oportunidade para lucrarem com a sua venda, acumulando grande soma de capital (PEREIRA, 2013).

A expansão irregular da cidade na margem esquerda do rio determinou o eixo de ligação entre o núcleo original e os bairros do Retiro/São Lucas. Tendo em vista a alta demanda por terras para habitação e comércio, os proprietários de terras lotearam seus terrenos, contribuindo para um processo de forte especulação imobiliária – de uma população de pouco menos de 3 mil habitantes, nos anos 1940, para mais de 35 mil habitantes na década seguinte (DIAS, 2003).

Visando responder ao problema do déficit habitacional na cidade do aço, nos anos 1960, a empresa siderúrgica travou convênio com a Empresa Imobiliária Santa Cecília (CECISA), que passou a ser responsável pela construção e distribuição das casas. Vale destacar que esse procedimento de concessão de casas aos trabalhadores configurou-se historicamente como um mecanismo de controle no interior da usina, sobretudo através dos chefes imediatos que efetuavam ameaças e constrangimentos diversos, representando chantagens ou instrumentos de exercício do poder no interior da usina (PEREIRA, 2013).

O discurso do progresso nacional foi usado recorrentemente pela CSN para justificar suas promessas não atendidas de concessão de casas. Nas páginas d'O Lingote, o foco do problema do déficit habitacional é deslocado nesse período para uma questão de desenvolvimento siderúrgico, aumento do número de empregos e de outros serviços sociais. Na edição de outubro de 1960, por exemplo, temos notícia da destruição do último barracão do Acampamento Central, onde viveram muitos trabalhadores, onde o objetivo era destacar o fim das más condições de moradia da primeira geração de trabalhadores da usina. No entanto, a destruição dos barracões não significou o fim do problema habitacional em Volta Redonda.

O Relatório da Diretoria de 1961 demonstrou em números a quantidade de residências concedidas pela CSN, sendo entregues 514 em 1960, totalizando 4.561 moradias concedidas ao todo pela empresa desde sua criação. Levando em conta que a CSN, na data supramencionada, tinha 19 anos de funcionamento e ocasionou uma explosão populacional significativa, esse número de moradias originalmente previsto não era suficiente para atender a alta concentração de trabalhadores e suas famílias.



Insta salientar que, de acordo com o histórico de evolução demográfica do IBGE, de 1960 a 1970 ocorreu um crescimento demográfico na cidade de aproximadamente 40.000 pessoas, fato que demonstra a necessidade de planejamento urbano com concessão de moradias dignas capaz de atender a demanda habitacional.

Entre 1962 e 1964, devido ao agravamento da situação habitacional na cidade, a empresa tomou algumas medidas para amenizar o problema. Dentre elas, o financiamento para funcionários da CSN de materiais de construção, um programa de venda de casas aos empregados a preços acessíveis, reivindicação antiga do Sindicato, além da inauguração de canteiros de obras para construção de edifícios no bairro Nossa Senhora das Graças. Neste período, foram entregues aproximadamente 1.600 moradias, entre casas e apartamentos, segundo notícia d'OLingote.

No imediato pós-Golpe de 1964, foi criada a Companhia de Habitação de Volta Redonda (COHAB-VR), como agente promotor do Sistema Financeiro de Habitação de Volta Redonda (SFH/VR), com recursos do Banco Nacional de Habitação (BNH), na forma de uma sociedade de economia mista, sob o controle do poder municipal. A adesão a este modelo caracteriza-se como um dos marcos para o início da ruptura da CSN com o compromisso de prestar os encargos sociais, dentre eles a moradia dos seus funcionários. Abandonava, assim, pouco a pouco, seu papel de empresa-mãe para centrar seus esforços e capital na produção econômica fundamentalmente. Nos anos 1970, a empresa já não trazia a preocupação em garantir moradia nem equipamentos urbanos para os moradores da cidade, pois havia municipalizado muitas dessas responsabilidades.

A COHAB/VR foi uma das primeiras companhias de habitação do país. Voltada para as famílias de baixa renda, com o intuito de solucionar o problema de moradia na cidade, atuou na cidade no período de 1965 a 1971. As famílias que não foram contempladas, contudo, ocuparam, como vimos, a margem esquerda do rio Paraíba do Sul, para onde o vento conduz a fumaça da usina, causando graves problemas de saúde para a população que lá habita (PEREIRA, 2013). Além disso, os ocupantes daquele local sofriam também com problemas relativos à falta de infraestrutura urbana.

Em 1968, em ato solene, foi entregue a escritura da primeira casa entregue a um funcionário da CSN, através do financiamento da COHAB/VR. O plano implementado surgiu como incentivo à compra das casas pelos empregados que residiam nos imóveis



concedidos ou que pagavam aluguel para a empresa e co-residentes. O preço mais baixo que o mercado e o incentivo aos empréstimos com ajuda da empresa fizeram com que cada vez mais funcionários entrassem na lista de espera para aquisição da casa própria.

Entre 1969 e 1982, a CECISA construiu 2.342 casas populares, 436 casas de médio porte e 136 moradias para as classes altas. Tais obras foram amplamente veiculadas n'O Lingote e na imprensa local. Entre 1972 e 1977, sem construir novas habitações, a COHAB viveu um momento de crise financeira. Reiniciou suas operações em 1978, registrando a entrega de lotes urbanizados e comercializados, respeitando o parcelamento previamente realizado e as famílias que lá haviam se fixado (PEREIRA, 2013; DIAS, 2003).

Como as moradias que integravam o plano original eram concedidas pela CSN, o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda passou a ser o intermediário nas negociações entre a empresa e os trabalhadores, visando à garantia dos interesses de sua categoria. Além do papel ativo do Sindicato, que incorporou desde cedo às demandas propriamente trabalhistas as reivindicações do direito à cidade, merece destaque o papel assumido pelas Comunidades Eclesiais de Base, ligadas à Igreja Católica progressista, sobretudo a partir dos anos 1970 (PEREIRA, 2013). Sindicato e movimentos católicos integram, assim, desde cedo, ao lado dos trabalhadores e suas famílias, as forças sociais responsáveis pelas conquistas de direitos e pela "retomada da cidade" (ROLNIK, 1995).

Em 1979, formou-se o grupo de "apoio e controle das habitações em crise", composto por funcionários de distintos setores do poder municipal. O grupo tinha como tarefa analisar a situação e os problemas das habitações em áreas de ocupação irregular. Seu trabalho inicial foi identificar a origem da população posseira de Volta Redonda, composta por migrantes vindos do interior dos estados de Minas, Espírito Santo e São Paulo primordialmente (PEREIRA, 2013).

Na década de 1980, teve início a construção dos "embriões" (edificações de dois cômodos prontos, com base para construção de mais dois cômodos a cargo do beneficiário). Contando com financiamento da COHAB/VR, em diversos bairros da cidade, foram criadas 2344 casas destinadas a famílias na faixa entre 0 e 3 salários mínimos e 2971 casas para famílias que recebiam entre 3 e 5 salários mínimos (PEREIRA, 2013; DIAS, 2003).





Através do Sindicato dos Metalúrgicos e das CEB, muitos moradores organizaram-se politicamente para reivindicar melhores condições de moradia e regularização fundiária. Vários embates junto ao poder público municipal foram travados neste período. O vereador Edson Santana, por exemplo, chegou a submeter um projeto junto à Câmara dos Vereadores de Volta Redonda, com o intuito de que as moradias pudessem ser vendidas a preços simbólicos aos moradores que lá habitavam havia vários anos e a regularização das casas pudesse ser garantida. Após inúmeras tentativas de negociação na Câmara, em 13 de março de 1984, o projeto foi aprovado, com a presença de vários moradores das zonas periféricas da cidade. Através de uma manobra política, a sessão da Câmara que garantiria a aprovação do projeto foi adiada, sob a justificativa de que seria criada uma comissão de vereadores para elaborar a proposta e submetê-la ao prefeito.

Após muitas negociações, finalmente, foi aprovada a Lei Municipal nº 1.885/84, que instituía uma “política municipal de desfavelamento e atuação em áreas públicas desocupadas”. A lei buscava reconhecer o direito ao acesso à terra ou à moradia para as famílias de baixa renda. A política estabelecia, então, um mapeamento das regiões de posse, determinando entre os aglomerados, aqueles que deveriam ser urbanizados, removidos ou semi-urbanizados. Esse mapeamento também classificaria os habitantes entre posseiros para fins habitacionais e posseiros para fins habitacionais e agrícolas.

A lei fomentou a ação coordenada de várias secretarias municipais, que ia desde pesquisa e planejamento para implementação da política de desfavelamento até a execução propriamente das obras necessárias para melhoria da infraestrutura urbana<sup>6</sup>. No entanto, essa política foi construída de cima para baixo e centralizada na figura da Secretaria de Planejamento Urbano, que passou a deter grande poder para deliberar sobre o destino das famílias que habitavam as áreas ocupadas. A forma de implementação da lei foi bastante questionada pelos movimentos de luta por moradia e também por vereadores apoiadores da causa, argumentando que estavam alijados do processo decisório. Exigiam então o afastamento da COHAB como intermediária no

---

<sup>6</sup> A Secretaria Municipal de Planejamento (SMP) e o Instituto de Planejamento Urbano (IPPU) ficaram responsáveis pelo estudo, a pesquisa, o planejamento e a condução da política de desfavelamento e atuação em áreas ocupadas. A Secretaria Municipal de Governo se encarregou do apoio aos órgãos acima mencionados. As Secretarias Municipais de Obras, de Serviços Públicos, de Saúde, de Ação Comunitária, de Administração e a COHAB-VR ficaram responsáveis pela ação física, patrimonial e apoio ao planejamento, sob a supervisão da Secretaria Municipal de Planejamento (PEREIRA, 2013).



processo de regularização das moradias, reivindicando que a transação pudesse ser feita diretamente entre a Prefeitura e os moradores.

Mesmo assim, tratou-se de uma conquista dos movimentos sociais envolvidos. A comissão posseira deu continuidade à articulação política e conseguiu aprovar outra lei (Lei nº 2.086/85), que determinava a criação de um órgão específico para tratar somente das áreas de posse do município e das necessidades e interesses da população posseira. Assim, foi criado o Fundo Comunitário de Volta Redonda (FURBAN/VR), com o intuito de servir como instrumento de apoio à política municipal de desfavelamento, com participação ativa da Comissão e dos movimentos sociais. A autarquia FURBAN, na prática, significou a porta de entrada dos posseiros junto ao poder municipal, para apresentar suas demandas e necessidades habitacionais<sup>7</sup> (PEREIRA, 2013; DIAS, 2003).

De maneira geral, a luta por moradia está intimamente ligada ao contexto de redemocratização política do país, que encontra os moradores das periferias urbanas críticos e mobilizados, com um repertório de contestação (TILLY, 1978) diverso – passeatas em frente ao prédio da Prefeitura, abaixo-assinados, cartas, ofícios aos órgãos públicos, audiências públicas, entre outros –, capaz de intervir na transformação da realidade local.

Nos anos 1990, após a privatização da usina e o aprofundamento das políticas neoliberais na cidade, a CSN deixou de atuar fundamentalmente no setor siderúrgico e a cidade viveu um reenquadramento de sua identidade historicamente associada ao setor siderúrgico, marcada agora pela diversificação de sua economia, transformando-se em centro regional de serviços e perdendo sua identidade operária metalúrgica sobre a qual havia assentado-se desde os anos 40 (LIMA, 2013).

Com a privatização da companhia, tem lugar a privatização de inúmeros espaços da cidade, que ainda não haviam sido municipalizados, como hospitais, escolas e outras instituições de caráter social, modificando profundamente a paisagem urbana e o tecido social. O problema do desemprego, da moradia, da assistência médica e da formação escolar são alguns dos muitos desafios que emergiram desta nova conjuntura e a partir

---

<sup>7</sup> Como método de atuação no município, o Fundo divide o município em 9 setores: I. Santo Agostinho; II. Vila Americana, Jardim Amália, São Luiz, Dom Bosco, Caieiras; III. Três Poços, Vila Rica e Água Limpa; IV. Conforto e São Geraldo; V. Padre Jósimo; VI. Belmonte; VII. Retiro e Açude; VIII. Retiro e Aero; IX. Vila Brasília e Santa Cruz. Cada um desses setores teria uma representação no conselho comunitário, composto por 9 membros. O mandato do presidente do conselho, eleito em assembleia pelos demais, tinha duração de 2 anos (depois passou para 4 anos). Os conselheiros não recebiam remuneração por seus cargos.



dos quais os (novos) movimentos sociais passaram a articular-se, na luta por direitos. Nesse sentido, não há como analisar a questão urbana e o direito à cidade sem levar em consideração a processualidade histórica e os confrontos e enfrentamentos surgidos desde então. Como efeito dessa conjuntura, observa-se nova fase onde proliferaram-se novas ocupações irregulares, aumentando o número de áreas de posse na cidade.

Em 2000, o prefeito Antônio Francisco Neto, com o aval do Conselho Comunitário, sancionou a Lei nº 3.620, de 29 de novembro de 2000, que alterou o art. 1º da lei 2.633/88, passando a permitir que o Fundo, antes destinado exclusivamente a tratar das questões da população posseira do município, prestasse também serviços a toda a cidade, executando projetos de urbanização em outras áreas, embora alegasse manter como prioritárias as áreas de posse. A medida, obviamente, teve o intuito de esvaziar ou enfraquecer as ações do FURBAN, diluindo os problemas específicos das áreas de posse junto aos demais problemas de ocupação do solo urbano do município.

De acordo com estudo realizado por Pereira (2013) com base nos arquivos do FURBAN, atualmente há o registro de 174 núcleos de posse, contando com a Zona de Especial Interesse Social (ZEIS). No entanto, apenas 96 são reconhecidos efetivamente como núcleos de posse pertencentes ao município. Até a data da pesquisa, o FURBAN tinha registro de 9.378 moradias e 27.213 habitantes cadastrados, excluídas aí as áreas de posse em áreas ribeirinhas, de propriedade particular, faixa de domínio do DNAR e parte das áreas da COHAB. Para além dos cerca de 80 núcleos de posse que não estão dentro do radar de ação do Fundo Comunitário e, portanto, não contam com nenhuma ação do Estado no sentido de sua regularização e integração à cidade, temos notícias de um número significativo de moradores (cerca de 10% da população do município) dessas áreas que vivem precariamente e lutam pelo direito à moradia digna.

Em 2007, o FURBAN passou a atuar em parceria com outros projetos governamentais, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que, em Volta Redonda, previu atender 773 moradias nas áreas de posse (291 novas construções e 482 melhorias), além do complexo Vila Brasília, que ganharia infraestrutura adequada para a localidade. Contaria, ainda, com 103 melhorias em distintos bairros (Santa Cruz, Padre Jósimo, Belmonte, Açude, Vila Americana, Santo Agostinho, São Sebastião, Santa Inês, Água Limpa). No entanto, apenas 86 novas construções e 124 melhorias, totalizando 210 moradias, foram realizadas, deixando desprotegidas 563 moradias/famílias, devido à



falta de planejamento da empresa contratada que não entregou os projetos de acordo com as exigências estabelecidas (PEREIRA, 2013).

De lá pra cá, o FURBAN vem sendo gradativamente esvaziado politicamente, perdendo sua capacidade política de barganha e pressão junto ao poder público. Vale ressaltar que, embora os serviços e equipamentos urbanos já estejam sob a alçada da municipalidade há algumas décadas, a CSN continua sendo detentora de cerca de 25% das terras da cidade, muitas das quais permanecem sem sua devida função social, sendo objeto apenas de especulação imobiliária.

## **Considerações Finais**

Como buscamos demonstrar, o problema da moradia não é novo nem exclusividade do território de Volta Redonda. No entanto, em Volta Redonda o problema da concentração fundiária nas mãos da CSN, acompanhado do déficit habitacional, se fizeram sentir desde o princípio, antes mesmo da emancipação do município de Volta Redonda nos anos 1950. De lá pra cá, os problemas só se agravaram, uma vez que o papel de "empresa-mãe" (MOREL, 1989) foi se modificando a partir de fins dos anos 1960, durante o período militar, quando foi-se dando o processo de extinção da "cidade operária", já nos anos 1980.

Desde os anos 1940, a CSN concentrou o volume de suas atividades no município de Volta Redonda e interferiu na produção e reprodução deste espaço. A empresa foi responsável pela morfologia do espaço e orientou as perspectivas de crescimento econômico, ainda hoje fortemente determinadas pelos interesses e necessidades da empresa. Historicamente, o desenvolvimento da cidade dependeu dos ciclos de expansão da usina. Tal expansão e os diversos planos siderúrgicos modificaram profundamente a paisagem urbana, que foi atravessada, como pudemos constatar, pela ocupação desordenada e precária dos terrenos localizados na margem esquerda do rio Paraíba do Sul, onde se instalou a classe trabalhadora excluída do direito à cidade.

Nesse sentido, vale destacar o processo de subordinação do desenvolvimento da cidade ao da Companhia. Tal subordinação remonta ao próprio modelo de empresa (company-town), que subordina o território à lógica da empresa. Os estágios de



desenvolvimento da CSN – os planos estratégicos – atraíram milhares de trabalhadores, o que acabou por aumentar, ao longo dos anos, o número de ocupações irregulares e a pressão sobre a prefeitura para fornecer a infraestrutura urbana necessária.

Hoje a população de Volta Redonda, segundo dados do censo de 2010, é estimada em cerca de 280 mil habitantes, dos quais estimadamente 15% vivem em áreas de posse que se situam à margem dos planos urbanísticos estruturados ao longo das décadas.

Diante dos diversos problemas estruturais de não consecução do direito à cidade, a luta por moradia se deu de muitas formas, principalmente através dos movimentos sociais, coletivos e da sociedade civil organizada. O cenário atual demonstra a urgente necessidade de avançarmos no problema histórico do déficit habitacional e da não efetividade do direito de viver adequadamente o meio urbano. Medidas paliativas não são suficientes, já que indiretamente omitem a enorme demanda, com ações que violam os direitos humanos resguardados por nossos marcos normativos em vigor. É necessário que o Poder Público enfrente de fato os reais problemas do direito à moradia, avançando nos processos de democratização das terras, bem como reconhecendo a luta daqueles que, há décadas, vêm construindo projetos e possibilitando moradia para as classes populares.

## **Referências**

BELLO, Enzo. A cidadania na luta política dos movimentos sociais urbanos. Caxias do Sul, RS: Educs, 2013.

BIENENSTEIN, Glauco et al. Universidade e luta pela moradia. Organizadores Glauco Bienenstein, Regina Bienenstein, Daniel Mendes Mesquita de Sousa - 1. Ed - Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 13ª ed. São Paulo: Malheiros, 2003.



DIAS, Sérgio Tadeu Bringel. Espaço Urbano: concessão ou conquista? Os núcleos de posse de Volta Redonda (1973-1985). Vassouras: Dissertação de Mestrado/Universidade Severino Sombra, 2003.

GOHN, Maria da Gloria. “O futuro das cidades”. Nas Redes da Educação, vol. 1, s.l., 2000, p. 1-7. Disponível em: [www.lite.fe.unicamp.br/revista/gohn.html](http://www.lite.fe.unicamp.br/revista/gohn.html)

GOTTDINNER, Mark. A produção social do espaço urbano. São Paulo: EDUSP, 1983.

HARVEY, David. “O direito à cidade”. In: Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

HERRERA FLORES, Joaquín. A (re)invenção dos direitos humanos. Florianópolis: Fundação Boiteux/IDHI, 2009.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Raphael. “CSN e Volta Redonda: uma relação histórica de dependência e controle”. *Política & Sociedade*, vol. 12, nº 25. Florianópolis, set./dez. 2013, pp. 41-64.

MARICATO, Erminia. Para entender a crise urbana. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MORAES, Alexandre de. Direitos humanos fundamentais: Teoria Geral. 4ªed. São Paulo: Atlas, 2002.

PEREIRA, Rosa Candida da Silva Matheus. População posseira e regularização fundiária em Volta Redonda. Monografia UniFOA, 2013.

ROLNIK, Raquel. O que é a cidade. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos; 2003).

SOUSA, Jessie J. V. Arigó: o pássaro que veio de longe. Revista do Centro de Memória Sindical, novembro 1999.



VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento estratégico urbano. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis:Vozes, 2000.



# **Pistas de uma Genealogia da Lei 10.216 e o protagonismo da associação dos usuários de saúde mental de Volta Redonda/RJ em defesa dos direitos humanos**

**Paula Klier  
Flávia Helena M.A. Freire  
Rafael Dias**

## **Introdução**

O processo de reforma psiquiátrica, em sua dimensão jurídico-política, ganhou força e ampliação dos serviços assistenciais territoriais a partir da aprovação da Lei 10.216 em 2001. Desde a apresentação do Projeto de Lei (PL) 3.657 de 1989, estabeleceu-se, no cenário da reforma psiquiátrica e do movimento de luta antimanicomial, um campo de disputas pelo modelo de assistência em saúde mental.

Este artigo apresenta reflexões oriundas da pesquisa “Genealogia da Lei 10.216: percursos e atores da reforma psiquiátrica e da política de saúde mental”, que buscou desenvolver uma análise sobre a política pública de saúde mental a partir da formulação e da implementação da Lei 10.216/01, conhecida como lei da Reforma Psiquiátrica brasileira. Tem como propósito analisar as proveniências da lei a partir da luta social, sua finalidade e as implicações na política de saúde mental e na rede de atenção psicossocial do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, é necessário interrogar em quais relações se deu a formulação da Reforma Psiquiátrica, bem como quais atores estavam em cena no projeto de lei e na tramitação do processo.





A lei em todo seu processo, tanto na formulação, quanto na implementação, e até mesmo as reverberações atuais na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), é consequência de um jogo de disputas diversas – de poderes e de interesses. Ou seja, o cenário e os atores envolvidos no projeto e tramitação de uma lei interferem diretamente no campo ético-político e no modo como essa lei vai ser efetivada, ou seja, trata-se do resultado de um jogo de disputas de setores que defendem interesses, muitas vezes, contraditórios.<sup>8</sup>

Portanto, analisar esse processo é também entender que, após a aprovação da lei, a disputa persiste, ainda que de outra forma. Estudar de qual forma ela se dá, foi também intenção da pesquisa. Pensar que a disputa continua nas lacunas da lei, no processo de implementação, nas ações advindas dos dispositivos de saúde, no cenário econômico atualé, então, tentar compreender como se deu esse processo.

Desta feita, optamos por um percurso genealógico desse marco legal da reforma psiquiátrica, usando como ferramenta a análise microvetorial. Os fatos históricos são, por essa perspectiva, entendidos, para além das “solenidades de origem”, como resultados de uma batalha, nesse caso, da luta antimanicomial.

Usando como ferramenta o método microvetorial, baseado na metodologia desenvolvida pelo Observatório Microvetorial de Políticas Públicas em Saúde e Educação em Saúde<sup>9</sup>, podemos compreender o estudo dessas diversas perspectivas sobre os acontecimentos como uma análise de múltiplas dimensões ou vetores que captam aspectos singulares da produção do cuidado do ponto de vista dos atores envolvidos neste campo do agir humano. Assim, empreender uma análise vetorial é procurar captar o agir e a intencionalidade desses agentes quando se movem no jogo social desta produção. Indo mais além, ao nos propormos a construir uma análise microvetorial,

---

<sup>8</sup> No momento em que esse texto está sendo publicado, está em aberto um projeto que ameaça desmontar a Política Nacional de Saúde Mental, com uma proposta do Ministério da Saúde, baseada em diretrizes da ABP (Associação Brasileira de Psiquiatria) e outras entidades, de revogação de uma série de portarias que regulamentam os serviços da Rede de Atenção Psicossocial. Como enfrentamento a essas ameaças foi criada uma Frente Ampliada em Defesa da Saúde Mental, da Reforma Psiquiátrica, da Luta Antimanicomial, que vem se organizando na sustentação do cuidado em liberdade, produzindo resistência a proposta do retorno ao modelo manicomial e médico-centrado.

<sup>9</sup> O Observatório Microvetorial de Políticas Públicas em Saúde e Educação em Saúde foi um projeto coordenado pela UFRJ com Emerson Merhy, que desenvolveu o estudo de 6 linhas de pesquisas, envolvendo políticas públicas a partir das leis e portarias que regem essas políticas na rede assistencial do SUS. As pesquisas desenvolvidas foram: 1. Câncer; 2. Atenção Domiciliar; 3. Autismo; 4. Pessoa com Deficiência; 5. Educação Permanente em Saúde; 6. Atenção Básica, com o PMAQ (Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica).



estamos propondo a análise desses vetores em seus efeitos micropolíticos em sentido amplo, compreendendo que as ações de cada ator têm repercussões nos demais atores: gestores do sistema de saúde, trabalhadores diretamente envolvidos no cuidado e usuários (MERHY, 2013).

Propomos uma análise dos múltiplos efeitos da Lei 10.216, de 06 de abril de 2001, que “dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental”. Portanto, ela se faz importante para a sociedade civil, já que, em meio aos estudos do processo, ocorre o delineamento das forças em atuação a partir de distorções de entendimento do projeto de lei, da lei promulgada em 2001, e das novas portarias aprovadas, entendidas como resultados de campos de disputas. A análise da lei, portarias e demais disposições indica a possível captura privada das políticas públicas no campo da saúde mental. Além disso, a pesquisa se faz importante para o campo profissional daqueles que se envolvem, como também os usuários que recolhem, em suas vidas existenciais, os efeitos da lei.

Face ao exposto, objetiva-se compreender e analisar os diferentes olhares sobre as proposições políticas emanadas do Poder Executivo, através da Lei 10.216/01, normas, ofícios e portarias para o campo da saúde mental; atentando para as disputas em jogo pelo modelo assistencial; avaliar os efeitos das proposições do marco legal nos aspectos micropolíticos e macropolíticos; promover uma análise comparativa do PL e da Lei; empreender uma análise microvetorial sobre os aspectos do modelo assistencial, identificando as tensões do campo e a correlação de forças pela reforma psiquiátrica em curso.

## **Os caminhos da pesquisa**

O caminho metodológico que se processou na pesquisa, parte do referencial bibliográfico de algumas obras de Foucault e Nietzsche, referente ao tema da genealogia. A intenção não é definir o processo histórico de maneira linear, mas colocar em questão as diversas formas de perceber o processo. De acordo com Foucault, a genealogia trata de:



[...] ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro e em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns (Foucault, 1981, p. 171).

Não é objetivo da pesquisa a produção de verdades absolutas, pois essas não existem; seu foco é entender a construção processual de diferentes grupos envolvidos no marco legal da Reforma Psiquiátrica.

A leitura que Foucault (1981) faz de Nietzsche na genealogia da moral, traz uma ideia associada à cor cinza, fazendo alusão aos documentos, que se podem constatar. A perspectiva genealógica compõe com o método microvetorial, processando uma cartografia móvel desses atores em luta por uma sociedade sem manicômios.

Dessa forma, a escolha por analisar as disputas já guarda uma maneira de analisar a formulação, a aprovação e a implementação da Lei, o que não define previamente o resultado desse estudo. Ou seja, usando como ferramenta o método microvetorial, podemos compreender o estudo das diversas perspectivas sobre os acontecimentos como uma análise de diversas dimensões ou vetores que captam aspectos singulares da produção do cuidado do ponto de vista dos atores envolvidos neste campo do agir humano (MERHY, 2013).

A Lei 10.216 não se constitui em um processo simples, linear, de causas e efeitos. Por exemplo, não somente o Deputado Paulo Delgado, autor do Projeto de Lei 3.657 de 1989, é o responsável pelo processo de sua formulação. Ainda que ele seja o ator político do poder legislativo responsável, o projeto de lei não é resultado da ação de um indivíduo em particular, mas resultado de lutas sociais institucionais e extrainstitucionais (HERRERA FLORES, 2009). Entender quais atores e forças estavam envolvidos e o processo que os precede (movimentos sociais, disputas partidárias, disputas políticas, relações interpessoais) é analisar os acontecimentos a partir dos embates de forças.

A apresentação do projeto à Câmara dos Deputados não pode ser entendida como a elaboração de um projeto isolado de um parlamentar, mas sim como integrada a uma estratégia do movimento social, que buscava a abertura de um canal que garantisse a entrada no circuito legislativo das suas ideias e proposições (PEREIRA, 2004: 109).



A lei é resultado de uma composição entre forças diante de uma estratégia política ou correlação específica de interesses dos movimentos sociais da luta antimanicomial e das instituições que defendiam o *status quo* manicomial. Entendemos, pois, a lei como um dispositivo que expressa essas relações sociais. Por isso, não tomamos a lei como um monumento fundante da reforma psiquiátrica, mas um dispositivo<sup>10</sup> que se materializa a partir de uma luta social anterior que lhe dá sentido.

Nesta perspectiva, aliada à genealogia, à análise microvetorial, considerando que a lei poderá impulsionar múltiplos efeitos – alguns coerentes com a sua proposição e outros divergentes dela – foram criados e analisados dois vetores. O primeiro refere-se à Lei 10.216 como dispositivo de criação de políticas em saúde. O pressuposto deste vetor parte do princípio que essa lei coloca em movimento diferentes atores. A investigação neste vetor se fez recolhendo as movimentações dos atores que ela foi capaz de mobilizar, atores políticos que travam o campo de disputa pelo modelo assistencial. Para tanto, foi realizada uma análise documental que alicerça a formulação e a implementação da Lei 10.216.

O Segundo vetor diz respeito aos efeitos da Lei 10.216 no protagonismo dos usuários. A hipótese deste vetor é que, a partir dessa lei e dos respectivos direitos e deveres propostos, as trajetórias dos usuários com transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, na busca por acesso ao cuidado, poderá ser agilizada, melhorada e simplificada.

Selecionamos uma associação de usuários e familiares do município de Volta Redonda/RJ - AUFASSAM (Associação de Usuários Familiares e Amigos dos Serviços de Saúde Mental) para acompanhar a trajetória existencial dos seus membros, procurando identificar facilidades e possíveis barreiras de acesso, bem como o caráter político da associação com o protagonismo dos usuários em exercício de cidadania.

---

<sup>10</sup> Esse conceito surge na obra de Michel Foucault como um feixe de relações que articula discursos, elementos heterogêneos: instituições, arquiteturas, regimentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, aquilo que é dito e não dito.



## **1º Vetor: Genealogia da Lei 10.216/2001**

Nos anos 1980, o Movimento em prol da Reforma Psiquiátrica começava a se produzir enquanto um movimento social. No ano de 1987, isso se solidifica e origina o Movimento da Luta Antimanicomial, com participação popular de usuários, familiares, trabalhadores e sociedade em geral, e se constitui enquanto ator importante de atuação na arena da disputa de aprovação da lei. Os usuários e familiares encampam, pelo movimento social, a defesa de seus próprios direitos em um constante exercício de cidadania.

A mobilização dos integrantes do Movimento Antimanicomial foi crucial para a formulação e aprovação da Lei nº 10.216/2001. Isso confirma que há uma emergência de novos sujeitos, novos atores, que, cada vez mais, ganham visibilidade no cenário público instituído, demandando o reconhecimento de suas ações como legítimas no exercício da cidadania, bem como o reconhecimento das condições sociais de sua existência como circunstâncias injustas do cotidiano (CORREIA, 2006, p.89)

Nesta seção, apresentaremos redação e análise da primeira versão do PL - Projeto de Lei 3.657-A, apresentada pela Câmara dos Deputados ao Congresso Nacional em setembro de 1989. A finalidade é compreender as semelhanças e discrepâncias em relação à versão final da Lei 10.216, que passou 12 anos em tramitação no Congresso Nacional. A genealogia de uma lei coloca em questão o que a política traz na sua face macropolítica, formalizada em contraposição ao que de fato acontece na micropolítica dos dispositivos de saúde.

Todo processo de produção de políticas é um processo de experimentação, porque a gente tem apostas, mas não controlamos os efeitos que os dispositivos vão ter. A gente experimenta e vai recolhendo efeitos, quando eles são muito diferentes do que a gente gostaria, ao invés de interrogar os “implementadores-formuladores” (porque quem está na prática formula a política), ao invés de apontar uma insuficiência disso, não se pode interrogar: será que os dispositivos estão mobilizando? O que eu estou querendo dizer é: o jeito como a análise das políticas vem sendo feita no campo da saúde coletiva em geral, poucas vezes leva a interrogação, questionamento a respeito das apostas que estão embutidas nas políticas, sempre se conclui uma insuficiência de implementação (FEUERWERKER, 2017).



Para além do que a política traz redigido nos documentos do PL e da Lei, quais são as apostas que estavam sendo feitas pelos atores na arena de disputa de aprovação da lei? Pesquisar a genealogia da lei é delinear quais processos estavam em ativação em sua formulação e implementação, assim como é também delinear como isso é dado na prática.

A genealogia da lei não é simplesmente uma descoberta sequencial de enunciados e registros, ou seja, não é descobrir um enunciado que algum ator faz e o registro que isso faz do ponto de vista de escrita de uma normativa. Na realidade, a genealogia da lei é ir lá, escavocar o cinza, o escuro, o fedido do mundo e fazer esse mundo aparecer, essa disputa intensiva de mundos que estão cravados aí dentro (MERHY, 2017).

O Deputado Paulo Delgado<sup>11</sup>, do Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais, formula a primeira versão do Projeto de Lei 3.657-A, contendo apenas três artigos estruturantes que, no entanto, apresentam uma mudança significativa no modelo assistencial em saúde mental. O projeto dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e a substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação compulsória (BRASIL, 1989). O projeto, após a aprovação na Câmara dos Deputados, passou por onze anos de tramitação no Senado.

Depois de aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto completou onze anos de substitutivos e postergações no Senado para de lá sair em 1999, numa articulação do parlamentar proponente, do Ministério da Saúde e do movimento antimanicomial. Voltou à Câmara já como projeto substitutivo para nova rodada de negociações, aprovação final e homologação pelo Presidente da República somente em abril de 2001. (PITTA, 2011: 4585)

Na justificativa do PL, o deputado faz menção à “Lei Basaglia” em alusão à Lei 180 da Reforma Psiquiátrica Italiana, e aponta, no cenário brasileiro, os efeitos danosos da política de privatização na saúde, ressaltando a exacerbação do parque hospitalar manicomial, com expressividade dos leitos de psiquiatria de caráter privado. Assim sendo,

---

<sup>11</sup> Paulo Delgado é sociólogo, foi professor de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, admirador do trabalho da Dra Nise da Silveira, que fundou na década de 50, a Casa das Palmeiras no Rio de Janeiro, instituição psiquiátrica que funcionava de portas abertas, alternativa ao hospital psiquiátrico, bem anterior aos CAPS. Além do mais, Paulo Delgado é irmão do psiquiatra Pedro Gabriel Delgado, um dos precursores da reforma psiquiátrica brasileira e do movimento da luta antimanicomial, foi gestor na coordenação de saúde mental do Ministério da Saúde.



o PL apresenta uma ameaça aos proprietários dos hospitais psiquiátricos, que fizeram do modelo asilar de tratamento psiquiátrico um negócio lucrativo, ou seja, a extinção dos manicômios significava a extinção da “indústria da loucura”<sup>12</sup>. Essas questões dificultaram a aprovação do PL passando por um longo período de debate e reformulação até alcançar o texto final com a aprovação em 2001. Com o passar do tempo, o PL foi sofrendo alterações entre o congresso e o senado federal. Enquanto o projeto de lei era analisado, as leis estaduais de reforma psiquiátrica eram aprovadas nos anos 90.

Sobre esse aspecto do debate legislativo, a pesquisadora Rosemary Pereira (2004), em sua tese de doutorado, considera que:

A discussão no Senado Federal fez com que a extinção progressiva dos hospitais psiquiátricos fosse modificada para dar lugar a uma proposta de reorientação do modelo assistencial que manteria as estruturas hospitalares como um dos dispositivos integrantes desse modelo. Salvou-se assim o próprio paradigma da internação, mantendo legalmente a instituição mestre do saber científico psiquiátrico (PEREIRA, 2004, p. 181).

O movimento da luta antimanicomial mobilizou-se de modo consistente com o objetivo de aprovar a Lei durante os anos 90. Uma das preocupações do movimento era que, após aprovação da lei, essa força social acumulada pudesse dispersar-se. Os debates no congresso permitiram ver os embates em disputa pelo modelo de assistência entre o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial e os setores manicomiais com três vertentes: A Federação Brasileira de Hospitais (FBH); a Associação de Familiares dos Doentes Mentais (AFDM) e psiquiatras ligados às universidades e Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) (PEREIRA, 2004: 158).

Pereira (2004) considera que o grande desafio para a implantação da rede de atenção psicossocial se daria depois da promulgação da lei. Sendo assim, a estratégia do movimento da luta manicomial e seus atores teria que se voltar para esse desafio.

---

<sup>12</sup> Expressão utilizada por Paulo Amarante, no livro *Loucos pela Vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. Ed. FIOCRUZ, 1998.



## **Análise comparativa entre o Projeto de Lei 3.657/89 e a Lei 10.216/01**

A Constituição de 1988 refere, em sua política, que todo cidadão possui direito à saúde. Porém, o desafio de efetivar a norma constitucional (macropolítica) na realidade concreta das políticas públicas de saúde mental é uma luta constante. A Lei da Reforma Psiquiátrica garante uma rede de assistência e atenção que exige investimento financeiro, portanto estudar o processo de formulação da lei é poder adentrar as disputas e suas diferentes perspectivas e leituras .

A partir da análise do projeto de lei e da lei, podemos fazer uma comparação que elucida questões sobre as disputas que ocorreram nesses 12 anos de tramitação. Por exemplo, vamos analisar o caput desses dois documentos. No projeto, o caput traz a expressão “extinção dos manicômios”; entretanto na própria lei o caput traz a ideia de proteção dos direitos dos pacientes internados, não especificando que os manicômios deveriam ser extintos.

Projeto de Lei 3.657/89	Lei 10.216/01
Caput - Dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação compulsória	Caput - Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental

No artigo primeiro do PL, a palavra “proibição” aparece afirmando o caráter antimanicomial do documento, tanto da criação de novos leitos psiquiátricos, quanto de contratação e financiamento.

Artigo 1º - Fica proibida, em todo território nacional, a construção de novos hospitais psiquiátricos públicos e a contratação ou financiamento, pelo setor governamental, de novos leitos em hospital psiquiátrico. (BRASIL, PL 3.657/89).





Na Lei 10.216/01, dos 12 artigos que foram aprovados, os artigos 2º e 4º apresentam um caráter de co-existência com o hospital psiquiátrico, não se valendo claramente da insígnia da “proibição” de novos leitos especializados em psiquiatria. No art. 2º, ressalta que as pessoas portadoras de transtorno mental deverão ser tratadas “preferencialmente” em serviços comunitários de saúde mental. Já o art. 4º aponta para o caráter da internação em qualquer modalidade (voluntária, involuntária ou compulsória), que só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes (BRASIL, Lei 10.216/01).

O segundo artigo do PL pauta a organização administrativa e o planejamento com vistas à extinção progressiva dos leitos manicomiais e requer um cronograma de implantação de novos recursos técnicos assistenciais, propondo assim a criação de serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico. Responsabiliza as Secretarias Estaduais de Saúde pela coordenação desse processo, propondo a criação de um Conselho Estadual Psiquiátrico, composto por trabalhadores de saúde mental, usuários, familiares, poder público, advogados e comunidade científica.

Artigo 2º - As administrações regionais de saúde (secretarias estaduais, comissões regionais e locais, secretarias municipais) estabelecerão a planificação necessária para instalação e funcionamento de recursos não-manicomiais de atendimento, como unidade psiquiátrica em hospital geral, hospital-dia, hospital-noite, bem como para a progressiva extinção dos leitos de características manicomiais (BRASIL, PL 3.657/89).

O art 3º responsabiliza o Estado pelo desenvolvimento da política de saúde mental, considerando a participação da sociedade e da família. Ressalta que a assistência será “prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais”. Atentamos ao fato da lei não mencionar o termo “ recursos não-manicomiais”, como pontuado no PL, e tratar de forma genérica os estabelecimentos de saúde mental, sem assinalar distinção entre serviços manicomiais (hospital especializado) e antimanicomiais (recursos extra-hospitalares). Também não vislumbra a extinção dos leitos de características manicomiais, conforme trata o PL. No art 12º, traz a importância da criação de comissão nacional para acompanhar a implementação da lei.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Ver quadro comparativo em anexo.



Seguindo a análise, tendo como referência o PL, em seu artigo terceiro, especificamente o parágrafo segundo, legisla sobre direito do usuário, no que diz respeito à internação compulsória. Ao ocorrer a internação compulsória, deve-se acionar a defensoria pública em até vinte e quatro horas para um parecer legal da internação; ultrapassando esse tempo caracteriza-se um sequestro ilegal.

Artigo 3º - A internação psiquiátrica compulsória deverá ser comunicada, pelo médico que a procedeu, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, à autoridade judiciária local, preferentemente à Defensoria Pública, quando houver. A Defensoria Pública (ou autoridade judiciária que a substitua) procederá à auditoria periódica dos estabelecimentos psiquiátricos com o objetivo de identificar os casos de sequestro ilegal (BRASIL, PL 3.657/89).

A problemática da internação compulsória e das outras modalidades de internação é objeto dos artigos 6º, 7º, 8º e 9º da Lei 10.216. Esses artigos tratam dos tipos de internação (voluntária, involuntária e compulsória) e da necessidade de comunicação ao Ministério Público dos pacientes internados involuntariamente (BRASIL, Lei 10.216/01). Destacamos a referência ao “sequestro ilegal”, usada pelo PL para justificar a necessidade de acionar a Defensoria Pública.

Delgado (2011) analisa que o debate no congresso que resultou no texto final da lei revela tendências e concepções em jogo. A primeira tendência diz respeito à reestruturação do modelo biomédico e hospitalocêntrico no cuidado em saúde mental; a segunda tendência refere-se à judicialização do cuidado, com as internações involuntárias e compulsórias.

## **O cenário atual de disputas pela reforma psiquiátrica**

A Lei 10.216 é aprovada em meio a um cenário de esgotamento das políticas neoliberais e de ascensão dos movimentos sociais. A democratização pela qual o país passava no final da década de 80 afeta o movimento constituinte e a Constituição de 88 e, nela, se especifica que acesso à moradia, educação e saúde são direitos de todos e dever do estado. Logo após esse acontecimento, promulga-se, em 1990, a Lei do SUS (8.080). É claro, que esses acontecimentos são também resultado de intensa luta para a democratização do país, contra um estado totalitário e, em se tratando especificamente da Lei do SUS, também teve como protagonista a participação do movimento da reforma



sanitária, que já vinha colocando intensas críticas à política de saúde do regime militar, que reforçava o modelo hospitalocêntrico e excluía as camadas mais marginalizadas da população.

Após a aprovação da lei, outros projetos também foram aprovados, tais como o Programa de Volta para Casa (PVC), em 2003, com a Lei 10.708, que garante o auxílio-reabilitação psicossocial para pessoas que estão em processo de saída das instituições asilares.

Em 2003 é também aprovada a política de atenção integral aos usuários de álcool e outras drogas. A atenção à saúde mental foi ganhando um novo desenho, principalmente com a aprovação da portaria 3.088/11 que cria a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Com isso, vai tomando forma o que seria uma atenção integrada e em rede. É nesse período que as Comunidades Terapêuticas (CT) passam a fazer parte da RAPS, sendo inseridas no componente de “atenção residencial de caráter transitório”, juntamente com as Unidades de Acolhimento (UA). O período marca também o início das contradições na política de saúde mental, que inclui na rede de atenção psicossocial, estabelecimentos como as CT, que atuam na lógica da abstinência e do isolamento, ao passo que as UA buscam a estratégia da Redução de Danos (RD) e o cuidado em liberdade. Inicia-se um processo de hibridismo na rede de saúde mental, com serviços de características manicomiais e antimanicomiais, muito encampado pela bancada evangélica do congresso nacional.

A porta de entrada dos estabelecimentos de caráter manicomial na RAPS se deu por meio da política de drogas impulsionada pelo Programa Interministerial “Crack, é possível vencer”.

O embate com forças reacionárias e a arena de disputa pelo modelo de assistência em saúde mental foi acentuado a partir do golpe político sofrido no país em 2016. O processo de abertura do golpe, com a aceitação do *impeachment* de Dilma Rousseff, pela Câmara dos Deputados, em 2 de dezembro de 2015, disparou ainda neste mesmo ano, o início de ações que apontavam para retrocessos na política de saúde mental, com a composição de atores alinhados às práticas manicomiais e entidades contrárias à reforma psiquiátrica, como a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) e Conselho Federal de Medicina (CFM).



Em 14 de dezembro de 2015, foi nomeado para ocupar o cargo de Coordenador da Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, o psiquiatra Valencius Wurch, antigo diretor da Casa de Saúde Dr. Eiras, em Paracambi<sup>14</sup>, maior manicômio privado do país. Seu posicionamento público sempre expressou críticas contrárias à Lei 10.216 e aos pressupostos da reforma psiquiátrica. Diversas entidades atuantes em defesa da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial posicionaram-se em notas públicas contrárias a essa nomeação:

A partir de 1994, Dr. Valencius Wurch Duarte Filho foi Diretor-técnico da Casa de Saúde Dr. Eiras de Paracambi, condição em que manifestou publicamente, por meio do Jornal do Brasil, crítica aos fundamentos do projeto de lei n. 3657/1989, cujo substitutivo deu origem à atual Lei federal n. 10.216/01, marco regulatório da Política Nacional de Saúde Mental. Afirmou serem os fundamentos “de caráter ideológico, e não técnico, e se baseiam em situações ultrapassadas” (ABRASCO, 2015).<sup>15</sup>

Em muitas mobilizações de rua, eventos, congressos científicos, audiências públicas, era entoado o grito antimanicomial “Nenhum passo atrás, manicômio nunca mais”.

Desde então, a política nacional de saúde mental vem sendo coordenada por atores aliados à composição da manicomialidade na rede de atenção psicossocial. Em abril de 2017, a Associação Brasileira de Psiquiatria e o Conselho Federal de Medicina enviaram um Ofício endereçado ao Ministro do Desenvolvimento Social, Sr. Osmar Terra, ao Ministro da Saúde, Sr. Ricardo Barros, aos Governadores e a todos os Gestores de Saúde. O documento apresenta 14 pontos de recomendações para a orientação da política de saúde mental. Dentre os pontos recomendados, destacam-se aqueles que reorientam o modelo assistencial:

---

<sup>14</sup><https://lappis.org.br/site/um-pouco-de-historia-saude-mental-ja-foi-o-sustento-do-municipio-de-paracambi/2530>

<sup>15</sup> Nota Pública contra a nomeação de Valencius Wurch Duarte Filho para a CGMAD/MS. Assinada pelas entidades: Associação Brasileira de Saúde Coletiva/Abrasco; Associação Brasileira de Saúde Mental/ABRASME; Centro Brasileiro de Estudos em Saúde/CEBES; Conselho Federal de Psicologia/CFP; Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro/IMS-UERJ; Movimento Nacional da Luta Antimanicomial/MNLA; Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial/RENILA.  
<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/institucional/nota-publica-cgmadms/15248/>



Que o tratamento de pessoas portadoras de transtornos mentais tenha, como eixo principal, os Ambulatórios Especializados;

Que os leitos psiquiátricos existentes em Serviços Hospitalares Especializados sejam mantidos, melhorados e qualificados, como é dever do Estado, e que seu número seja adequado proporcionalmente à população de cada região;

Que a Política Nacional de Saúde Mental seja revista e direcionada para um modelo estruturado com base em uma Rede Integral de Tratamento, nos mais diversos níveis de complexidade, consentâneo com as necessidades dos pacientes; conforme exemplificado e explicado nas Diretrizes para um Modelo de Atenção Integral em Saúde Mental no Brasil, elaboradas pela Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), Associação Médica Brasileira (AMB), Federação Nacional dos Médicos (FENAM), Sociedade Brasileira de Neuropsicologia (SBNp) e é documento oficial adotado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM)” (ABP, CFM, 2017:5 e 6).

As recomendações do documento expressam claramente a posição das entidades referenciadas, indicando um posicionamento de ampliação e adequação dos leitos especializados em psiquiatria no território nacional, como diretriz de uma política de Estado.

Curioso perceber que o documento é formulado tendo como justificativa a Lei 10.216/01. Os 14 pontos recomendados pelas entidades são respaldados por 30 justificativas considerando, em sua grande maioria, os indicativos da Lei 10.216/01.

**CONSIDERANDO** que a Lei Federal 10.216/2001 garante às pessoas portadoras de transtorno mental que sejam tratadas, preferencialmente, mas não obrigatoriamente, em serviços comunitários e que a internação psiquiátrica só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes e, ainda, que os pacientes têm direito à presença médica em qualquer momento de sua hospitalização;

**CONSIDERANDO** que, desde 2001, o Ministério da Saúde, por intermédio da coordenação Nacional de Saúde Mental, vem induzindo e fomentando o descumprimento da Lei Federal 10.216/2001, através de distorções da “letra da Lei” (...) proibiria internações psiquiátricas e determinaria o fechamento dos Hospitais Psiquiátricos Especializados, o que não é verdade, subtraindo o direito à melhor assistência garantida ao portador de transtorno mental em seu momento mais delicado, que é o surto;

**CONSIDERANDO** que a distorção da Lei 10.216/2001 pela CNSM do MS promoveu nos últimos 30 anos, através da PNSM, o fechamento de mais de 90.000 leitos psiquiátricos quando, na prática, a supressão do direito garantido na Lei, que todo cidadão tem de ser internado, sempre que necessário, em Serviços Psiquiátricos Especializados. (ABP, CFM, 2017: 1 e 2).



As disputas em jogo se acirraram no cenário de transição dos gestores da política nacional de saúde mental. Desde a institucionalização do SUS, no início da década de 90, a coordenação nacional de saúde mental, foi ocupada por gestores-atores que simpatizavam com a militância social da luta antimanicomial e com a reforma psiquiátrica brasileira, trabalhando no sentido de construção de uma política ancorada nos princípios ético-políticos do cuidado em liberdade e, portanto, na construção de uma rede de atenção psicossocial com serviços substitutivos aos manicômios.

Ainda no mesmo ano das recomendações do Ofício da ABP e CFM, em dezembro de 2017, foi aprovada a Portaria 3.588/17, que resguarda no interior da RAPS o hospital psiquiátrico, além de outras práticas que apontam para lógicas manicomiais. Com o indicativo de ampliação e financiamento para os leitos psiquiátricos especializados, investimento nas comunidades terapêuticas, referência de internação para crianças, financiamento e uso de eletroconvulsoterapia como indicativo terapêutico.

Leonardo Pinho<sup>16</sup>, ao analisar o momento atual da política de saúde mental, compreende que o tempo dos retrocessos na reforma psiquiátrica consolidou-se e abriu campo para uma nova fase, a que chamou de contrarreforma. O processo de contrarreforma também pode ser visto no contato com os usuários de saúde mental e como esse novo cenário afeta seu protagonismo.

## **2º Vektor: Os efeitos da Lei no protagonismo dos usuários - O**

### **caso da AUFASSAM**

O segundo vetor da pesquisa refere-se ao efeito da Lei 10.216/01 no protagonismo dos usuários. Diversas associações de usuários e familiares de saúde mental foram sendo criadas, impulsionadas pelos atores sociais desde o período de formulação e apresentação do projeto de lei. O movimento social de luta antimanicomial foi um importante ator que ocupou a arena de disputa nos 11 anos de tramitação da lei,

---

<sup>16</sup> Publicado no endereço <http://idepsalud.org/leonardo-pinho-salud-mental-retrocesos-o-contra-reforma-en-brasil/>



advogando em defesa de uma lei de caráter antimanicomial, antiproibicionista em defesa dos direitos humanos das pessoas com transtornos mentais.

Nesse segundo vetor de análise, dedicamo-nos a acompanhar a Associação de Usuários e Familiares dos Serviços de Saúde Mental de Volta Redonda/RJ (AUFASSAM-VR), atentando para seu modo de funcionamento, mobilizações e movimentos que se organizam a partir do cotidiano dos serviços e das vidas dos usuários. No intuito de compreender como esse coletivo acontece em suas práticas de ação cotidiana, organizamos um encontro com os usuários da AUFASSAM, imbuídos pela entrevista cartográfica. Ressaltamos também que a aproximação e a (con)vivência<sup>17</sup> com a AUFASSAM se fortaleceu com os dois anos de estágio profissionalizante e supervisão das autoras desse texto, o qual foi realizado com a associação, levando em consideração a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A contribuição desse encontro para nossos objetivos de pesquisa parte da possibilidade de nos inserirmos no campo e acompanhar os atores. No decorrer desta seção, veremos que o encontro só é possível a partir da construção de um grupo. Sendo assim, inicialmente nos organizamos para uma entrevista. Entretanto, em ato, pudemos ter acesso a algo mais do que apenas a entrevista ; tivemos acesso à associação em acontecimento. Percebemos que participamos de uma reunião da AUFASSAM e não especificamente de uma entrevista semiestruturada. No decorrer do acontecimento, altera-se o estatuto do encontro. Iniciamos como entrevista e, a partir do manejo cartográfico, vivenciamos uma reunião da associação. Desse modo, gostaríamos de marcar dois pontos estruturantes desse encontro, que percorreram nossos estudos e conseqüentemente essa seção. São eles: 1) A associação em movimento, processual e não finalizada; 2) A construção do manejo cartográfico para acessar a experiência, trazendo a associação em acontecimento.

A fim de nos instrumentalizar, provocar questionamentos e orientar nossas escutas e olhares no momento da entrevista, partimos para leituras e discussões. Neste primeiro momento, encontramos na cartografia embasamento para acessar a experiência do acontecimento AUFASSAM. Para isso, fizemos uma aproximação das discussões e

---

<sup>17</sup> Em alusão à concepção de pesquisar COM e não sobre os sujeitos, intervindo na realidade. Noção desenvolvida por TEDESCO, Sílvia. A ética da pesquisa e a perspectiva da cartografia: algumas considerações. Rev. Polis e Psique, 2015; 5(2): 32 – 47.



Pistas do Método Cartográfico (PASSOS, KASTRUP, ESCÓSSIA, 2009). Vale ressaltar que a instrumentalização não é um direcionamento rígido ou uma procura por uma formalização do que seria a entrevista. A cartografia, enquanto método de acesso à experiência, apresenta-se contrária à indicação de um certo “modelo” de entrevista, pois o interesse está no acontecimento e não em um pressuposto do que ela irá “revelar”. Em última instância, não há um modelo a ser seguido. A entrevista é parte do processo de pesquisar e é atravessada por um “fazer pesquisa-participativa” (SADE et al, 2013). Desse modo, não existe entrevista cartográfica, mas manejo cartográfico da entrevista. Tedesco, Sade e Caliman (2013, p. 304) propõem “três diretrizes para lidar com a pergunta: como entrevistar? 1) a entrevista visa não a fala sobre a experiência e sim a experiência na fala; 2) a entrevista intervém na abertura à experiência do processo do dizer; 3) a entrevista busca a pluralidade de vozes”.

Ao considerar que não existe entrevista cartográfica e sim manejo cartográfico da entrevista, evidenciamos o acontecimento que, através do manejo das falas que aparecem produz sentido e, conseqüentemente, narrativas coletivas/compartilhadas que nos convocam a experimentar, no nosso caso em específico, o que é a AUFASSAM.

As reverberações que as discussões e as leituras dispararam nos atentaram a compreender que, enquanto uma associação em movimento, ela é sempre processual. Sendo assim, o encontro não teria necessariamente uma finalidade predeterminada; nossa intenção foi de nos aproximar para, assim, acompanhar os processos que constituem o acontecimento AUFASSAM, entendendo que cartografar é acompanhar processos (POZZANA, KASTRUP, 2009). Por isso, o manejo da entrevista seria direcionado ao co-engendramento entre pesquisadores e entrevistados, o que resulta na construção de um grupo que constrói, a partir de falas individuais, narrativas coletivas orientando-nos a acessar a associação que agora se colocava diante de nós.

O método é pensando na inversão do sentido etimológico. Ao rachar a palavra método, ou metá-hódos, percebemos que hódos (caminho) vem depois e inteiramente condicionado pela metá que o antecipa e o determina. Porém, pensemos no método como hódos-metá, como uma aposta na experiência do pensamento, um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado. (PASSOS e BARROS, 2009, p. 10)





Acompanhar processos e suas reverberações é um convite a um rearranjo na relação entre entrevistador e entrevistado. O manejo traz à cena “ethos” (terrenos) diversos (TEDESCO, SADE e CALIMAN, 2013). A entrevista está imersa nessas relações que constituem terrenos, não como método enrijecido, mas como experimento. Na entrevista, experimentamos a AUFASSAM. Procuramos, durante a entrevista, promover olhares e escuta ampliados. A intenção se colocava em ouvir o sujeito não somente com o que ele traz, mas também escutá-lo em sua dimensão processual de existência.

Os participantes da AUFASSAM que compareceram na entrevista, em torno de 8 pessoas, eram usuários e familiares que, em sua maioria, haviam passado por experiências em internações psiquiátricas. Alguns em hospitais psiquiátricos, outros em internação na ala psiquiátrica em hospitais gerais. Os pesquisadores, instigados por acessar o processo de formação desse coletivo, colocam questões, convidando os participantes a falarem sobre as internações, ponto praticamente comum e de assunto recorrente.

A AUFASSAM-VR nasce em 1994, no interior da Casa de Saúde de Volta Redonda, hospital psiquiátrico que foi fechado nos anos 90. A criação da associação, entidade de mobilização social, foi concebida principalmente, pelos trabalhadores do hospital, que reivindicavam melhores condições de trabalho, sinalizando para o processo de reforma psiquiátrica no município. Passados mais de 20 anos de sua criação, a associação passava por um processo de reativação. Como dito por alguns usuários, a associação estava em fase de “popularização”. Falavam assim por acreditarem que muitos usuários que frequentam os serviços de saúde indicavam não saber o que é a AUFASSAM e como ela funciona. No decorrer do processo de reativação, que foi impulsionado também pelo estágio se desdobrando na pesquisa, a questão de construir “popularização” foi delineada a partir da demanda dos usuários que apresentaram um problema específico: fazer uma eleição com a finalidade de reativar AUFASSAM. Por se tratar de uma associação com estatuto, o lugar de presidente era ressaltado. Conjuntamente, usuários, familiares, trabalhadores e acadêmicos traçaram como caminho a utilização da AUFASSAM como potencializadora dos espaços de organização e deliberação coletiva nos cinco CAPS do município de Volta Redonda. A associação passou a funcionar, portanto, com reuniões itinerantes.



A entrevista contou com três estudantes-pesquisadores, uma professora-pesquisadora, sete usuários e uma familiar, ex-presidente da associação. A pergunta “o que é a AUFASSAM?” vem seguida da mesma resposta, sempre exemplificando o que quer dizer a sigla.

A familiar relata sua inserção na associação desde o momento de sua criação, como um engajamento de luta, mobilizada mediante as condições de internação do seu filho no manicômio. Afirma que a luta é principalmente dos usuários e familiares, uma vez que estes podem fazer reivindicações para os gestores da rede de atenção psicossocial, sem necessariamente, colocar em risco o emprego dos profissionais. Esse posicionamento aponta para a precarização do trabalho, com vínculos trabalhistas fragilizados, podendo produzir um silenciamento no trabalhador, em detrimento da garantia de seu emprego. “O que a AUFASSAM pode fazer para melhorar a realidade dos CAPS?”, questiona um usuário, implicado com a luta e a mobilização de uma política antimanicomial que garantam a sustentação do cuidado em liberdade. Em diálogo com a questão apresentada, a familiar coloca em evidência a importância da participação da associação nas plenárias do conselho municipal de saúde, espaço onde todo e qualquer cidadão pode ter voz e reivindicar seus direitos.

Para se pensar a questão dos direitos humanos e o exercício da cidadania, há de se pensar a implicação e, portanto, as posições que os usuários, trabalhadores e familiares ocupam. A construção e a ocupação de espaços coletivos onde se almeja a participação (assembleias, conselhos, conferências) é uma disputa permanente em defesa da promoção de saúde como direito de todos e, somente assim é possível pensar a política pública em saúde a partir daqueles que a utilizam, evidenciando o funcionamento de dispositivos coletivos de reivindicação, como é o caso da associação em questão.

No decorrer da entrevista, que se foi produzindo em modo reunião, o usuário eleito presidente da associação coloca em questão a defesa por uma gestão colegiada, propondo que todas as decisões deveriam ser tomadas em reunião, coletivamente. Assim, saímos desse encontro com uma agenda de reuniões quinzenais da associação, quando iria ser programada, dentre outras ações, a participação nas plenárias do conselho municipal de saúde.



Esse encontro-entrevista-reunião mostra como a associação está em movimento no seu processo de reinvenção, reconfigurando os arranjos que antes eram intensamente delineados pela gestão municipal, uma vez que era a secretaria de saúde que organizava as eleições, as reuniões, os posicionamentos, a agenda. Pudemos perceber que a reformulação desse cenário e a apropriação por parte dos usuários da associação trazem à cena discussões que colocam em questão as relações dentro e fora do serviço, provocando a descentralização das decisões. O movimento era, portanto, da associação aparecer para os outros usuários, como um dispositivo de articulação entre direitos humanos e saúde mental, produzindo cuidado e construindo propostas de intervenção no âmbito da saúde pública. Assim, fomos percebendo que a entrevista, em seu manejo cartográfico, tornou-se um dispositivo que fez funcionar a associação em ato, naquilo que claramente experimentamos nas falas circulando na reunião em acontecimento, colhendo os efeitos dessa experiência. “A entrevista é um processo de colheita de relatos que ela mesma cultiva”. (TEDESCO, SADE, CALIMAN, 2013: 307) .

Ao final da entrevista, um dos usuários afirma o quanto era importante estarmos reunidos, pensando a luta pelos direitos. Nomeia as comunidades terapêuticas como instituições parecidas com os manicômios. Ao apostar nessa organização coletiva proposta pelos usuários estamos apostando em uma ética inclusiva, participativa, desinstitucionalizante, de cuidado em liberdade que está em sintonia com os princípios básicos que estruturam o sistema complexo que é o SUS. A atuação da associação com o protagonismo dos usuários, além de ser um exercício de cidadania e de direitos humanos, produz efeitos clínico-políticos na trajetória existencial dos usuários.

## **Considerações Finais**

A pesquisa caminhou em direção ao estudo do campo problemático da formulação e da implementação da Lei 10.216. As pistas aqui levantadas de uma genealogia da lei 10.216 delineiam as forças que estavam em atuação nesse cenário e como se engendraram para culminar na aprovação em 2001.

No decorrer da pesquisa, pudemos identificar os atores e perceber quais forças estavam em disputa naquele período. A comparação entre o PL 3.657 e a Lei 10.216



indica as mudanças operadas no texto e possíveis brechas que abrandaram o sentido radical trazido na formulação “pela extinção do manicômio” e que também aparece no lema “por uma sociedade sem manicômios” do movimento da luta antimanicomial .

No entanto, além dos documentos que direcionam a política, o trabalho vivo em ato que acontece na prática dos trabalhadores, no cotidiano dos serviços substitutivos, movimenta-se como um campo de disputas diárias. Importante compreender os embates, trazendo a lei como um analisador do que está sendo operado pela via desse dispositivo legal.

Além disso, nosso encontro com a AUFASSAM convida-nos a pensar o processo da reforma psiquiátrica pelo protagonismo dos usuários, ou seja, a partir daqueles que fazem uso das políticas públicas de saúde mental. Acreditamos que o protagonismo dos usuários é fundamental tanto para pensar a produção de uma política associada à realidade do cotidiano de quem a utiliza, como também para garantir a luta pelos direitos, em um constante exercício de cidadania, de produção de coletivos e de autonomia que, na prática, se dá pela operação da clínica em sua interface com a política.

Deparamo-nos também com um cenário de contrarreforma, no qual os setores manicomiais se reorganizam e implementam suas políticas a partir de documentos infralegais e portarias sem alteração do marco legal da reforma psiquiátrica. Dessa forma, as brechas deixadas pela Lei 10.216/01 estão sendo exploradas por esses setores em uma correlação de forças desfavorável para a luta antimanicomial, fazendo avançar uma assistência psiquiátrica que viola os direitos humanos e a direção do cuidado em liberdade.

Em tempos de tamanha ameaça ao SUS, desmonte de estratégias na atenção básica e ameaças de retrocessos na política de saúde mental e reforma psiquiátrica, almejamos que a análise dos dados dessa pesquisa possa contribuir com os estudos no campo da saúde mental coletiva, alargando seu campo epistemológico com vistas à sustentação de uma política pública e de cuidado em saúde mental, cujos princípios antimanicomiais e de desinstitucionalização estejam no horizonte de sua defesa.



## Referências

ABRASCO. Nota Pública contra a nomeação de Valencius Wurch Duarte Filho para a CGMAD/MS. 2015. Acessado em 29/11/2020

<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/institucional/nota-publica-cgmadms/15248/>

AMARANTE, Paulo. Loucos pela Vida: a trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil. 2ª Edição, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA; CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Ofício 068/17/ABP/SEC. Brasília, 25 de abril de 2017

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 3657-A de setembro de 1989. Dispõe sobre a extinção progressiva dos hospitais psiquiátricos e sua substituição por outros recursos assistenciais, regulamenta a internação psiquiátrica compulsória e dá outras providências. Brasília, 1989.

BRASIL. Lei 10.216 de 06 de abril de 2001: Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, 2011.

CORREIA, Ludmila Cerqueira. O movimento antimanicomial: movimento social de luta pela garantia e defesa dos direitos humanos. Prim@ Facie (UFPB), v. 2006.1, p. 83-97, 2006.

DELGADO, Pedro Gabriel. Saúde Mental e Direitos Humanos: 10 Anos da Lei 10.216/2001. Arquivos Brasileiros de Psicologia, vol. 63, núm. 2, 2011, pp. 114-121

FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, a genealogia e a história." In. FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Tradução: Roberto Machado. 10a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

FOUCAULT, Michel. Genealogia e Poder. In. FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Tradução: Roberto Machado. 2a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.



HERRERA FLORES, Joaquin. A reinvenção dos direitos humanos. Fundação Boiteaux, 2009.

MERHY, E.E. et al. Criação de Observatório Microvetorial de Políticas Públicas em Saúde e Educação em Saúde. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. Genealogia da moral: uma polêmica; tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. — São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: Passos E; Kastrup V; Escóssia L. organizadores. Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina; 2009. p.17-31.

PEREIRA, R. Políticas de saúde mental no Brasil: o processo de formulação da lei de reforma psiquiátrica (10.216/01). 2004. 244f. Tese de doutorado. FIOCRUZ. Rosemary Corrêa Pereira. Rio de Janeiro : s.n., 2004. 244 p.

PINHO, Leonardo. Saúde Mental: retrocessos ou contra-reforma? Disponível em:<http://idepsalud.org/leonardo-pinho-salud-mental-retrocesos-o-contrareforma-en-brasil/>. Acesso em 30 de nov. de 2020. 2019.

POZZANA, L.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PITTA, Ana Maria Fernandes. Um balanço da reforma psiquiátrica brasileira: instituições, atores e políticas. Ciência saúde coletiva [online]. 2011, vol.16, n.12, pp.4579-4589. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011001300002>.



SADE, Christian et al. O uso da entrevista na pesquisa-intervenção participativa em saúde mental: o dispositivo GAM como entrevista coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(10):2813-2824, 2013

TEDESCO, Silvia Helena; SADE, Christian; CALIMAN, Luciana Vieira. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 25 – n. 2, p. 299-322, Maio/Ago. 2013

ZANARDO, G.L.P.; LEITE, L.S.; CADONÁ, Eliane. Política de saúde mental no Brasil: reflexões a partir da lei 10.216 e da portaria 3.088. *Cadernos brasileiros de saúde mental*, V. 9, p.1-21-21, 2017.

## Anexos

Ao comparar o Projeto de Lei e a Lei aprovada onze anos depois, podemos fazer o seguinte quadro elucidativo.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA (Nº 3.657)	LEI (Nº10.216)
Ano: 1989	Ano: 2001
Caput: <i>Dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação compulsória.</i>	Caput: <i>Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.</i>
Artigo 1º: Fica proibida, em todo território nacional, a construção de novos hospitais psiquiátricos públicos e a contratação ou	Artigo 1º: Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata esta Lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo,



<p>financiamento, pelo setor governamental, de novos leitos em hospital psiquiátrico.</p> <p>§ 1º - Nas regiões onde não houver estrutura ambulatorial adequada, a implantação do disposto no <i>caput</i> deste artigo se fará de maneira gradativa, sem colapso para o atendimento.</p> <p>§ 2º - Qualquer exceção, determinada por necessidade regional, deverá ser objeto de lei estadual.</p>	<p>orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra.</p>
<p>Artigo 2º: As administrações regionais de saúde (secretarias estaduais, comissões regionais e locais, secretarias municipais) estabelecerão a planificação necessária para a instalação e funcionamento de recursos não-manicomial de atendimento, como unidade psiquiátrica em hospital geral, hospital-dia, hospital-noite, bem como para a progressiva extinção dos leitos de características manicomial.</p> <p>§ 1º - As administrações regionais disporão do tempo de 1 (um) ano, a contar da data de aprovação desta lei, para apresentarem às comissões de saúde de poder legislativo, em seu nível, o planejamento e cronograma da implantação dos novos recursos técnicos de atendimento.</p> <p>§ 2º - É da competência das secretarias estaduais coordenarem o processo de substituição de leitos psiquiátricos manicomial em seu nível de atuação, e do Ministério da Saúde ao nível federal.</p>	<p>Artigo 2º: Nos atendimentos em saúde mental, de qualquer natureza, a pessoa e seus familiares ou responsáveis serão formalmente cientificados dos direitos enumerados no parágrafo único deste artigo.</p> <p>Parágrafo único. São direitos da pessoa portadora de transtorno mental:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>I - ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades;</li><li>II - ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade;</li><li>III - ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração;</li><li>IV - ter garantia de sigilo nas informações prestadas;</li><li>V - ter direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária;</li><li>VI - ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis;</li></ul>





<p>§ 3º - As secretarias estaduais, constituirão, em seu âmbito, um Conselho Estadual Psiquiátrico, no qual estejam representados, voluntariamente, os trabalhadores de saúde mental, usuários e familiares, o poder público, a ordem dos advogados e a comunidade científica, sendo sua função acompanhar a elaboração dos planos regionais e municipais de desospitalização e aprová-los ao cabo de sua finalização.</p>	<p>VII - receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento; VIII - ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis; IX - ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental.</p>
<p>Artigo 3º: A internação psiquiátrica compulsória deverá ser comunicada, pelo médico que a procedeu, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, à autoridade judiciária local, preferentemente à Defensoria Pública, quando houver.</p> <p>§ 1º - Define-se como internação psiquiátrica compulsória aquela sem o expresso desejo do paciente, em qualquer tipo de serviço de saúde, sendo responsabilidade do médico autor da internação sua caracterização enquanto tal.</p> <p>§ 2º - Compete ao Defensor Público (ou outra autoridade judicial designada) ouvir o paciente, médicos e equipe técnica do serviço, familiares e quem mais julgar conveniente e emitir parecer em 24 (vinte e quatro) horas sobre a legalidade da internação.</p> <p>§ 3º - A Defensoria Pública (ou autoridade judiciária que a substitua) procederá à auditoria periódica dos estabelecimentos psiquiátricos com o objetivo de identificar os casos de sequestro ilegal e zelar pelos direitos do cidadão internado.</p>	<p>Artigo 3º: É responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais.</p>



<p>Artigo 4º: Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.</p>	<p>Artigo 4º: A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.</p> <p>§ 1º O tratamento visará, como finalidade permanente, a reinserção social do paciente em seu meio.</p> <p>§ 2º O tratamento em regime de internação será estruturado de forma a oferecer assistência integral à pessoa portadora de transtornos mentais, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, e outros.</p> <p>§ 3º É vedada a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares, ou seja, aquelas desprovidas dos recursos mencionados no § 2º e que não assegurem aos pacientes os direitos enumerados no parágrafo único do Artigo 2º.</p>
<p>Artigo 5º: Revogam-se as disposições em contrário, especialmente aquelas constantes do Decreto nº 24.559, de 3 de julho de 1934.</p>	<p>Artigo 5º: O paciente há longo tempo hospitalizado ou para o qual se caracterize situação de grave dependência institucional, decorrente de seu quadro clínico ou de ausência de suporte social, será objeto de política específica de alta planejada e reabilitação psicossocial assistida, sob responsabilidade da autoridade sanitária competente e supervisão de instância a ser definida pelo Poder Executivo, assegurada a continuidade do tratamento, quando necessário.</p>
	<p>Artigo 6º: A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico</p>



	<p>circunstanciado que caracterize os seus motivos.</p> <p>Parágrafo único. São considerados os seguintes tipos de internação psiquiátrica:</p> <p>I - internação voluntária: aquela que se dá com o consentimento do usuário;</p> <p>II - internação involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro; e</p> <p>III - internação compulsória: aquela determinada pela Justiça.</p>
	<p>Artigo 7º: A pessoa que solicita voluntariamente sua internação, ou que a consente, deve assinar, no momento da admissão, uma declaração de que optou por esse regime de tratamento.</p> <p>Parágrafo único. O término da internação voluntária dar-se-á por solicitação escrita do paciente ou por determinação do médico assistente.</p>
	<p>Artigo 8º: A internação voluntária ou involuntária somente será autorizada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina - CRM do Estado onde se localize o estabelecimento.</p> <p>§ 1º A internação psiquiátrica involuntária deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido, devendo esse mesmo procedimento ser adotado quando da respectiva alta.</p>



	<p>§ 2º O término da internação involuntária dar-se-á por solicitação escrita do familiar, ou responsável legal, ou quando estabelecido pelo especialista responsável pelo tratamento.</p>
	<p>Artigo 9º: A internação compulsória é determinada, de acordo com a legislação vigente, pelo juiz competente, que levará em conta as condições de segurança do estabelecimento, quanto à salvaguarda do paciente, dos demais internados e funcionários.</p>
	<p>Artigo 10º: Evasão, transferência, acidente, intercorrência clínica grave e falecimento serão comunicados pela direção do estabelecimento de saúde mental aos familiares, ou ao representante legal do paciente, bem como à autoridade sanitária responsável, no prazo máximo de vinte e quatro horas da data da ocorrência.</p>
	<p>Artigo 11º: Pesquisas científicas para fins diagnósticos ou terapêuticos não poderão ser realizadas sem o consentimento expresso do paciente, ou de seu representante legal, e sem a devida comunicação aos conselhos profissionais competentes e ao Conselho Nacional de Saúde.</p>
	<p>Artigo 12º: O Conselho Nacional de Saúde, no âmbito de sua atuação, criará comissão nacional para acompanhar a implementação desta Lei.</p>
	<p>Artigo 13º: Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p>



# **O feminino sob o olhar do jornal *O Lingote* nas décadas de 60 e 70**

**Bianca Novaes de Mello  
Ana Carolina de Meneses Teixeira  
Ana Clara Dias Oliveira de Almeida  
Crysmilla de Souza Silva  
Isabella Ferreira Mendonça  
Letícia Bastos de Oliveira**

A desigualdade entre os sexos, marcada pela opressão da mulher pelo homem, que tem seu início com o surgimento da propriedade privada e é aprofundada com o advento do sistema capitalista, que se apropria e aprofunda a desigualdade social prévia, ainda hoje se faz sentir na vida das mulheres e em sua participação na esfera pública. Apesar dos grandes avanços conquistados pelos movimentos feministas e das mudanças e crises do capitalismo que contribuíram para a entrada da mulher no mercado de trabalho, a participação na vida política ainda é pequena comparada à dos homens e, mesmo assim, costuma ser invisibilizada. Como se, na divisão entre público e privado, a participação na vida pública ficasse mais restrita à entrada no mundo do trabalho e menos em outros aspectos da vida pública. Além disso, mesmo a participação no mundo do trabalho é marcada pela desigualdade entre os sexos, raça e classe. De acordo com pesquisa do IPEA<sup>18</sup>, realizada de 1995 a 2015, a participação feminina no mercado de trabalho formal oscilou em torno de 54-55%, sinalizando que quase metade das brasileiras está fora do mercado de trabalho formal, enquanto os homens ocupam em torno de 85%. Em 2015, a taxa de desocupação feminina era de 11,6% e a dos homens 7,8%; mulheres negras 13,3% e homens negros 8,5%. Pesa ainda o fato de que o exercício de atividade remunerada não eximiu as mulheres das atividades domésticas, de forma que sua jornada total de trabalho, que considera a soma do tempo dedicado ao

---

<sup>18</sup>[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306\\_retrato\\_das\\_desigualdades\\_de\\_genero\\_raca.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf)



trabalho remunerado com o tempo dedicado ao trabalho doméstico não remunerado, em 2015, superou em 7,5 horas semanais à dos homens. Segundo o Mapa Mulheres na Política 2019<sup>19</sup>, o Brasil ocupava a posição 134 de 193 países pesquisados no ranking de representatividade feminina no Parlamento, com 15% de participação de mulheres (eram 77 deputadas em um total de 513 cadeiras na Câmara, e somente 12 senadoras entre os 81 eleitos). Nessa última eleição para a Câmara dos Vereadores do município de Volta Redonda, nenhuma mulher foi eleita dentre os 21 eleitos<sup>20</sup>. Embora a representatividade no Parlamento não abarque toda a participação na esfera política, ainda assim esse baixo índice aponta uma discrepância entre a participação no mundo do trabalho e na esfera política institucional, que, somados à alta participação na esfera doméstica, sugere que a oposição clássica entre esfera pública e privada ainda influencia os papéis desempenhados por homens e mulheres.

Atualmente, a despeito da baixa representatividade feminina na esfera política institucional, as mulheres têm se organizado em grandes mobilizações, desde o *Ni Una a Menos* na América Latina, passando pelas grandes marchas de mulheres nos EUA contra Trump, em janeiro de 2017, até à convocação, no mesmo ano, para uma *Greve Internacional de Mulheres* no dia 8 de março, que deu origem a intensas mobilizações que ficaram conhecidas como *8M*, e ao movimento *Ele Não*, no Brasil em 2018, às vésperas das eleições presidenciais. A maioria dessas mobilizações reivindicam as pautas feministas articuladas à luta contra as políticas que retiram direitos sociais e trabalhistas para resolver a crise do capital. É assim que Angela Davis e Nancy Fraser, entre outras, constroem, em 2017, o Manifesto do Feminismo para os 99%, contrapondo ao feminismo liberal um feminismo anticapitalista, solidário com as trabalhadoras, suas famílias e aliados em todo o mundo<sup>21</sup>.

É neste contexto que surgem as questões da pesquisa “*O feminino no imaginário social da CSN nas décadas de 60 e 70 e o papel ativo das mulheres nas greves da década de 80*”, cujo relatório inicial apresentaremos aqui. Diante da atual profusão de mobilizações de mulheres na esfera política, ao olhar para uma cidade marcada por uma história de greves e mobilizações sociais como as da década de 80, é difícil não indagar

---

<sup>19</sup><https://www.camara.leg.br/noticias/554554-baixa-representatividade-de-brasileiras-na-politica-se-reflete-na-camara/>

<sup>20</sup><https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2020/resultado/rj/volta-redonda/vereador/>

<sup>21</sup><https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/07/por-uma-greve-internacional-militante-no-8-de-marco/>



acerca da participação feminina nesses movimentos. Elas participaram? Onde estavam? Que papel desempenharam? Estavam nos sindicatos? Estavam nos movimentos sociais que envolveram a cidade? Estavam nos movimentos eclesiais de base? Nas mobilizações da Igreja Católica, junto a Dom Waldyr? Como atualmente significam essas memórias?

Assim, pretendemos realizar entrevistas com as mulheres que participaram e que estavam próximas das mobilizações que agitaram a cidade do aço na década de 80, com a participação de sindicatos e movimentos sociais e com o apoio da igreja católica. No entanto, essa cidade possui uma história muito singular, ao surgir a partir da criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), marcada pelo projeto nacional desenvolvimentista, no qual identificamos muitos elementos do patriarcado. É sob o pano de fundo da oposição entre público e privado e da distribuição de papéis de gênero nela presente que precisamos também observar como se efetou a participação feminina nas mobilizações da década de 80. Portanto, a primeira parte da pesquisa consiste em analisar a forma como as mulheres eram retratadas no jornal O Lingote, da CSN, nas décadas anteriores, de 60 e 70, observando a oposição entre público e privado, e examinar, através de uma pesquisa bibliográfica, que tipo de relação possui com o ideário sob o qual a cidade foi construída, o projeto nacional desenvolvimentista, marcado pelo patriarcado e, sobretudo, pelo imaginário da então denominada “família siderúrgica”.

A presente pesquisa iniciou-se em maio deste ano, logo, apresentaremos aqui os resultados preliminares da análise que fizemos do jornal O Lingote nas décadas de 60 e 70, interpretados a partir da oposição público e privado do projeto nacional desenvolvimentista da CSN e da noção de família siderúrgica.

## **Patriarcado e divisão social e sexual do trabalho**

Logo que nos deparamos com os números do jornal O Lingote, das décadas de 60 e 70, observamos que as mulheres costumam ser retratadas como esposas e familiares de funcionários da CSN ou em profissões relacionadas ao cuidado. Além disso, a denominada “Página Feminina” é dedicada a dicas de moda para a mulher e seus filhos e a receitas de tricô para fazer tais peças do vestuário – como veremos mais adiante. Vimos também, em nossa revisão bibliográfica inicial, que o ideário do projeto nacional



desenvolvimentista a partir do qual foi criada a CSN e a cidade é atravessado por essa divisão de papéis que atribui à mulher os cuidados com o lar e a família – como também veremos mais adiante. No entanto, sabemos que esta divisão social e sexual do trabalho não é uma invenção do projeto nacional desenvolvimentista. Surge com a sociedade patriarcal que, embora hoje tenha sofrido muitas inflexões, traz ainda suas marcas, fazendo-se, portanto, necessário compreendê-la para poder melhor interpretar os dados relacionados às mulheres encontrados no jornal O Lingote.

De acordo com Engels (1884/2012), a humanidade, no início, se organizava de diversas formas, tais como sociedades tribais, nômades e matrilineares, nas quais não se tinha a noção de monogamia e as relações entre homens e mulheres eram mais igualitárias. Além disso, algumas giravam em torno do papel da mãe e da descendência feminina, já que não havia estudos e conhecimento sobre o papel do homem na reprodução. Nessas sociedades, todos participavam da coleta de alimentos e do cuidado com as crianças. Com a descoberta da agricultura, as comunidades passam a se fixar em territórios e começam a aparecer as primeiras divisões sociais e sexuais do trabalho. Às mulheres é atribuída a responsabilidade pelos cuidados com as crianças e algumas atividades não exclusivas de coleta e caça; aos homens, a responsabilidade somente pela provisão dos alimentos. Mais tarde, quando estabelecida a propriedade privada, tornou-se necessário se preocupar com a herança dos filhos. A partir de então, nasce a família monogâmica, que tem como finalidade expressa procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível. Nas palavras de Engels (1884/2012, p. 87):

(...) o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino.

Os homens passaram a controlar os corpos femininos em sua autonomia e sexualidade a fim de manter a descendência patrilinear, iniciando-se, portanto, a sociedade patriarcal, onde a mulher fica subordinada ao homem e os mais jovens aos mais velhos.

Segundo Federici (2017), as atividades femininas passam a ser ainda mais desvalorizadas com o aparecimento do sistema capitalista, uma vez que as atividades dos





homens passam a ser remuneradas, trocadas por “valor”; enquanto o trabalho doméstico permanece não remunerado. Mais tarde, mesmo os trabalhos exercidos por mulheres no lar, como costura para fins comerciais, não são valorizados, ocupando sempre um lugar secundário na manutenção financeira da família. E até hoje, quando as mulheres já ocupam os trabalhos que antes eram predominantemente masculinos, a desigualdade salarial é ainda uma realidade. Além disso, o trabalho doméstico não remunerado continua a ser, em sua grande maioria, de responsabilidade das mulheres, originando uma jornada contínua de trabalho. Mesmo as trabalhadoras domésticas, que recebem remuneração por esse tipo de trabalho, são mal remuneradas e, somente recentemente, ao menos no Brasil, tiveram o reconhecimento formal dessa ocupação, com suas garantias trabalhistas.

Narvaz e Koller (2006) destacam que atualmente muitos consideram que o termo patriarcado seria ultrapassado historicamente, pois houve mudanças nos papéis da família e das mulheres. As autoras, no entanto, se atêm às formulações de Paterman (1993 *apud* Narvaz & Koller, 2006) de que haveria um “patriarcado moderno”, contratual. Este difere do patriarcado tradicional, que tem no poder do pai sobre a família o modelo das relações de poder e de autoridade e que teve sua vigência na Idade Média e na modernidade, mas mantém suas premissas ao substituir o poder do pai sobre as mulheres pelo direito natural conjugal dos homens sobre elas, e teria aparecido no final do século XVII. As autoras ressaltam também a noção de “patriarcado contemporâneo”, que produz modificações no patriarcado moderno, ao longo da diversidade histórica em contextos de contradições e transformações, mas o mantém como alusão à constante modalidade de dominação masculina.

Essa noção de patriarcado moderno é muito bem exemplificada por Narvaz e Koller (2006) ao abordarem o quanto foi difícil a conquista do direito das mulheres de trabalharem sem a autorização do marido. De acordo com as autoras, o Código Civil Brasileiro de 1916 estabelecia que a mulher casada só poderia trabalhar com a autorização do marido; somente em 1962 foram feitas alterações nesse Código Civil para que, enfim, as mulheres casadas pudessem trabalhar sem pedir autorização ao cônjuge. Em que pese a conquista do voto feminino na Constituição de 1934 e a regulamentação do trabalho feminino, em 1941, pela Consolidação das Leis Trabalhistas, foi somente em 1962 que as mulheres puderam prescindir da autorização do marido para



trabalharem. As autoras destacam alguns pontos importantes da Era Vargas para a presente pesquisa. Apesar de ter sido durante o governo provisório de Vargas que o voto feminino foi conquistado, durante a ditadura Vargas os movimentos feministas foram duramente reprimidos e somente retornam depois da Segunda Guerra Mundial; e, apesar de as mulheres terem ocupado o mundo do trabalho durante a guerra, pois a maioria dos homens estavam no *front*, a política pós-guerra buscou gerar empregos para os homens e retornar à ideia de que o lugar natural das mulheres era no seio da família. Nas palavras das autoras:

O Estado de Bem-Estar Social, característico do pós-Segunda Guerra, em 1945, girava em torno do pleno emprego masculino e propunha o cuidado feminino do lar. A mulher, beneficiária do suporte social assegurado pelo trabalho masculino, não dispunha das mesmas garantias, a não ser enquanto esposa ou filha, o que evidenciava sua condição de dependente do marido/pai. Percebida apenas como uma coadjuvante no sustento da família, não sua mantenedora, o salário feminino poderia ser inferior aos salários gerais. (NARVAZ & KOLLER, 2006, p.51)

Além disso, as autoras salientam que foi somente em 2002, com o Novo Código Civil, que a família deixou de ser regida pelo *pátrio poder* e passou a ser regida pelo *pater familiare*, que estabelece a igualdade de poder entre os membros da família. Acrescente-se que a lei 8.069, de 13 de julho de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente, utilizava o termo "pátrio poder", somente sendo substituído pela expressão "poder familiar" com o artigo 3º da lei 12.010, de 3 de agosto de 2009.<sup>22</sup>

As relações entre o patriarcado e a divisão sexual do trabalho oferecem um norte para a compreensão do modo como as mulheres eram retratadas no jornal o Lingote, predominantemente relacionadas à esfera doméstica, e podem dar uma dimensão da importante participação das mulheres na esfera pública durante as mobilizações da década de 80 na cidade de Volta Redonda.

Da mesma maneira, a compreensão do projeto nacional desenvolvimentista que deu origem à criação da CSN e da Cidade do Aço também é relevante para o entendimento dos valores e de suas disputas que atravessam a história de vida da cidade e a construção subjetiva das pessoas que constroem essa história, ainda que referidas às condições sócio-históricas postas.

---

<sup>22</sup><https://jus.com.br/artigos/35295/patrio-poder-x-poder-familiar>



## Paternalismo no projeto nacional desenvolvimentista

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) começou a ser construída em 1941 no pequeno distrito Santo Antônio de Volta Redonda, devido à facilidade que a localidade garantia na reunião de matéria-prima e no escoamento dos produtos, pois por ali passava a Estrada de Ferro Central do Brasil, além de agradar os militares no quesito da segurança nacional, por ser distante do mar. Essa região do Vale do Paraíba, no século XIX, havia sido grande produtora de café, através da mão de obra escravizada, mas no início dos anos 40 se encontrava economicamente decadente. A mão de obra necessária para a usina foi buscada principalmente no interior de Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo. O recrutamento dos trabalhadores, segundo seus relatos, era realizado por agenciadores e tinha caráter compulsório, dado que era uma alternativa ao serviço militar em tempo de guerra. Com o tempo, a CSN utilizou diversas estratégias para vigiar e controlar o trabalhador em todos os seus espaços de vida, como o desnudamento de sua história pessoal, a projeção da hierarquia das relações sociais da fábrica sobre a infraestrutura urbana, a ideia de “família siderúrgica”, a concessão de benefícios à família operária, entre outras. (SOUSA, 1999)

Ainda de acordo com Sousa (1999), a construção da CSN e da cidade de Volta Redonda (que se emancipou de Barra Mansa em 1953) simbolizava a viabilidade de um sonho do empresariado e do Estado brasileiro de um processo de industrialização que trouxesse progresso em nível nacional. Contudo, esse período foi marcado por uma grande ambiguidade: apesar do discurso de harmonia dos documentos oficiais da empresa, que afirmava resgatar os trabalhadores do atraso do campo para uma vida próspera, os depoimentos de velhos operários apontam diversos episódios de extrema violência, nos quais a polícia mantida pela empresa punia, espancava e até matava trabalhadores nos canteiros de obra e nas filas dos refeitórios.

A autora destaca que o discurso de Monteiro Lobato, presente sobretudo em suas primeiras obras (“Cidades Mortas” e “Urupês”), é representativo desse período, pois este autor utilizou seu poder literário e de empresário da cultura para divulgar as discussões que percorriam os diversos espaços ocupados pelas elites brasileiras. Seu personagem *Jeca-tatu* é uma figura que expressa a visão dessas elites acerca do trabalhador rural: uma pessoa passiva, ignorante e improdutiva. Essa representação era baseada em uma



imagem racista da população brasileira e na intenção de atualizar as formas de dominação sobre esses trabalhadores a fim de transformá-los em trabalhadores industriais. Esse discurso de constituição de um novo trabalhador brasileiro foi trabalhado pela CSN e, através dela, o Estado se tornou o principal agente na tarefa de adaptar os homens do campo às máquinas.

Esse processo de “adaptação” não se deu de imediato. Morel (2001) destaca sensíveis diferenças no processo de construção da CSN e no posterior processo de implantação da CSN. De acordo com esta autora, a construção da CSN, em 1941, se deu em um processo fortemente marcado pela militarização das relações de trabalho. A comunidade, que contava com cerca de 2.800 habitantes, transformou-se em uma década, tendo sua população aumentada para 39.000 habitantes. A cidade sofreria uma mudança brusca em muito pouco tempo, tornando-se um grande canteiro de obras, atraindo trabalhadores de vários cantos do país. O recrutamento da CSN se dava pela ação de agenciadores que eram pagos “por cabeça” e que saíam em busca de trabalhadores pelos estados próximos. O tempo de guerra contribuiu muito para atrair voluntários interessados em trabalhar na Usina, já que o trabalho na CSN era uma alternativa ao serviço militar. A guerra também possibilitou que a CSN pudesse fixar a mão de obra, pois as pessoas que trabalhavam em fábricas pertencentes às áreas de segurança nacional não poderiam se ausentar do trabalho por mais de 8 dias, sem serem consideradas desertoras. As condições de vida e de trabalho eram duras, as jornadas de trabalho eram de 10 horas, sem direito a férias. Muitos trabalhadores contratados não aguentavam estas condições e fugiam até mesmo a nado pelo Rio Paraíba.

Após construir a cidade e recrutar a mão de obra, era chegada a hora da construção da Usina, que teve seus primeiros trabalhos iniciados em 1942. Os trabalhadores destinados à construção ficavam em alojamentos construídos pela empresa. Os relatos mostram tempos difíceis e muito violentos. Assim que chegavam em Volta Redonda, os trabalhadores eram despídos de suas vestes e de sua história pregressa; eram avaliados por médicos e direcionados aos serviços de acordo com suas aptidões. Ganhavam uniformes e passavam a fazer parte de um grupo unificado, de forma semelhante ao que ocorria em “instituições totais”. Este era o rito de admissão que permitia o enquadramento dos trabalhadores à empresa. Além do aspecto de militarização das relações de trabalho, esse período de construção da Usina funcionou



como uma etapa de seleção e treinamento da mão de obra forjada a ferro e fogo, como ressalta Morel (2001). Sairiam dali os trabalhadores considerados aptos a estar na fase de operação da Usina. Os que já exerciam alguma profissão eram selecionados e colocados em escolas de mono técnicos (cursos profissionalizantes). Nesta fase, a CSN reduziu drasticamente sua força de trabalho.

No ano de 1946, quando começou a operar efetivamente, a empresa empregava 11.719 trabalhadores, tendo esse número reduzido para 8.054 em 1947. Entre 1941 e 1946 foram realizadas 41.650 admissões e 30.751 demissões. Para constituir o seu trabalhador modelo, a CSN lançou mão de vários mecanismos como contratação de engenheiros e técnicos americanos, bem como recrutamento de engenheiros brasileiros; também recrutou, em 1942, jovens de escolas técnicas espalhadas por todo o país que, sob regime de internato, receberiam formação técnica, a fim de se converterem em operários especializados, sendo futuramente trabalhadores saudáveis, obedientes e adaptados à disciplina fabril.

Com a implantação da CSN, os processos de militarização das relações de trabalho vão dando lugar a relações paternalistas e assistencialistas, que retomaremos mais adiante. Antes, convém destacar que, de acordo com Sousa (1999), o projeto de transformação da figura símbolo “Jeca-tatu” em trabalhador industrial da cidade-modelo resultou na figura símbolo “Arigó”. A autora apresenta a figura do pássaro Arigó, descrito como um pássaro que vem de longe, tentando construir seus ninhos e nunca mais retorna ao seu local de origem. Este é o nome que os primeiros trabalhadores da CSN assumiram para si, e a autora acredita que foi a partir desta vivência coletiva de “ser Arigó” que eles sistematizaram sua experiência vivida e construíram sua resistência, mostrando-se agentes históricos, apesar das estratégias de dominação e disciplina, e assumindo o sindicato a partir dos anos 50. Nas palavras de Sousa (1999, p. 15) : “Assim, o arigó constrói a redenção do caipira transformado em endemia por Lobato”.

A partir da década de 1970, com a perda da estabilidade, a introdução do FGTS e a reforma administrativa da empresa, a figura do arigó se transforma em “peão”, aqueles que rondam e estão sempre no mesmo lugar, símbolo de um novo momento histórico vivido pela classe operária, que terá seu auge nas greves e mobilizações da década de 1980. De acordo com Morel (2001), o período anterior, marcado pelo assistencialismo e pelo paternalismo estatal, pode ter gerado uma certa expectativa de direitos e ter sido



importante para que, na década de 80, os operários passassem a reivindicá-los. Segundo Santana e Mollona (2013), no decorrer dessa década, que demarca uma fervorosidade e forte organização dos movimentos sociais, com participação dos sindicatos, associações de moradores e associações da igreja católica (estas últimas sob a liderança de Dom Waldyr Calheiros), eclode a Greve de 1988, que conta também com o apoio das mulheres e familiares dos trabalhadores. A Greve dura 17 dias e resulta no assassinato, por forças do Exército, de 3 operários, William, Valmir e Barroso. Além disso, em 1989, já em pleno regime democrático, ocorre a explosão do monumento 9 de novembro, em homenagem aos operários assassinados.

Em contraposição, a década de 1990 será marcada pelo processo de privatização da CSN, o silenciamento dos movimentos sob a ocorrência de um processo de despolitização. Santana e Mollona (2013) destacam um ponto importante para a segunda etapa de nossa pesquisa, a das entrevistas, ao assinalarem, em seus trabalhos de pesquisa com a história oral, que a memória dos entrevistados e entrevistadas é atravessada por essa transformação ocorrida na década de 90: “O jardim fértil vira deserto” (SANTANA & MOLLONA, 2013, p.140). Segundo Lima (2013), o processo de privatização não foi acompanhado sequer de um programa de reorientação da cidade ou de qualquer investimento local. Houve diversas demissões em massa, como consequências da política de redução de gastos ou aumento dos lucros da empresa que, a partir daquele momento, encontra-se submetida aos ditames do mercado internacional. Santana & Mollina (2013) observam que um de seus entrevistados afirma que a CSN, depois da privatização, deixou de ser uma “mãe”, como era considerada no período anterior, e passou a ser “madrasta”. Lima (2013) também destaca o retrato falado da ideologia patriarcal sob a qual foi construída a cidade, explicitado na fala do ex-presidente da CSN, na ocasião da privatização. Em situação exemplificativa, este ator social se intitula o pai da empresa, da qual ele cuidou e agora passaria na porta do altar para o genro, figura identificada como novo dono da CSN que, segundo ele, proporcionaria um futuro brilhante. Esse futuro jamais se concretizou, piorando ainda mais as condições dos trabalhadores da CSN e da população da cidade, que sofreu um grande número de demissões, perdas trabalhistas e privatização dos terrenos da CSN na cidade.

Essas imagens relacionadas à família são estudadas por Regina Lúcia Morel através da noção de “família siderúrgica” - que retoma aqui nosso ponto principal, a saber,



o caráter paternalista envolvido no projeto nacional desenvolvimentista. De acordo com Morel (2001), a noção de “família siderúrgica” aparece como um modelo, encontrado em documentos e jornais internos da CSN, e assinala as estratégias de gestão paternalista da força de trabalho, desde o início da criação da indústria, mas tornados mais evidentes após a implantação da siderúrgica sob a forma de um “paternalismo clássico”, operado por meio da concessão de benefícios sociais, modelo autárquico de cidade operária, rituais de conagração, dentre outros. Implicou para a Companhia Siderúrgica um jogo articulado de estratégias que apontava para dois lados.

De um lado, para assegurar um mercado permanente de força de trabalho saudável e produtiva, a CSN estabeleceu um conjunto de mecanismos e dispositivos disciplinares que tiveram como alvo a família operária, sendo objeto em especial, mulheres, crianças e adolescentes. De outro lado, estabeleceu-se, também dentro da fábrica, um mecanismo que resultou na instauração de regras, proibições e incitações a fim de assegurar a cooperação e o bom comportamento. Para consolidar essa família siderúrgica, a CSN utilizava-se de estratégias que possibilitavam que ela tivesse controle sobre a vida de seus operários em todas as esferas. Mais que uma estratégia de gestão de força de trabalho, o modelo de “família siderúrgica” interferia também na esfera familiar dos funcionários. Os trabalhadores moravam em casas de propriedade da empresa, cujo aluguel era descontado diretamente da folha de pagamento, e qualquer reforma que se fizesse, mesmo uma pintura, dependia de autorização da CSN. Até mesmo a colocação de cercas e muros era proibida. A CSN era também responsável por diversos serviços urbanos de utilidade pública, bem como serviços de polícia, bombeiro e abastecimento de gênero alimentício, escolas de formação e centros médicos. Assim a CSN mantinha o trabalhador e sua família sob seu constante controle.

Para as mulheres era reservado o trabalho de escritório ou serviços na área de saúde e assistência social, salvo no setor de classificação de folhas de flandres, onde se tinha mão de obra exclusivamente feminina. Já para as mulheres dos operários era destinado um papel importante na esfera da reprodução. Elas recebiam atenções especiais das assistentes sociais, que orientavam sobre afazeres domésticos, cuidados com a higiene, alimentação etc. Para que gerassem filhos saudáveis – futuros operários – o Serviço de Saúde oferecia assistência domiciliar. Mulheres e crianças até 14 anos tinham assistência médica integral grátis; para os bebês eram fornecidas



aproximadamente 12 mil mamadeiras de leite mensais da Fazenda Santa Cecília. Pouco tempo depois, foi instituído um Concurso de Robustez Infantil. A CSN contava com cerimônias institucionais para celebrar a harmonia e a união da família siderúrgica; fazia questão de lembrar aos funcionários os benefícios sociais concedidos por ela e o quanto a companhia gastava para garantir o bem-estar de seus empregados. Também dispunha de um Serviço de Educação Física para aprimorar os corpos de seus funcionários, além de criar um Recreio dos Trabalhadores com direito a auditório, ginásio, quadras de esporte e piscinas.

Dentro da Usina existia um regulamento interno com um conjunto de regras e deveres do trabalhador, bem como prêmios, incentivos e benefícios para garantir a cooperação dos funcionários. A ideia de progresso que cerceou a criação da CSN foi um fator relevante para a construção da legitimidade para a primeira geração de trabalhadores. Ao se apresentar como servidora da empresa, a diretoria procurava se igualar aos demais funcionários numa tentativa de mascarar os conflitos e antagonismos - todos eram “empregados de nosso verdadeiro patrão – ‘seu’ Brasil”.

Ainda de acordo com Morel (2001), a imagem da família como modelo das relações entre patrão e empregados, no entanto, não impediu o surgimento de reivindicações ligadas a conflitos reais surgidos no chão-de-fábrica. Muitos destes conflitos foram canalizados para o sindicato que surge em 1945. Com o apoio da diretoria da Companhia, o sindicato tinha características de sindicato-empresa; sua forte ligação com o Estado e com a Companhia possibilitou que ganhasse uma certa autonomia no período populista e reconhecimento por parte dos trabalhadores. Suas reivindicações basicamente se articulavam em dois grandes eixos: como instrumento de oposição ao modelo de dominação autárquico da empresa, exigindo o cumprimento dos direitos trabalhistas garantidos pela CLT; e, sobretudo na década de 50, procurou intervir nas regras de concessão de determinados benefícios. A partir deste momento, os trabalhadores começam contrapor à noção de “dádiva”, própria ao paternalismo, a noção de “direitos”, que a empresa deveria respeitar. No entanto, as noções relacionadas à “família siderúrgica” se fazem presentes ainda, como vimos nos trabalhos acima relatados, que apresentam esses termos nas falas dos entrevistados, e aparece fortemente no jornal O Lingote, durante as décadas de 60 e 70.





## **Mulheres no jornal O Lingote, nas décadas de 70 e 80**

O levantamento inicial que fizemos do jornal O Lingote, durante as décadas de 60 e 70, abarca os números 128 a 247, de janeiro de 1960 a junho de 1977, sendo que, a partir de junho de 1973, o jornal passa a ser editado em formato de revista colorida, com entretenimento, lazer e assuntos técnicos, e com menos notícias locais que nos anos anteriores. Nesse primeiro momento de análise do material procuramos identificar em que funções e situações as mulheres são mencionadas nas matérias e nas fotos do jornal. Agrupamos nas seguintes categorias: 1) Trabalhadoras; 2) Religiosas/Caridade; 3) Esportistas; 4)Recebendo Prêmios por trabalho; 5) Cursos de Formação; 6) Cerimônias; 7) Concursos. A partir de junho de 1960 até a edição de Setembro-Dezembro de 1963, aparece em alguns números, de forma alternada, uma seção intitulada “Página Feminina”, que inicialmente é dedicada a dicas de costura e modelos de peças de lã e tricô para mulheres e crianças, e, mais tarde, vai incorporando dicas de cuidados de casa (cozinha e arrumação), educação de crianças, etiqueta, vida conjugal, maquiagem e cuidados com a pele. Vejamos como, a mulher aparece em cada uma das categorias elencadas.

Enquanto trabalhadoras, as mulheres aparecem tanto como funcionárias da CSN quanto como profissionais da cidade ou de fora vindo dar palestras, receber homenagens, participar de cerimônias ou mesmo visitar a cidade. As principais ocupações em que as funcionárias da CSN aparecem, ao longo dos anos 60 e 70, são: secretária, recepcionista, arquivista, bibliotecária, operadora de folha de flandres, assistente social e enfermeira. , A partir do final da década de 60 e início da de 70, já começam a serem vistas em ocupações mais especializadas, tais como auxiliar de Gabinetes de Diretoria, Chefe da Divisão de Controle Orçamentário, analistas na Divisão de Classificação de Cargos, Seleção e Treinamento, Assessoria de Mercado, Conselho Fiscal, dentre outras. Em relação às trabalhadoras que não são da CSN, destacam-se as seguintes ocupações: professora, enfermeira, assistente social, artista, decoradora, funcionária de clube, dentre outras. Na década de 70, novamente acontecem algumas mudanças nas ocupações desempenhadas, tais como pesquisadora, diretora de teatro, diretora de Galeria de Arte, dentre outras.

De modo geral, predominam as profissões relacionadas ao cuidado, como enfermeira, assistente social e professora. É curioso que, na edição de junho de 1960, é



publicada uma matéria sobre enfermeiras comemorando o Centenário de Florence Nightingale na Semana de Enfermagem promovida pela Associação Brasileira de Enfermagem, com diversas palestras realizadas por mulheres. Ao lado da matéria, no entanto, é publicada uma outra sobre um evento médico e somente homens são mencionados. Na mesma semana, ocorreu o evento de aniversário do Hospital da CSN e o jornal faz diversas menções a homens que inclusive ouviram uma palestra do evento das Enfermeiras, mas nenhuma menção é feita a mulheres nesse campo da área médica.)

Na década de 70, começam a aparecer mulheres em cursos de formação de áreas até então predominantemente masculinas. Frequentemente elas são descritas também por seus traços físicos, como cor de cabelo, porte e silhueta. Inclusive na área médica, em uma matéria sobre a participação feminina em cursos de Medicina, na edição de setembro de 1974, na página 8, encontra-se o seguinte comentário de um estudante de medicina: “Minha única queixa da Escola: as meninas que vêm fazer Medicina deixam muito a desejar em matéria de charme e beleza. Mas, por favor, não põe isso aí no papel, não...”.

É preciso notar também que as enfermeiras e assistentes sociais, principalmente nos primeiros anos de criação da CSN, exerciam funções extremamente atreladas ao projeto higienista e moralizante então vigente. No entanto, resquícios desse projeto são encontrados na década de 70, por exemplo, na edição de Janeiro-Fevereiro de 1970, quando é publicada uma matéria sobre a reorganização e a importância do Serviço Social oferecido pela CSN. A foto que acompanha a matéria traz a seguinte legenda: “Uma reunião de senhoras para estudo de arranjos domésticos, tornando o comportamento social mais sólido desde a alegria do lar” (01-02/1970, p.12). Outra profissão desempenhada por mulheres e frequentemente citada no jornal é a de viradora de folhas de flandres da CSN, ocupação para a qual se exigia bastante delicadeza no manejo das folhas e um exame atento e detalhado. Certamente, por isso eram contratadas mulheres para o serviço, o que assinala a presença de mais um marcador de gênero.

É muito frequente a menção à religiosas realizando atividades de caridade, comemorações religiosas e esposas e familiares de funcionários em atividades beneficentes. Mesmo no campo da educação é bastante comum o destaque a



professoras de instituições religiosas, as quais aparecem homenageando e dando prêmios em cerimônias comemorativas. Nos últimos anos da década de 70, cujo último número é de junho de 1977, publicam-se matérias sobre mulheres voluntárias, não religiosas, em projetos de caridade e sociais, tais como o Projeto Rodon. Na edição de junho de 1973, há uma extensa matéria sobre tal Projeto, com fotos e depoimento de estudantes universitárias que dele participam voluntariamente.. Uma estudante universitária que esteve no Projeto Rondon no norte do Estado de Mato Grosso faz um depoimento que demonstra o reconhecimento de si através do desempenho de trabalhos de cunho social e público, para além dos limites da vida familiar e doméstica: “Lá eu me transformei em gente. Fui útil. Todo mundo me conhecia e dava valor ao meu trabalho”. (06/1977, p.12)

Nas seções dos Esportes também aparecem muitas mulheres, principalmente no voleibol, basquetebol, handebol e natação, recebendo prêmios em olimpíadas e competições esportivas. As mulheres esportistas não estão em todas as seções de esporte, que também não constam em todas as edições do jornal. Na edição de setembro de 1962, em um comentário sobre uma partida de basquetebol feminino, podemos identificar marcadores de gênero: “(...) foi uma disputa que despertou alegria entre os assistentes, uma vez que se notou entusiasmo do sexo frágil para com o Basquetebol.” (09/1962, p.10). As esportistas também aparecem em cerimônias comemorativas e de premiação, homenageando a CSN.

O jornal O Lingote noticia muitas cerimônias de premiação laborais, tais como Prêmio por Dedicção ao Trabalho, Quinquenais e Prêmio Operário Padrão. Nessas premiações, a maioria dos funcionários premiados são homens; às vezes mulheres aparecem em fotos, mas não são citadas nas matérias. aquelas que recebem prêmios são, em sua maioria, mais idosas e ocupam as profissões descritas acima. Destacam-se o título Mãe Industriária e o Prêmio Operária Padrão, que são concedidos a trabalhadoras e atrelados às funções do lar. Na edição de julho/agosto de 1971, pela primeira vez, é noticiado o Prêmio Operária Padrão, dedicado a mulheres operárias. No entanto, a obtenção do prêmio inclui o desempenho de atividades relacionadas ao lar e à família: “(...) a trabalhadora em fábricas começa naquele ano sua projeção por méritos comprovados, que vão desde assiduidade até conduta familiar e comunitária.” (07-08/1971, p.4) A operária que recebe o prêmio é Edith Barbosa de Oliveira,



trabalhadora do setor de folhas de flandres. Além desse prêmio, Oliveira recebe também o título de “Mãe Industriária de 71”. Na matéria, Edith Barbosa é apresentada em duas fotos: uma recebendo o Prêmio com o marido ao lado, outra em sua casa com marido e filhos. A matéria destaca seus méritos por trabalho, outros prêmios e quinquenais que recebera e as virtudes de trabalhadora de Dona Edith, que, em 1970, classificou 1481 toneladas de folhas de flandres em 1355 horas, o que dá uma média de 1096 quilos por hora. Também ressalta sua vida familiar, descrevendo o trabalho de seu marido e os estudos de seus filhos, além de exaltar seus dotes domésticos: "Se perguntar por prendas domésticas. Dona Edith responderá com habilidades em crochê, corte e costura e confecção de flores artificiais. Cose para a Família e ainda prepara um sem número de doces ``. (07-08/1971, p.4) A matéria termina assim. Uma exaltação à dupla jornada. Chamou nossa atenção o fato de que, mesmo em uma premiação e título dedicados a mulheres trabalhadoras, ainda se levava em consideração o papel desempenhado na esfera familiar e doméstica, como se fosse impossível desatrelar da noção de feminino as exigências da vida privada e suas atribuições.

As mulheres são também mencionadas realizando cursos de formação. Muitos dos cursos são voltados às funções domésticas e maternais, tais como Cursos de Formação para o Lar e Escola de Mães. Outros cursos recorrentes são os de prevenção de acidentes, primeiros socorros, auxiliar de enfermagem e magistério - ocupações relacionadas ao campo do cuidado. Nas edições da década de 70, as mulheres aparecem menos em cursos profissionalizantes, sobressaindo-se sua participação em cursos técnicos e superiores, inclusive de áreas mais diversificadas. Mas, ainda na década de 60, na edição do jornal de agosto de 1960, há uma matéria que se destaca das demais por apresentar a primeira mulher em Volta Redonda a completar a etapa inicial do curso de aviação do Aero Clube. O título da matéria é “Moça voa em céus de V.R.”. Dedicada ao “primeiro voo solo de uma senhorita”, a matéria ressalta que a aluna, ao terminar a prova de voo sob os aplausos dos presentes, fez questão de submeter-se ao “Banho de Óleo”, tradição das lides aviárias. Em uma das fotos, ela aparece tomando o banho de óleo, em outra, pilotando o avião. A matéria também enfatiza o empenho da aluna, Sidnéia Franco, e também a dedicação de seus pais. (08/1960, p.2) A menção à família de uma senhorita é um ponto que convém ressaltar, pois é como se, por não ser uma mulher casada, os pais aparecessem, para legitimar seu feito.



Nas edições de O Lingote, tanto da década de 60 quanto de 70, muitas matérias sobre cerimônias são relatadas, nas quais se inclui a participação de mulheres, tais como comemorações do Dia da Mãe, Dia do Trabalho, 7 de Setembro, Natal e datas religiosas, bem como formaturas, cerimônias de debutantes, 1ª comunhão, bodas de casamento, inaugurações e aniversários de ginásios, clubes, creches e hospitais, bem como cerimônias de homenagens em geral.. O que mais nos chamou a atenção foi a quantidade de mulheres nessas cerimônias. Elas figuram como mães, esposas e filhas dos homens homenageados ou dos responsáveis pela organização da cerimônia. Também aparecem, nessa condição, em cerimônias de premiação de trabalho de seus esposos e filhos. É curioso que mulheres mães algumas vezes são homenageadas pela maternidade Na edição de junho/julho de 1962, na comemoração do Dia das mães, duas mulheres são homenageadas: a mãe da maior prole (vinte filhos) e a mãe mais idosa (81 anos). A matéria, sobre a comemoração do Dia das Mães na mineração de Siderópolis, destaca que foi um dia de festejo para a Família Siderúrgica, com letras maiúsculas, tendo homenageado duas “donas de casa”, a mãe possuidora de maior prole e a mãe mais idosa. A esposa do prefeito, e não o prefeito, entregou um brinde para cada uma delas e, no final da cerimônia, foram oferecidos café e doces aos que estavam presentes. Na foto, destacam-se meninas e mulheres, pois os únicos homens são o prefeito (ao lado da esposa entregando o brinde à mãe mais idosa), um menino e um padre, já que a comemoração foi realizada na capela de Santa Bárbara. (06/07/1962).

A presença feminina também é marcante nas matérias sobre concursos, sobretudo os Concursos de Carnaval e de Beleza, tais como Rainha do Carvão, Miss, Rainha da Cidade e rainhas de vários clubes de Volta Redonda. Um concurso que se destaca, desde a primeira edição que examinamos (Janeiro de 1960), é o Concurso de Robustez Infantil. Apesar de não ser um concurso feminino, a presença de mulheres é marcante nas matérias, seja como mães, seja como doutoras que examinam as crianças - afinal, como destacado no subtítulo da matéria de fevereiro de 1967, o concurso é “O solene momento da boa saúde” (02/1967). É curioso que não se trata de um concurso de beleza infantil, mas de boa saúde, no caso, atestada pela robustez. É preciso lembrar que o modelo de “família siderúrgica”, como estratégia de gestão da força de trabalho, inclui também formação e renovação de sua mão de obra, portanto, os filhos dos operários e



operárias devem estar preparados para serem futuros trabalhadores. O papel feminino, enquanto mãe e reprodutora de mão de obra, possui nesse projeto uma função essencial.

Entre as edições do jornal de junho de 1960 a setembro de 1963, surge, após a sessão de entretenimento, uma página intitulada Página Feminina, dedicada a dicas de moda e receitas de traje de crochê e tricô para mulheres e crianças. Frequentemente aparecem, na seguinte ordem, um traje “elegante” para a mulher, uma peça de roupa para bebê e um conjunto para “sua filhinha”. As fotos ilustrativas exibem sempre mulheres e crianças brancas. Além disso, sobretudo na primeira metade da década de 60, são publicadas dicas e conselhos para a vida conjugal e a educação dos filhos. Essas páginas, às vezes, têm como designação Página Feminina: ABC Doméstico”. Na edição de janeiro de 1963, há uma matéria sobre se é melhor ter um marido feio ou bonito. De modo geral, essas páginas, ao longo das edições examinadas, se dedicam a dicas de costura e modelos de peças de lã e tricô para mulheres e crianças, dicas de cuidados de casa (cozinha e arrumação), educação de crianças, etiqueta, vida conjugal, maquiagem e cuidados com a pele. Quando, a partir de junho de 1973, o jornal O Lingote se torna revista, essas páginas não são mais publicadas.

O conteúdo dessas páginas femininas se assemelha bastante às revistas femininas da época, principalmente as da década de 60. Conforme afirma Carla Pinsky (2014, p. 377), em estudo realizado sobre as revistas daquele período (*Jornal das Moças*, *Cláudia*, *Querida* e *Cruzeiro*): “(...) tais publicações promoviam valores sociais hegemônicos que estabeleciam distinções de gênero, base da dupla moral sexual, das atribuições diferenciadas para homens e mulheres na sociedade, assim como da própria submissão feminina”. Para se aproximarem das leitoras, as matérias utilizavam uma linguagem coloquial e direta, dando a aparência de uma conversa entre amigas. No entanto, eram escritas na forma verbal imperativa, através da qual os conselhos e mandatos eram dados, buscando formar opinião de acordo com os valores dominantes. Já Luca (2018) observa que as revistas femininas da década de 70 começam a introduzir questões relacionadas à luta pela igualdade entre homens e mulheres a fim de atender às demandas de consumo de um público específico. No entanto, a autora considera que essas mudanças eram muito tímidas, dada a predominância dos valores tradicionais ainda em curso em uma sociedade que começava a destituí-los. Como guardiã da ordem, a imprensa feminina se via em um jogo complexo, buscando garanti-la, mas tendo que



atender às necessidades de um mercado cujo público estava em transformação e, por isso, muitas vezes abrigava posições contraditórias. Esses tensionamentos não são muito visíveis nas edições do jornal O Lingote neste período, uma vez que a esfera privada, a domesticidade da vida feminina, era bastante exaltada nas páginas dedicadas às mulheres, mas também atravessava os outros aspectos que apareciam quando as mulheres eram retratadas como trabalhadoras e como mães e esposas.

## **Breves conclusões**

Foi possível observar, na análise inicial que fizemos do levantamento das edições do jornal O Lingote nas décadas de 60 e 70, que as mulheres eram predominantemente representadas através de seus papéis domésticos, relacionados à esfera privada e, mesmo quando apareciam como trabalhadoras, na esfera pública, essas características de gênero se faziam presentes, na grande maioria das vezes. Vimos também que se apresentavam adequadas ao modelo de “família siderúrgica”, tão importante na gestão paternalista da força de trabalho, herdeiro do projeto nacional desenvolvimentista, mas presente ainda nas décadas de 60 e 70 no ideário da CSN. Contudo, convém ressaltar que os veículos de comunicação buscam transmitir os valores dominantes, nem sempre correspondendo à realidade que pretendem controlar através da prescrição de normas e condutas.

Portanto, podemos indagar se as mulheres da cidade de Volta Redonda correspondiam, de fato, ao retrato que a elas era dado pelo jornal O Lingote. Podemos, ao menos, supor que as exceções à regra existiam, bem como um manejo e uma flexibilização dessas normas. Sabemos que, durante o período da ditadura militar, houve resistência, perseguições e prisões políticas na cidade de Volta Redonda. Segundo Estevez, Souza e Mendes (s/d), a partir do testemunho de familiares de ex-presos políticos na Comissão da Verdade de Volta Redonda, observa-se que esposas e mães se articularam em redes de solidariedade para acompanhar o aprisionamento de seus maridos e filhos. As autoras citam, inclusive, que uma delas relata ter lançado mão de sua posição feminina, de sexo frágil, para convencer um fardado a permiti-la deixar visitar o marido, utilizando seu papel social como arma política. Nesses movimentos, público e



privado se entrecruzam, demonstrando que aquelas mulheres idealizadas como mulheres do lar, mulheres da família siderúrgica, podiam ultrapassar os limites da esfera doméstica e adentrar no espaço público.

Essas contradições nos animam para a segunda parte da pesquisa, que consistirá em investigar como se deu a participação das mulheres nas greves e mobilizações sociais da década de 80 na cidade de Volta Redonda. Dos resultados da primeira parte da pesquisa, aqui apresentados, cumpre destacar que serão importantes para contextualizar a história que a cidade carrega e que, certamente, influencia a construção subjetiva dos atores sociais que pretendemos entrevistar, apontando rupturas e continuidades com essa memória coletiva.

## **Referências**

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ESTEVEZ, Alejandra; SOUZA, Eliana; MENDES, Stella. Além da fábrica: Os impactos do Golpe de 64 sobre as famílias operárias, No prelo.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

LIMA, Raphael J. C. CSN e Volta Redonda: uma relação histórica de dependência e controle. Política & Sociedade. Florianópolis, vol. 12, n 25, 2013.

LUCA, Tania R. Mulher em revista. Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2018.

MOREL, Regina L. M. A construção da família siderúrgica – Gestão paternalista e empresa estatal. RAMALHO, J.R. e SANTANA, M. A. Trabalho e Tradição Sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos. Rio de Janeiro, D.P&A, 2001.





NARVAZ, Martha G.; KOLLER, Silvia H. Família e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*. ano.18, n 1, 2006.

PINSKY, Carla B. *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo: Contexto, 2014.

SANTANA, Marco A. S.; MOLLONA, Massimiliano. Trabalho e ação coletiva: memória, espaço e identidades sociais na cidade do aço. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 19, n 39, 2013.

SOUSA, Jessie J. V. Arigó: o pássaro que veio de longe. *Revista do Centro de Memória Sindical*, novembro 1999.

Jornais: *O Lingote*. Companhia Siderúrgica Nacional.



# A situação do trabalho e vida das mulheres da Economia Solidária durante a pandemia da COVID-19

**Elaine Ribeiro Sigette**

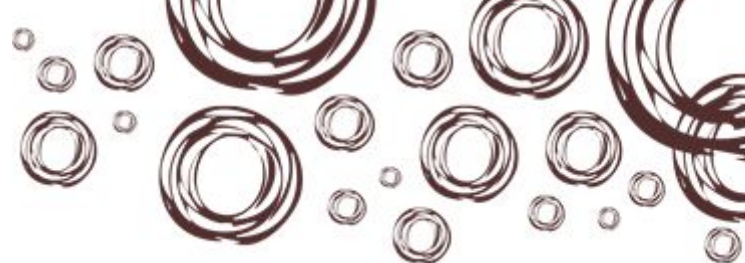
**Anelise Costa Andrade**

**Clara Celina Ribeiro da Rosa**

**Karen Marcelle Ribeiro**

## **Introdução**

O grupo “TECNOFEM – Lugar de fala” foi criado no âmbito da Universidade Federal Fluminense (UFF) e desenvolve pesquisas no eixo “trabalho – gênero – tecnologia”. É uma das linhas do grupo “DATA – Pesquisa em Informática Aplicada e Estudos Organizacionais” (Diretório de Grupos de Pesquisa – CNPQ) coordenado pela Prof<sup>a</sup> DSc. Elaine Ribeiro Sigette. Com a interrupção das atividades acadêmicas presenciais no ano de 2020 devido à pandemia global da COVID – 19, o grupo atuou de maneira remota em seus trabalhos de extensão, ensino e pesquisa. As ações promovidas no ano de 2020, inerentes ao Observatório de Direitos Humanos do Sul Fluminense (ODHSF), alinhados a linha de atuação **DIREITOS HUMANOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS (DHESCA)**, tiveram como meta promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), a chamada agenda 2030. A agenda conta com 17 metas para a erradicação da pobreza em seu sentido mais amplo. Está dividida em áreas que dizem respeito à garantia da dignidade da vida e dos direitos humanos fundamentais e norteiam diferentes ações para um mundo com menos desigualdades e mais sustentabilidade.



No Brasil, coletivos sociais, como os grupos relacionados à Economia Solidária que atuam em feiras locais, foram bastante afetados economicamente com a interrupção de suas atividades de comércio e a circulação de pessoas. A pandemia não só impactou negativamente a atuação econômica dos coletivos, como gerou também um clima de incerteza generalizado em outros aspectos. Um deles diz respeito ao cenário do funcionamento das feiras no pós pico da pandemia, já que a maioria dos integrantes é composto por mulheres em faixa etária de risco e problemas de saúde preexistentes. Atento às demandas expostas por essas mulheres que compõem a Economia Solidária, por meio de suas falas nos Fóruns Cívicos da cidade do Rio de Janeiro, o grupo “TECNOFEM – Lugar de fala”, direcionou seus estudos e ações para traçar, em primeiro lugar, um perfil alinhado aos eixos do ODS (cujo objetivo número cinco refere-se à alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas) e, em segundo, abrir um canal para a “escuta” visando entender o posicionamento dessas mulheres frente a seus desafios na vida e no trabalho. A pesquisa realizada dispõe de uma reflexão acerca das questões colocadas pelos coletivos para o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento que vão desde a desigualdade de gênero no trabalho e na sociedade, à percepção das nuances da violência estrutural no trabalho e violência doméstica.

Os efeitos negativos da pandemia, segundo informações divulgadas pela Organização das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), foram mais danosos às mulheres, no que diz respeito aos eixos da economia, da saúde, da violência de gênero e do trabalho não remunerado. Essa percepção é fomentada pelos relatórios da Organização Mundial da Saúde (OMS,2020) que mostram, por exemplo, a fragilidade da situação da mulher frente à pandemia. Essa fragilidade pode ser observada nos achados da pesquisa realizada, principalmente, na maneira informal como a mulher se coloca no mercado de trabalho e percebe o seu campo de atuação.

A tendência à informalidade no trabalho de antes da pandemia pode ser vista como um dos sintomas da precarização crescente das relações de trabalho e dos vínculos trabalhistas de direitos como pode ser percebido também como uma tendência à adoção de modelos mais flexíveis de condução de negócios, da liberdade da tomada de decisão e dos processos individuais autogestionários (não coletivos). Iniciativas de comércio pela



internet surgem e se estabelecem como via alternativa para circulação e sobrevivência de grande parte da população. Com a pandemia, muitos trabalhadores de setores formais perderam seus empregos e, além dos auxílios financeiros governamentais, buscaram igualmente sobreviver utilizando a via informal como meio de sustento temporário.

Na Economia Solidária e Criativa, o conceito de atividade do trabalho é tratado de maneira associada ao valor do “bem-viver” sem que, no entanto, este valor interfira nos trâmites formais das relações que se firmam com o estabelecimento de cooperativas e associações (modelo de gestão utilizado pela Economia Solidária). O “bem-viver” é um valor que fomenta a criatividade e o compartilhamento de práticas e informações sobre o processo produtivo individual. Permite, dessa forma, a interferência direta na maneira relacional entre os membros do coletivo, entre outros coletivos e entre eles mesmos. O entendimento enviesado do conceito de “bem-viver” pode significar, no entanto, a ausência de uma sistematização maior na formalização do “fazer artesanato” como um trabalho e negócio e uma aproximação, em contrapartida, ao “fazer artesanato” como arteterapia.

Como característica, o trabalho do artesanato e de outras atividades na Economia Solidária permite uma organização diversificada dos grupos, tendo como base o trabalho coletivo e a autogestão coletiva administrativa. De acordo com os Fóruns da Economia Solidária existentes em vários municípios e a participação coletiva dos diferentes grupos nesses Fóruns, a restrição das feiras atingiu todos os setores: a agricultura familiar, as cooperativas de catadores de resíduos sólidos e os coletivos do artesanato. Além da perda do território de comercialização, houve também perdas relacionadas à propagação da Economia Solidária como valor de “bem-viver”, uma vez que as práticas relacionais que permitiam o desenvolvimento desse valor deixaram de existir da forma como se apresentavam e passaram a ser adaptadas para o meio digital. Esse meio ainda se mostra desafiador para muitos coletivos que, na ausência de formas possíveis de participação, ficaram excluídos das trocas durante esse período. Faz-se necessária uma reflexão sobre alternativas possíveis, principalmente para inclusão das mulheres, com o intuito de diminuir esses impactos negativos, aproximando-as de condições mais dignas para o desempenho de suas atividades.

O projeto TECNOFEM- Lugar de fala, “A situação das mulheres na Economia Solidária” traz o perfil socioeconômico e as condições de vida e de trabalho das mulheres



na Economia Solidária e suas percepções sobre suas atividades antes e depois da pandemia. Entender esse perfil pode ser a forma mais assertiva de mover ações que realmente contribuam para o fortalecimento das atividades produtivas coletivas e para melhores condições de vida e trabalho individuais dentro dos valores do “bem-viver”. Reforça, nesse sentido, a criação de estratégias pontuais de enfrentamento contra as disparidades sociais inerentes à desigualdade de gênero no trabalho e em outros setores.

Foi realizado um questionário quantitativo online, que se encontra dividido pelos assuntos apontados pelos indicadores descritos no relatório da ONU Mulheres no documento “*Policy brief: The impact of COVID-19 on women*”. O alinhamento teórico com os objetivos da agenda 2030, propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conta com 17 metas para a erradicação da pobreza em seu sentido mais amplo. Entre as áreas abordadas para garantia dos direitos humanos que precisam ser trabalhadas para o desenvolvimento, foi utilizado para elaboração do questionário, o objetivo número cinco, que se refere a alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas e suas variações de atuação. A plataforma *Google Forms* foi utilizada como base para preenchimento e coleta das informações, e o questionário feito ficou disponível e vinculado às redes sociais, como Facebook, Whatsapp e Instagram, durante um mês e quatorze dias.

A reflexão e o embasamento teórico que o TECNOFEM – Lugar de fala utiliza para suas ações reside na abordagem e no resgate proposto pela filósofa Djamila Ribeiro e o reconhecimento do “lugar de fala” na luta antirracista. Djamila pontua a necessidade do reconhecimento do “lugar do outro” e o respeito as suas vivências. Essas vivências, no entanto, devem ser observadas, reconhecidas e discutidas para além daqueles que as experimentam. Em um processo dialético, o TECNOFEM propõe a ampliação da compreensão do “lugar de fala” para o “lugar da escuta” e proporciona, por meio deste trabalho, a ampliação do debate para outras esferas da luta de gênero, para que as discussões pertinentes ao grupo não se restrinjam a ele próprio. Desta forma, pontes empáticas coletivas podem ser traçadas e proporcionar àqueles que sofrem a ação, acolhimento e ampliação dessa fala para uma maior mobilização e o atingimento das estruturas de poder.



## Aspectos Metodológicos

O trabalho segue a linha descritiva com coleta de dados quantitativa e análise quali-quantitativa. O questionário foi direcionado on-line para as mulheres dos coletivos da Economia Solidária que trabalham com artesanato, um grupo amostral que se apresentou economicamente fragilizado em decorrência do fechamento do comércio e as restrições das feiras. Além disso, tal grupo parte de um trabalho informal, mapeado de maneira precária quanto a informações socioeconômicas. Foi realizado um cruzamento de dados primários e secundários, com o objetivo de traçar o perfil das mulheres da economia solidária. Posteriormente, essas informações poderão ser úteis para o entendimento mais assertivo do poder público, da sociedade civil, dos movimentos e das organizações sociais.

O artigo referencial *“Policy brief: The impact of COVID-19 on women”*, da ONU, considera os impactos da pandemia no cotidiano feminino. A partir das perguntas e diretrizes pontuadas pelo artigo, as proposições foram agrupadas em 4 indicadores maiores, divididos nos eixos relativos às seguintes áreas: 1. Impactos na economia; 2. Impactos na saúde; 3. Trabalho não remunerado; 4. Violência baseada em gênero.

As perguntas dos questionários foram trabalhadas com foco nesses eixos, fazendo com que o perfil socioeconômico e as condições de vida e trabalho das mulheres da Economia Solidária pudessem ser investigados antes e durante a pandemia. Os assuntos também trouxeram circunstâncias com temas permanentes nas discussões de gênero e que puderam ser melhor vistos.

Todos os itens e seus respectivos eixos foram reunidos e organizados em um formulário dentro de uma plataforma online do Google *“Google Forms”*. Um termo de consentimento de livre participação foi adicionado ao questionário, deixando claro que a participação seria anônima e voluntária.

Os dados foram coletados entre os dias 16/06/2020 a 30/07/2020. O formulário foi compartilhado em grupos de Economia Solidária via plataformas digitais: Whatsapp, Facebook, e-mail. Ao final do período, após o fechamento do formulário, foram contabilizadas 55 respostas a partir das quais iniciou-se o processo de análise de dados, que se deu por meio do Pacote Estatístico para Ciências Sociais (SPSS).



## Resultados

### Questões Sociodemográficas

O formulário, destinado às mulheres da economia solidária, obteve 55 respostas. Entre essas, 50 respondentes (90,9% da amostra) indicaram ser habitantes do estado do Rio de Janeiro, residindo principalmente nos municípios de Niterói (27,3%), Duque de Caxias (20%), Rio de Janeiro (12,7%) e São Gonçalo (10,9%). Em relação ao estado civil, 19 respondentes (34,5%) relataram estar em um casamento, 10 (18,2%) relataram estar em uma União Estável, 11 (20%) relataram estar solteiras, 9 (16,4%) relataram estar divorciadas, 4 (7,3%) relataram estar separadas e 2 (3,6%) relataram ser viúvas.

A grande maioria da amostra considera-se heterossexual (53 respondentes, 96,4%), com apenas uma respondente considerando-se homossexual e u outra considerando-se assexual. A média da idade das participantes foi de 51,9 anos, sendo que os valores variaram entre os 24 (valor mínimo) e os 73 (valor máximo) anos. Em relação à cor/etnia, a maior parcela da amostra (43,4%) declarou-se como parda, a segundo maior parcela (36,4%) declarou-se como branca e a terceira declarou-se como negra (14,5%). Ademais, uma participante declarou-se indígena (1,8%) e outra se declarou morena (1,8%).

Quando questionadas sobre a escolaridade, as maiores taxas de respostas concentraram-se em ensino médio completo (23,6%), ensino superior incompleto (20%) e ensino superior completo (18,2%). Outras respostas marcadas foram: ensino fundamental completo (3,6%); ensino fundamental incompleto (3,6%); ensino técnico completo (1,8%); ensino técnico incompleto (1,8%); pós-graduação completa (10,9%); pós-graduação incompleta (7,3%).

As participantes relataram ter entre 0 e 3 filhos, sendo que sem filhos foi a menor parcela (16,4%). O número de moradores por residência variou entre 1 a 6 pessoas, sendo 2 e 3 moradores as duas maiores parcelas (36,4% e 25,5%, respectivamente). O número de aposentos existentes na moradia variou entre 2 a mais de 8 aposentos, sendo 5, 7 e 4 aposentos as três maiores parcelas (30,9%, 20% e 18,2%).



## **Economia**

De modo a compreender o contexto econômico das participantes, foi perguntado se elas eram as principais responsáveis pela renda da casa; a faixa de renda individual e familiar; se faziam uso de agências bancárias; se recebiam alguma ajuda financeira de outros moradores da casa ou de parentes e amigos para custear as despesas; se recebiam ajuda financeira de algum órgão governamental e se tinham passado a receber algum auxílio do governo durante a pandemia.

Em relação a ser a principal responsável pela fonte de renda familiar, as respostas foram bem divididas: 50,9% disseram que sim e 49,1% disseram que não. A maior parcela da amostra relatou receber até 1 salário mínimo (67,3%) como renda individual e apenas uma participante relatou receber 8 salários mínimos ou mais. As respostas sobre renda familiar foram mais distribuídas. A maior parcela, composta de 19 participantes (34,5%), relatou receber até 1 salário mínimo. Ao passo que 14 participantes (25,5%) relataram receber de 1 a 2 salários mínimos; 10 participantes (18,2%) relataram receber entre 2 e 3 salários mínimos. O restante relatou receber renda acima desse valor, sendo que 4 participantes (7,3%) relataram receber 8 salários mínimos ou mais.

Apenas 3 participantes (5,5%) relataram não possuir conta em uma agência bancária. Quando questionadas sobre receber ajuda financeira para as despesas da casa, a maioria das respondentes (38,2%) disseram que não recebiam ajuda. Outras (25,5%) responderam que recebiam ajuda principalmente de seus companheiros ou de outras pessoas que moravam na casa (14,5%). A maior parte da amostra relatou não receber ajuda financeira de órgão governamental (80%). No entanto, também relatou ter tido acesso a algum programa de auxílio social durante a pandemia (69,1%).

## **Trabalho**

Quando questionadas sobre o atual vínculo de trabalho, as duas maiores incidências de respostas apontaram para o trabalho informal (40%) e o autônomo (25,5%). Uma terceira maior incidência de respostas relatou ser aposentada ou pensionista (14,5%). Tiveram, ainda, respostas alternativas como “afastada”, “fazendo bico”, “desempregada”, “microempreendedora”, “produtora rural” e “trabalho com





artesanato”, cada uma destas respostas contabilizando 1,8%, as quais provavelmente podem ser acrescentados à parcela de trabalho informal e autônomo.

Sobre fazer parte de algum movimento da economia solidária, 51 participantes (92,7%) responderam que fazem. Nas respostas sobre profissão, a maior parte das participantes (56,3%) consideram-se artesãs. No entanto, nem todas as respondentes indicaram ser apenas artesãs. Ao serem questionadas sobre a área de atuação, a porcentagem de participantes (70,9%) que indicou a área do artesanato foi maior. Alimentação, gastronomia, confeitaria, agricultura familiar, reciclagem, cultura e comunicação também foram áreas indicadas.

Para compreender as jornadas de trabalho das participantes, questionamos o número de horas de trabalho remunerado, o tempo gasto com os cuidados da casa antes da pandemia e o tempo gasto com os cuidados da casa durante a pandemia. A maior parcela de respostas sobre horas de trabalho remunerado foi a que apontava não possuir trabalho remunerado (58,2%), o que possivelmente indica que as participantes não contabilizaram o tempo que gastam fazendo artesanato.

Pode-se observar um aumento de horas nas tarefas de casa durante a pandemia. Quando questionadas sobre o tempo normalmente gasto com essas atividades, elas relataram gastar principalmente entre 3 e 4 horas (40%) e entre 4 e 5 horas (21,8%). Durante a pandemia, diminuiu o número de participantes que relatou gastar entre 3 e 4 horas (34,5%) e entre 4 e 5 horas (10,9%), mas aumentou o número de participantes que gastam entre 6 e 7 horas (20%) e que gastam mais de 8 horas por dia (23,6%).

Um pouco mais da metade das respondentes relatou receber alguma ajuda com as tarefas domésticas (56,4%, 31 participantes), sendo que a maior parcela relatou não considerar suficiente a ajuda que recebe nas tarefas domésticas (65,5%, 36 participantes). Apenas 4 participantes (7,3%) declararam pagar alguém em troca de ajuda nas tarefas domésticas.

Quando questionadas sobre o gênero de quem as ajuda nas tarefas, o resultado foi bem dividido, com 16 respostas (29,1%) indicando o gênero masculino e 15 respostas indicando o gênero feminino (27,3%). O restante (43,6%, 24 participantes) reafirmou que não recebe ajuda.



## **Violência**

Com a finalidade de compreender o contexto das participantes, avaliando o quanto elas presenciavam situações de violência em seus ambientes domésticos, foram feitas perguntas que podiam ser respondidas em escala de 0 a 3. Nessa escala, o valor 0 correspondeu à frequência “nunca”, 1 correspondeu a “raramente”, 2 correspondeu a “às vezes” e 3 correspondeu a “sempre”. Os questionamentos foram replicados, pedindo que elas respondessem acerca do contexto anterior e durante a pandemia.

As perguntas realizadas e suas respectivas porcentagens de respostas, em momentos anteriores e durante a pandemia, foram:

### *Pergunta 1: Ocorrem trocas de beliscões, tapas e empurrões?*

Antes da quarentena, 48 participantes responderam “Nunca” (87,3%), 3 responderam “Raramente” (5,5%), 2 responderam “Às vezes” (3,6%) e 2 responderam “Sempre” (3,6%). Durante a quarentena, 54 participantes responderam “Nunca” (98,2%) e 1 respondeu “Raramente” (1,8%).

### *Pergunta 2: Falam comigo de maneira inapropriada (xingamentos)?*

Antes da quarentena, 41 participantes responderam “Nunca” (74,5%), 10 responderam “Raramente” (18,2%) e 4 responderam “Às vezes” (7,3%). Durante a quarentena, 48 participantes responderam “Nunca” (87,3%), 5 responderam “Raramente” (9,1%), e 2 responderam “Às vezes” (3,6%).

### *Pergunta 3: Falam comigo de maneira inapropriada (ameaças)?*

Antes da quarentena, 50 participantes responderam “Nunca” (90,9%), 3 responderam “Raramente” (5,5%) e 2 responderam “Às vezes” (3,6%). Durante a quarentena, 48 participantes responderam “Nunca” (87,3%), 4 responderam “Raramente” (7,3%) e 3 responderam “Às vezes” (5,5%).

### *Pergunta 4: Falam comigo de maneira inapropriada (rispidez, grosseria, gritos)?*

Antes da quarentena, 36 participantes responderam “Nunca” (65,5%), 12 responderam “Raramente” (21,8%) e 7 responderam “Às vezes” (12,7%). Durante a quarentena, 39 participantes responderam “Nunca” (70,9%), 7 responderam “Raramente” (12,7%) e 9 responderam “Às vezes” (16,4%).

### *Pergunta 5: Ocorrem trocas de ofensas ou xingamentos?*



Antes da quarentena, 39 participantes responderam “Nunca” (70,9%), 13 responderam “Raramente” (23,6%) e 3 responderam “Às vezes” (5,5%). Durante a quarentena, 43 participantes responderam “Nunca” (78,2%), 6 responderam “Raramente” (10,9%), 5 responderam “Às vezes” (9,1%) e 1 respondeu “Sempre” (1,8%).

*Pergunta 6: Ocorrem discussões?*

Antes da quarentena, 26 participantes responderam “Nunca” (47,3%), 16 responderam “Raramente” (29,1%), 11 responderam “Às vezes” (20,0%) e 2 responderam “Sempre” (3,6%). Durante a quarentena, 37 participantes responderam “Nunca” (49,1%), 18 responderam “Raramente” (32,7%), 9 responderam “Às vezes” (16,4%) e 1 respondeu “Sempre” (1,8%).

*Pergunta 7: Sou praticamente obrigada a fazer coisas que não gostaria no momento (práticas sexuais)?*

Antes da quarentena, 54 participantes responderam “Nunca” (98,2%) e 1 respondeu “Raramente” (1,8%). Durante a quarentena, 52 participantes responderam “Nunca” (94,5%) e 3 responderam “Raramente” (5,5%).

*Pergunta 8: Sou tocada fisicamente de maneira desagradável (empurrões, puxões, segurar forte, tapas)?*

Antes da quarentena, todas as 55 participantes (100%) responderam “Nunca”. Durante a quarentena, 54 participantes (98,2%) responderam “Nunca” e 1 respondeu “Raramente” (1,8%).

*Pergunta 9: Sou tocada fisicamente de maneira sexual quando não estou disposta?*

Antes da quarentena, 53 participantes responderam “Nunca” (96,4%), 1 respondeu “Raramente” (1,8%) e 1 respondeu “Às vezes” (1,8%). Durante a quarentena, 52 participantes responderam “Nunca” (94,5%), 2 responderam “Raramente” (3,6%) e 1 respondeu “Às vezes” (1,8%).

## **Saúde**

Com a finalidade de compreender o contexto de saúde mental e física das respondentes, foram elaboradas perguntas que deveriam ser respondidas em escala de 0 a 4, na qual 0 correspondia a “Discordo Totalmente”, 1 a “Discordo”, 2 a “Neutro”, 3 a “Concordo” e 4 correspondia a “Concordo totalmente”. As questões novamente foram



replicadas para o contexto anterior e durante a pandemia. Por fim, as participantes também foram questionadas acerca do acesso a dispositivos de saúde mental e do acesso aos órgãos de proteção às mulheres.

As perguntas com suas respectivas porcentagens de respostas foram:

*Pergunta 1: Sinto um certo receio de ficar perto do meu namorado/marido/parceiro?*

Antes da quarentena, 41 participantes discordaram totalmente (74,5%), 3 discordaram (5,5%), 6 foram neutras (10,9%), 3 concordaram (5,5%) e 2 concordaram totalmente (3,6%). Durante a quarentena, 39 participantes discordaram totalmente (70,9%), 3 discordaram (5,5%), 8 foram neutras (14,5%), 3 concordaram (5,5%) e 2 concordaram totalmente (3,6%).

*Pergunta 2: Sinto um certo receio de ficar perto de alguém que mora comigo?*

Antes da quarentena, 45 participantes discordaram totalmente (81,8%), 4 discordaram (7,3%), 4 foram neutras (7,3%), 1 concordou (1,8%) e 1 concordou totalmente (1,8%). Durante a quarentena, 44 participantes discordaram totalmente (80,0%), 3 discordaram (5,5%), 6 foram neutras (10,9%), 1 concordou (1,8%) e 1 concordou totalmente (1,8%).

*Pergunta 3: Meu parceiro me escuta e auxilia quando me sinto mal?*

Antes da quarentena, 12 participantes discordaram totalmente (21,8%), 7 discordaram (12,7%), 5 foram neutras (9,1%), 9 concordaram (16,4%) e 22 concordaram totalmente (40,0%). Durante a quarentena, 11 participantes discordaram totalmente (20,0%), 7 discordaram (12,7%), 5 foram neutras (9,1%), 12 concordaram (21,8%) e 20 concordaram totalmente (36,4%).

*Pergunta 4: Sinto-me afastada de pessoas que considero importantes (amigos, parentes, vizinhos, etc.).*

Antes da quarentena, 18 participantes discordaram totalmente (32,7%), 7 discordaram (12,7%), 3 foram neutras (5,5%), 15 concordaram (27,3%) e 12 concordaram totalmente (21,8%). Durante a quarentena 16 participantes discordaram totalmente (29,1%), 7 discordaram (12,7%), 5 foram neutras (9,1%), 14 concordaram (25,5%) e 13 concordaram totalmente (23,6%).

*Pergunta 5: Meus familiares me dão suporte quando estou angustiada?*



Antes da quarentena, 2 participantes discordaram totalmente (3,6%), 7 discordaram (12,7%), 9 foram neutras (16,4%), 15 concordaram (27,3%) e 22 concordaram totalmente (40,0%). Durante a quarentena, 4 participantes discordaram totalmente (7,3%), 7 discordaram (12,7%), 10 foram neutras (18,2%), 15 concordaram (27,3%) e 19 concordaram totalmente (34,5%).

*Pergunta 6: Sinto-me angustiada com certa frequência?*

Antes da quarentena, 10 participantes discordaram totalmente (18,2%), 14 discordaram (25,5%), 16 foram neutras (29,1%), 9 concordaram (16,4%) e 6 concordaram totalmente (10,9%). Durante a quarentena, 10 participantes discordaram totalmente (18,2%), 11 discordaram (20,0%), 11 foram neutras (20,0%), 15 concordaram (27,3%) e 8 concordaram totalmente (14,5%).

*Pergunta 7: Tenho amigos(as) com os(as) quais posso sempre desabafar?*

Antes da quarentena, 5 participantes discordaram totalmente (9,1%), 3 discordaram (5,5%), 6 foram neutras (10,9%), 13 concordaram (23,6%) e 28 concordaram totalmente (50,9%). Durante a quarentena, 2 participantes discordaram totalmente (3,6%), 5 discordaram (9,1%), 9 foram neutras (16,4%), 14 concordaram (25,5%) e 25 concordaram totalmente (45,5%).

*Pergunta 8: Quando me sinto mal, procuro alguém com quem possa conversar?*

Antes da quarentena, 5 participantes discordaram totalmente (9,1%), 1 discordou (1,8%), 9 foram neutras (16,4%), 16 concordaram (29,1%) e 24 concordaram totalmente (43,6%). Durante a quarentena, 2 participantes discordaram totalmente (3,6%), 3 discordaram (5,5%), 8 foram neutras (14,5%), 20 concordaram (36,4%) e 22 concordaram totalmente (40,0%).

*Pergunta 9: Não tenho ninguém com quem possa conversar quando me sinto mal?*

Antes da quarentena, 32 participantes discordaram totalmente (58,2%), 11 discordaram (20,0%), 6 foram neutras (10,9%), 3 concordaram (5,5%) e 3 concordaram totalmente (5,5%). Durante a quarentena, 29 participantes discordaram totalmente (52,7%), 11 discordaram (20,0%), 10 foram neutras (18,2%), 1 concordou (1,8%) e 4 concordaram totalmente (7,3%).

Em relação ao acesso a dispositivos de saúde mental (terapia, aplicativos que monitoram o humor, aplicativos ou práticas de meditação), 32 participantes relataram nunca ter utilizado dispositivos de saúde mental (58,2%), 12 relataram que já faziam



terapia antes da quarentena (21,8%), 6 relataram que já praticavam meditação antes da quarentena (10,9%), 2 relataram que passaram a fazer terapia online durante a quarentena (3,6%). Outras participantes relataram já ter feito terapia algum dia (1,8%), praticar meditação às vezes (1,8%) e já utilizar algum aplicativo direcionado à saúde mental antes da quarentena (1,8%).

Quando questionadas se já haviam pensado em denunciar violência doméstica durante a quarentena, 50 participantes (90,9%) responderam que “Não”, 4 responderam que “Sim, mas não para mim” (7,3%) e 1 respondeu que “Não, porque não sofro isso. Moro só eu e minha filha”. Em relação a já terem pensado em ir para um abrigo de proteção a mulheres durante a quarentena, 54 responderam que “Não” (98,2%) e 1 preferiu não responder.

Quando questionadas se manifestaram sintomas ou obtiveram diagnóstico de COVID-19, 42 participantes (76,4%) responderam que não, 8 responderam que sim (14,5%) e 5 relataram estar em dúvida (9,1%).

## **Análise e Discussão dos Resultados**

A média de idade da amostra foi relativamente alta, circundando os 51,9 anos. Ao calcularmos 95% de intervalo de confiança, utilizando o Pacote Estatístico para Ciências Sociais (SPSS), obtivemos 95% de chance da idade das mulheres da Economia Solidária estar entre os 48,72 anos (limite inferior) e os 55,10 (limite superior). No entanto, precisamos considerar as limitações da amostra.

Em vista da pandemia da COVID-19, a coleta de dados foi feita por meio de questionário *on-line*, o qual foi divulgado nos grupos e canais de comunicação também localizados em ambientes *on-line* da economia solidária. Esses questionários foram principalmente respondidos por trabalhadoras residentes da região Sudeste, sobretudo no estado do Rio de Janeiro (90,9% da amostra de 55 participantes), nos municípios de Niterói (27,3%), Duque de Caxias (20%), Rio de Janeiro (12,7%) e São Gonçalo (10,9%).

Para melhor visualizar a dimensão desses dados, é necessário compreender o contexto nacional da Economia Solidária. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (ipea), em pesquisa que objetivava o mapeamento da Economia Solidária no



Brasil (Silva, Carneiro, 2016), foram contabilizados cerca de 19.708 empreendimentos distribuídos entre as regiões Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sudeste e Sul. Entre eles, a maior parte encontra-se na região Nordeste, que contém cerca de 40,8% do total de empreendimentos mapeados. Na região Sudeste, à qual pertence o estado do Rio de Janeiro e foi o principal alvo da presente pesquisa, foram encontrados apenas 3.228 empreendimentos, contabilizando apenas 16,6% do total existente em região nacional.

Além disso, foi demonstrado que a maior parte dos empreendimentos de economia solidária no Brasil atua em regiões municipais rurais (54,8%) e que cerca de 60% dos trabalhadores possuem uma média de faturamento mensal inferior a cinco mil reais, entre os quais 34,1% faturam apenas até mil reais, fatores que podem influenciar o acesso à internet. Desse modo, entende-se que a pesquisa foi limitada não apenas ao estado do Rio de Janeiro, mas às trabalhadoras do Rio de Janeiro com condições econômicas e ambientais de acesso à internet.

Compreendido o recorte de aplicação da pesquisa, pode-se dizer que as principais informações recolhidas a partir dos dados foram o aumento de horas gastas nas tarefas domésticas durante a quarentena, o quanto não consideram suficiente a ajuda que recebem com as tarefas e o fato de que, sendo trabalhadoras da economia solidária, mais da metade da amostra (58,2%) não possui trabalho remunerado, o que implica discussões relacionadas a como essas mulheres visualizam seu trabalho.

É importante entender que, durante a pandemia, foi determinado que a população deveria, de forma protetiva, se resguardar em casa no dito *lockdown*. Com isso, compreende-se que, com o tempo maior gasto no ambiente doméstico, o local precisará de mais manutenção e limpeza, o que normalmente é realizados sobretudo, por mulheres. O sexo feminino é responsável por cerca de mais de 80% dos trabalhos domésticos no lar (Jesus, 2018), dessa maneira, com a pandemia, esse número tende a aumentar. Antes da COVID-19, na amostra coletada, o maior número de horas gastas nessas atividades era de 3 a 4 horas (40%) e os menores eram de menos de uma hora (3,6%); 6 e 7 horas (7,3%) e mais de 8 horas (12,7%). Contudo, com a pandemia, esse número, de 3 a 4 horas, diminuiu (34,5%) e houve um aumento da porcentagem gasto em mais de 8 horas (23,6%) e de 6 e 7 horas (20%), indicando que aconteceu um aumento significativo no trabalho doméstico. Vale ressaltar que o trabalho doméstico vai além do cozinhar, passar e limpar; também passa pelas tarefas invisíveis como organização mental do domicílio,



assistência aos filhos e outros membros da família. Além disso, apesar de receberem ajuda nas tarefas domésticas (56,4%), mais da metade da amostra (65,5%) alega que essa ajuda não é suficiente. Isso ocorre porque a sociedade brasileira ainda é muito marcada pelo patriarcado e é baseada na divisão sexual do trabalho que entende que as mulheres são reservadas aos afazeres domésticos e que esses são serviços destinados a indivíduos subalternos, ou seja, numa categoria de hierarquização, as mulheres estariam numa posição baixa. Enquanto os homens, quando contribuem, não é como um trabalho tão significativo uma vez que veem que a maior parte das atividades do lar são tarefas voltadas ao feminino que carrega certa inferioridade. Isso faz com que as mulheres ainda fiquem sobrecarregadas apesar da ajuda.

É importante destacar que, em uma recente pesquisa, foi constatado que os homens com idade de 30 anos trabalham cerca de 1 hora por dia, em contrapartida as mulheres com a mesma idade trabalham 4 horas (Jesus, 2018) e que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres que trabalham dedicam cerca de 8,2 a mais aos serviços domésticos (18,5 horas) em relação aos homens (10,3 horas).

Agora, para compreender melhor o modo como essas mulheres visualizam o trabalho com artesanato, as demais respostas das participantes que relataram não possuir trabalho remunerado (32 participantes, 58,2%) foram analisadas e, embora uma parte tenha indicado ser aposentada (6 participantes) e uma participante tenha indicado estar desempregada, a maior parte se considera trabalhadora autônoma (8 participantes) ou informal (16 participantes) e uma especificou “Trabalho com artesanato”, quando foram questionadas sobre o atual vínculo de trabalho. Ademais, 12 participantes entre elas argumentaram serem as principais responsáveis pela renda da casa. Sendo assim, é provável que, embora trabalhem e se sustentem desse modo, as participantes não consideram o artesanato uma atividade econômica relevante e, por isso, declararam que não realizam atividade remunerada.

Os dados recolhidos pelo IPEA tendem a corroborar essa informação, pois, segundo eles, “enquanto as cooperativas possuem a maior proporção de homens (63,8%) dentre as formas de organização dos empreendimentos, os grupos informais são os únicos com média superior de mulheres (63,2%)” (SILVA, CARNEIRO, 2016, p. 24). Os autores apontam que esses dados podem ser, em parte, explicados pela necessidade que muitas mulheres possuem de buscar atividades para complementação de renda que





possam ser conciliadas com os afazeres da casa e da família. Desse modo, as atividades informais exigem “dinâmicas administrativas mais simples” e são “mais fáceis de serem desfeitas em caso de uma eventualidade” (p. 24).

O mundo vive gradativamente uma mudança ao longo das décadas e conseqüentemente em sua maneira de se organizar. No âmbito do trabalho, isso não é diferente e atualmente essa esfera vem sofrendo grande precarização, principalmente nas garantias de direitos dos trabalhadores. O ataque a essa estrutura vai além disso; muitos trabalhadores se veem em trabalhos de subcontrato, de tempo parcial, na informalidade, perdendo suas garantias trabalhistas. Tudo isso afeta mais as mulheres, que se encontram cada vez mais em postos de trabalho de subcontratação, temporário, com jornada parcial, com menos rendimentos (NASCIMENTO, 2016) e informal. Isso se dá porque, historicamente, às mulheres era reservada a esfera privada, ou seja, a do lar.

Com o capitalismo em suas diferentes fases, no entanto, a mão de obra feminina foi sendo necessitada e sua inserção no mercado de trabalho requerida. Porém, a posição assumida era hierarquicamente baixa, uma vez que as mulheres eram vistas como complementares ao trabalho dos homens. Por isso, a elas eram destinados salários menores e posições inferiores, reforçando a consideração de que eram incapazes de realizar o mesmo trabalho que um indivíduo do sexo masculino. Dessa forma, para as mulheres são reservados postos nos quais não se necessita de tanta capacidade técnica e, portanto, têm menor prestígio, o que gera um desnível salarial e falta de qualificação.

De acordo com uma pesquisa feita pelo IBGE, Síntese de Indicadores Sociais - Uma Análise das Condições de Vida 2019, o número de mulheres no mercado de trabalho é de um pouco mais da metade da população feminina (52,9), enquanto dos homens corresponde a quase 22% a mais (72%), corroborando a ideia de que as mulheres têm sua entrada no mercado de trabalho dificultada por fatores sociais. Compreende-se que essa realidade gera uma desigualdade de oportunidade na qual as mulheres se veem fadadas a remunerações baixas, informalidade e desemprego. (NASCIMENTO, 2016). Faz-se necessário, portanto, uma discussão sobre essas diferenças com o intuito de tentar ao máximo acabar com elas para que se tenha uma sociedade mais justa e igualitária. Logo, esse debate deve ter como base os lugares de fala, caracterizados por pensar criticamente a respeito da circunstância a que um grupo está submetido e seu lugar social na estrutura de poder da sociedade. Essas discussões servem para levantar



questionamentos e incômodos para que se entendam as responsabilidades que certos grupos sociais têm e que ações se devem tomar para contribuir para uma sociedade menos desigual. Assim, a reflexão sobre o lugar de fala procura inserir grupos oprimidos em determinados locais e fazer com que outros grupos, de alta posição hierárquica, questionem suas posições e o que pode ser feito para incluir essa minoria na esfera de poder que gere a sociedade.

Outra informação importante, que pode ser relacionada ao trabalho informal, diz respeito ao recebimento de algum auxílio governamental. Embora a maior parte da amostra tenha respondido não receber nenhuma ajuda governamental (80%), também a maior parte (69,1%) indicou ter recebido algum tipo de auxílio durante a pandemia, o que indica que suas atividades foram, de algum modo, afetadas pela quarentena.

O questionário que objetivava a medição de exposição à violência obteve resultados consideravelmente baixos. No entanto, nas questões relativas a apoio e saúde mental, uma pequena parcela concordou (5,5%) ou concordou totalmente (3,6%) na questão “Sinto um certo receio de ficar perto do meu namorado/marido/parceiro?”. As demais respostas dessas participantes que indicaram sentir receio de ficar perto de seus parceiros foram analisadas isoladamente e, embora tenham discordado ou discordado totalmente das questões relacionadas a agressão física e verbal, uma das participantes respondeu “mulheres vítimas de violência” para a questão “Qual sua área de atuação?”, não ficando claro se ela se considerava pertencente a esse grupo ou trabalhava com esse grupo.

Também nas questões relacionadas à saúde mental, uma parcela significativa das respondentes discordou (12,7% antes e durante a quarentena) ou discordou totalmente (21,8% antes da quarentena e 20% durante a quarentena) na questão “Meu parceiro me escuta e auxilia quando me sinto mal?”. Entre as que discordaram totalmente (11 no total), 4 responderam ser solteiras\*; 1 respondeu ser viúva\*; 3 divorciadas\*; 1 separada\*. Apenas 2 eram casadas. Entre as que discordaram (7 no total), 2 declaram ser solteiras\*, 4 casadas, 1 declarou viver uma união estável. Devido ao resultado encontrado, as discordantes podem ter optado por “discordo totalmente/discordo” por falta de opção.

Outras questões relacionadas a relacionamentos afetivos foram apresentadas na parte destinada a comentários opcionais. Foram recebidos os seguintes comentários:



- *Eu moro sozinha, não tenho companheiro há mais de 14 anos. Fui casada com um relacionamento abusivo. E me divorciei.*
- *Gostaria só de compartilhar que eu tinha um relacionamento abusivo, não em questão de violência, mas mentalmente sempre querendo mandar em mim e no meu \$. Mas há 1 ano e meio estou sozinha e bem melhor.*
- *Tem muitos anos que eu decidi não ter mais sexo com meu marido.*

Portanto, ainda que as respostas relacionadas à violência tenham sido baixas, elas não foram ausentes. Ademais, é novamente preciso considerar que a média de idade das participantes da amostra foi relativamente alta (51,9 anos). Pesquisas sobre dados socioeconômicos de vítimas de violência doméstica (Zart, Scortegagna, 2015) apontam que suas faixas etárias se concentram entre os 19 e os 49 anos, com resultados apontando incidências maiores entre os 20 e os 39, de modo que os comentários das participantes que relataram ter vivido isso no passado corroboram essas informações.

## **Conclusão**

Este trabalho busca dar “lugar de fala” através do perfil socioeconômico das mulheres da Economia Solidária para que, por meio deste perfil mais detalhado e alinhado aos princípios considerados críticos pela ONU, os estudos na área possam avançar neste sentido.

Dado os achados prioritários do trabalho no tocante a informalidade e sobrecarga de trabalho, um aspecto geral em relação à atividade laboral do gênero, a pergunta que resta ainda responder é “Quem é essa mulher da Economia Solidária?”. Como atividade de pesquisa que teve a observação digital como veículo de coleta, o grupo teve uma atuação bastante limitada neste sentido. Somente as artesãs digitalmente incluídas participaram em número de pequena amostragem.

Apesar das limitações observadas, o caminho para o entendimento dessas falas e do perfil socioeconômico apontado e alinhado com os ODS da agenda 2030 da ONU Mulheres, é necessário um trabalho sistemático de ações que busquem a valorização do trabalho informal feminino. Em segundo lugar, é necessário um aprofundamento da pesquisa para o entendimento das escolhas que levam a essa informalidade e à



permanência na mesma. A iniciativa do trabalho para a gestão pública para as mulheres poderia criar alternativas que viabilizassem a formalização das atividades empreendedoras femininas, observando os componentes particulares que cercam o universo feminino. Para as ações serem efetivas na gestão, é necessário olhar de maneira particular a sobrecarga de trabalho para que a responsabilidade de ter um empreendimento e arcar com os custos formais não sobrecarregue ainda mais as mulheres.

De maneira concomitante a estas sugestões, para médio e longo prazo, é necessário um incentivo cultural que promova ações que repensem a imagem da mulher na economia solidária com a potência inovadora que ela possui. Capacitação e orientação para o aprendizado contínuo são chaves importantes nesse sentido, pois oferecem as ferramentas para que a mulher coloque suas iniciativas em prática de forma mais eficiente.

Ainda que o protagonismo da mulher na Economia Solidária seja evidente, a subordinação a outras estruturas de comando masculinas e a falta de um posicionamento mais claro em relação a seu lugar nessa atividade econômica fazem parte das narrativas e do cenário. Na Economia Solidária, também se perpetuam as formas de dominação contra a mulher existentes na sociedade de uma forma geral, as quais silenciam-na em vários lugares.

Para a construção de uma proposta para a Economia Solidária condizente com os objetivos de desenvolvimento sustentável e a agenda 2030, é necessário olhar o cenário que se apresenta e realizar propostas que contemplem a realidade presente, a sistematização das dificuldades e a tomada de consciência.

## **Referências**

ANDRADE, R. O. Faces da violência doméstica. Pesquisa FAPESP, ed. 277, 2019. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/faces-da-violenciadomestica/>



ARAÚJO, José. O Estado democrático social de direito em face do princípio da igualdade e as ações afirmativas. Dissertação de mestrado. Faculdade de Direito. PUC. São Paulo. 2007. Acesso em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/te>

BIANCHINI, A. Com que frequência e idade as mulheres sofrem violência doméstica? Com a palavra, a vítima. Jusbrasil: 2001. Disponível em: <https://professoraalice.jusbrasil.com.br/artigos/121814053/com-que-frequencia-e-idade-as-mulheres-sofrem-violenciadomestica-com-a-palavra-a-vitima>

DEMO, P. Metodologia Científica em Ciências Sociais. 3 ed. Rev e ampliada. São Paulo: Atlas, 1995. REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, V. da S; SANTOS, W.J.L. dos. Transparência e Controle Social na Administração Pública. Revista: Temas da Administração Pública. v. 8, n. 1 (2013). Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/temasadm/article/view/6327>. Acessado em: 20 de Julho 2020.

FREITAS, Thyanne Tavares. RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala?. Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p.(Feminismos Plurais). Horiz. antropol., Porto Alegre, v.25, n.54, p.361-366, Aug.2019. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010471832019000200361&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010471832019000200361&lng=en&nrm=iso)>. access on 10 Nov.2020. Epub Aug 05,2019. <https://doi.org/10.1590/s0104-71832019000200015>.

HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, Donna et al. Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2009 [1985].

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2019. Rio de Janeiro, 2010.



JESUS, Jordana Cristina. MURRHA, Luana Junqueira Dias. Os afazeres domésticos antes e depois da pandemia: desigualdades sociais e de gênero. Demografia UFRN. Disponível em: <<https://demografiaufrn.net/2020/07/16/afazeres-domesticos-antes-e-depois/>>. Acesso em: 09 de nov. de 2020.

KRONEMBERGER, D.M.P. Os desafios da construção dos indicadores ODS globais. Cienc. Cult., São Paulo , v. 71, n.1, p. 40-45, Jan. 2019. Available from <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.phpscript=sci\\_arttext&pid=S000967252019000100012&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S000967252019000100012&lng=en&nrm=iso)>. access on 21 July 2020. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000100012>.

MARQUES, M. da C. da C.. Aplicação dos princípios da governança corporativa ao sector público. Rev. adm.contemp., Curitiba , v. 11, n. 2, p. 11-26, June 2007 .Availablefrom<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141565552007000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141565552007000200002&lng=en&nrm=iso)>. access on 21 July 2020. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552007000200002>.

MULHERES dedicam mais horas aos afazeres domésticos e cuidados de pessoas, mesmo em situações ocupacionais iguais a dos homens. Agência Notícias IBGE. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24266-mulheres-dedicam-mais-horas-aos-afazeres-domesticos-e-cuidado-de-pessoas-mesmo-em-situacoesocupacionais-iguais-a-dos-homens>>. Acesso em: 09 de nov. de 2020.

NAGEM, F. A.; SILVA, S. P. Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. Revista de Sociologia e Política, v. 21, n. 46, p. 159-175, 2013.



PRODANOV, C. C. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, Djamil. Lugar de Fala. Brasil. São Paulo: Editora Polén Livros, 10 de julho de 2019.

RODRIGUES, N. C. P. et al. O aumento da violência doméstica no Brasil, 2009-2014. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, p. 2873-2880, 2017.

ROSAS, Rafael. SCHINCARIOL, Juliana. SARAIVA, Alessandra. Mulheres têm desocupação e informalidade maiores e rendimento menor, mostra IBGE. Valor. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/11/06/mulheres-tem-maiores-desocupacao-e-informalidade-e-menores-rendimentos-mostra-ibge.ghtml>>. Acesso em: 09 de nov. de 2020.

Sem autor. Violência contra as mulheres e meninas é pandemia invisível, afirma diretora executiva da ONU Mulheres. ONU MULHERES, 2020 – site. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br>. Acessado em: 20 de julho de 2020.

SILVA, S. P. O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas. IPEA: 2018.

SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. IPEA: 2016.

WAJCMAN, J. Tecnologia de produção: fazendo um trabalho de gênero. *Cadernos Pagu*, n. 10, p. 201-256, 1 jan. 2012.

Women, U. N. (2020). Policy brief: The impact of COVID-19 on women. New York (NY): United Nations.



ZART, L.; SCORTEGAGNA, S. A.; PIBIC, P. Perfil sociodemográfico de mulheres vítimas de violência doméstica e circunstâncias do crime. Erechim: Perspectiva, v. 39, n. 148, p. 85-93, 2015.

## Anexo

Quanto tempo você normalmente gasta cuidando das tarefas de casa ou cuidando dos residentes da sua casa?					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	8 ou mais horas por dia	7	12,7	12,7	12,7
	Entre 1 e 2 horas por dia	8	14,5	14,5	27,3
	Entre 3 e 4 horas por dia	22	40,0	40,0	67,3
	Entre 4 e 5 horas por dia	12	21,8	21,8	89,1
	Entre 6 e 7 horas por dia	4	7,3	7,3	96,4
	Menos de 1 hora por dia	2	3,6	3,6	100,0
	Total	55	100,0	100,0	

Quanto tempo você passou a gastar com as tarefas de casa ou de cuidados com os residentes da sua casa no período da quarentena?					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	8 ou mais horas por dia	13	23,6	23,6	23,6
	Entre 1 e 2 horas por dia	4	7,3	7,3	30,9





	Entre 3 e 4 horas por dia	19	34,5	34,5	65,5
	Entre 4 e 5 horas por dia	6	10,9	10,9	76,4
	Entre 6 e 7 horas por dia	11	20,0	20,0	96,4
	Menos de 1 hora por dia	2	3,6	3,6	100,0
	Total	55	100,0	100,0	

Quantas horas de trabalho remunerado você executa?					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	8 ou mais horas por dia	6	10,9	10,9	10,9
	Entre 1 e 2 horas por dia	2	3,6	3,6	14,5
	Entre 2 e 3 horas por dia	2	3,6	3,6	18,2
	Entre 3 e 4 horas por dia	2	3,6	3,6	21,8
	Entre 4 e 5 horas por dia	2	3,6	3,6	25,5
	Entre 5 e 6 horas por dia	4	7,3	7,3	32,7
	Entre 6 e 7 horas por dia	5	9,1	9,1	41,8
	Não possuo trabalho remunerado	32	58,2	58,2	100,0
	Total	55	100,0	100,0	



## **Núcleo de Atenção à Violência Estrutural:**

# **Construção de dispositivos clínico-institucionais e estratégias de cuidado.**

**Ana Paola Frare**

**Gerson Ramos**

**Juliana de Freitas Barros Souza**

**Juliana Pinheiro da Silva**

**Lígia Graciete Soares da Silva**

**Liz Flôres Fernandes da Silva**

**Matheus Gomes dos Santos e Silva**

**Nancy Lamenza Sholl da Silva**

**Raíssa Rodrigues Vieira dos Santos**

**Sofia Iara Penido Esparza**

**Tamara Vicaroni da Silva**

## **A violência como analisador das diferentes realidades**

Segundo a Organização Panamericana de Saúde (OPAS/1994), o Brasil encontra-se em quarto lugar no mapa da violência na América Latina. A importância e o interesse sobre a violência, por uma organização de saúde, orienta-se pela avaliação de que a violência, em função do número de vítimas e da magnitude de sequelas orgânicas e emocionais produzidas, adquire um caráter endêmico de saúde pública em muitos países. Nesse sentido, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendou que a redução de violência na região das Américas fosse considerada como uma das cinco prioridades após a Assembleia Mundial de Ministros de Saúde de todos os países membros da Organização das Nações Unidas (ONU). Dessa forma, foram propostas algumas diretrizes que destacam a necessidade de incentivar a promoção à adoção de comportamento e de



ambientes seguros e saudáveis, mobilizando a sociedade, em especial, a mídia e os setores de educação, reforçando-se estratégias intersetoriais.

Entendendo que existe um "mercado da violência" sustentado por empresas e pessoas que lucram com atividade de segurança privada e serviços de segurança patrimonial; empresas que constroem dispositivos técnicos em casas e condomínios, encarecendo os custos da moradia, pode-se observar que tal mercado vive do comércio do sentimento de insegurança da população através do mito do território/paraíso e do mito da paz seletiva.

Percebe-se, então, que, na complexidade da relação entre saúde e violência, se exige constituir sentidos e estratégias que englobem condições, situações e estilo de vida. Nesse sentido, este projeto não pode ser desconectado das lutas pela garantia de direitos e das denúncias de violações de direitos. Para estabelecer intersecções que favoreçam ações, temos que considerar as especificidades de algumas violências e suas diferentes dimensões. Considerando as demandas apresentadas para o Observatório de Direitos Humanos do Sul Fluminense, ressaltamos alguns dados e análises referentes à violência de gênero, especificamente contra a mulher, ao racismo, às catástrofes sócio-políticas e à 'Guerra às Drogas'.

O principal objetivo é articular dispositivos clínicos-institucionais, artísticos-culturais e pedagógicos que possam se constituir como redes de atenção e cuidado às populações mais vulneráveis às violências estruturais. Como objetivos específicos do projeto, estabelecemos quatro pontos:

1. Entender como as pessoas vivem, encontram sentido e respondem às experiências traumáticas;
2. Favorecer uma compreensão do contexto social e cultural no qual se encontram e produzem essas respostas, a fim de se mapearem as formas de enfrentamento que já existem;
3. Oferecer a tecnologia da atenção psicossocial e uma sensibilidade cultural junto aos atores sociais comprometidos com os processos de restauração do tecido social;
4. Sugerir alternativas para o trabalho de restauração do tecido social em áreas, como prevenção, atenção às vítimas, memória coletiva e respeito aos direitos humanos.



## **Violência como conceito fundador e balizador das intervenções**

A violência não se limita às delinquências. O homicídio é o ato mais hediondo nas relações sociais, pois efetiva o egocentrismo do ser humano: o aniquilamento do outro. Porém, além dos homicídios que nos apavoram, por se constituírem como sinônimo do que o imaginário social configura como violência, existem outras manifestações desse fenômeno que alimentam o acirramento das relações sociais. As formas culturalmente naturalizadas de agressões intrafamiliares e interpessoais, de discriminações raciais ou contra grupos específicos como homoafetivos, de abusos e de dominação contra crianças, mulheres, idosos e deficientes físicos constituem um ambiente sociocultural adverso e, frequentemente, marcado por exclusão, lesões físicas e emocionais. Todas essas manifestações são potencializadoras da violência social difusa e ampla e se alimentam dela. (MINAYO, 2006, p.117).

Optamos pelo a priori de que qualquer trabalho sobre a violência deve reconhecê-la como um fenômeno complexo, polissêmico e controverso que assume diferentes 'funções sociais', principalmente quando se identifica que a violência é desigualmente distribuída e culturalmente delimitada, revelando as contradições e formas de dominação.

Em função da complexidade, polissemia e controvérsia, consideramos que o conceito de violência estrutural seria a melhor ferramenta conceitual para orientar nossas estratégias e análises. Compreendemos que a violência estrutural oferece um marco à violência do comportamento e se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de determinadas pessoas a quem se negam vantagens da sociedade, tornando-as mais vulneráveis ao sofrimento e à morte. Essas estruturas determinam igualmente as práticas de socialização que levam os indivíduos a aceitar ou a infligir sofrimentos, de acordo com o papel que desempenham. (BOULDING, 1981 apud CRUZ NETO e MOREIRA, 1999, p. 36).

Uma importante característica da violência estrutural é reconhecer que seu 'locus' se encontra numa sociedade de democracia aparente, ou seja, em sociedades onde a propagação do ideal de participação, liberdade e igualdade dos cidadãos não garante a todos o pleno acesso a seus direitos.



Como afirmam Cruz Neto e Moreira (1999, p. 37-38), [...]As situações e condições sócio-econômicas que inspiram a violência estrutural devem ser perscrutadas na própria estrutura da sociedade [...]. Este esquema engendra e propicia todas as características de uma prática de violência estrutural: não é natural, mas sim histórica e socialmente produzida; possui raízes profundas nas relações de poder; apresenta resquício de autoritarismo social; é política e geograficamente demarcada; tem objetivos determinados; define propositadamente seus destinatários; afeta principalmente cidadãos com reduzida capacidade de defesa; alimenta a ostentação de poucos com o sofrimento de muitos; amplia as disparidades sociais; cerceia oportunidades e legítimos projetos de vida; inibe a escolha racional, favorecendo a escolha constrangida: mendicância, tráfico, delinquência, por exemplo; fomenta preconceitos e causa danos morais, psicológicos, físicos e a morte.

Interessa-nos, em particular, um mecanismo cruel da violência estrutural, que seria a instauração de um processo seletivo segundo o qual teria o poder de decidir quem tem direito de desfrutar o 'bem-estar social' e quem deveria ser excluído dessa condição. Esse processo seletivo gera uma sociabilidade sustentada por um desejo de isolamento/proteção, confrontado diariamente com um encontro 'real' de desiguais.

Percebe-se que “o agravamento dos problemas sociais e o aumento dos índices de delinquência vão, pouco a pouco, potencializando rancores que se expressam no preconceito, na intolerância e no medo”.(CRUZ NETO e MOREIRA, 1999, p. 39) Portanto, a 'cultura do medo', compreendida desta perspectiva, sugere que o Estado, para proteger e atender aos anseios dos cidadãos que 'merecem' o 'bem-estar-social', utiliza-se de recursos jurídicos e policiais, isentos de limites legais e humanistas, para justificar e legitimar uma política repressiva, transformando aqueles que foram excluídos de seus direitos em indivíduos violentos. Os violentados passam a serem criminalizados por sua condição, por seu empobrecimento, por sua exclusão.

Concordamos com Minayo (2006) que diz ser muito mais frutífero desenvolver análises que se sustentem numa causalidade complexa da violência evidenciando o entrelaçamento dos fatores estruturais, históricos, contextuais, culturais, conjunturais, institucionais, interpessoais, individuais. Faz-se necessário, portanto, estabelecer relações entre elementos gerais e especificidades a fim de delimitar e compreender as formas de apresentação e reprodução das violências. A autora destaca o entrelaçamento do geral com o específico. Tal relação exige levar em consideração o tempo, o espaço, os grupos



atingidos, a gravidade e a representação. Estes parâmetros são fundamentais para constituir uma compreensão do fenômeno e para construir estratégias de ação sobre as causas, para além dos sintomas.

Desse modo, delinea-se a necessidade de construir abordagens inter e transdisciplinares que incluam uma visão quantitativa e qualitativa do fenômeno, considerando também que é insuficiente quantificar os mortos, feridos, vítimas, agressores e descrever uma tipologia da violência (MINAYO, 2006). Entende-se, então, que a inter e transdisciplinaridade estrutura nosso objeto de estudo de forma a considerar as expressões da violência enquanto produção de sentidos, construindo com a comunidade programas de promoção e prevenção articulados, amparados e trabalhados pelo setor da saúde.

## **Construindo estratégias**

Com relação às ações para trabalhar as demandas, construímos pontos de ancoragem enquanto serviço: Instauramos um plantão psicológico, com o objetivo de iniciar um grupo de recepção, no Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ, desenhamos ações junto ao sindicato estadual de professores do Rio de Janeiro - SEPE e ações em uma escola municipal da periferia de Volta Redonda. Esse momento caracterizou-se por acolhimento, análise da demanda e estruturação do projeto, feitos a partir das assembleias promovidas pelo Observatório de Direitos Humanos Sul Fluminense junto aos movimentos sociais da região do Médio Paraíba do Rio de Janeiro.

Entendemos que a violência estrutural exige um trabalho de redes e de território, problematizar o que seria ambulatório e assistência, pensar sobre relações entre cuidado e militância, política pública e ações sociais/comunitárias. Por isso, faz-se necessário articular as ações em rede por compreender a função social de uma universidade nos territórios que já se articulam de algum modo.

Nessa frente, as demandas foram atendidas e acolhidas pelos estudantes. Os atendimentos eram realizados dentro do NPJ e, hoje, seguem na modalidade virtual tendo as professoras psicólogas como referência. A discussão dos casos nos deu a dimensão das incidências traumáticas das mais diferentes formas de violência, bem como nos



ajudam a construir uma leitura que permite ações mais amplas e também ‘preventivas’, não da violência em si, mas de cuidado para que esta não se inscreva de modo ainda mais traumático nos territórios e nos sujeitos. As ações coletivas e os atendimentos individuais nos permitiram fazer, em um só tempo, a leitura de que era preciso primeiro nomear e reconhecer que o sofrimento advinha de um ato violento e que sua negação também continha violência. Nesse sentido pudemos acolher as falas, as demandas, os corpos e os territórios que são cenários dos exercícios da injustiça e da violência estrutural.

## **Da epidemia de violência à violência da pandemia**

Como já dito, atualmente o projeto segue com seus atendimentos na modalidade remota, mas, como demonstrado, não é a única forma de inserção e cuidado que podemos produzir frente à violência estrutural. Em razão da pandemia, ocorre uma reformulação e uma ressignificação do projeto de extensão e inicia-se uma parceria com o centro espírita de umbanda Nossa senhora da Guia, constituída pela aplicação e análise de questionários que têm por objetivo realizar um diagnóstico do território de ação do terreiro situado na região vizinha ao bairro do Retiro, no Município de Volta Redonda.

As ações realizadas em conjunto com o Centro de umbanda estão concentradas em três grupos focais: mulheres, infância e juventude, população LGBTQIA+. O projeto se encontra em processo de construção. Apostamos que apresentar as questões que surgiram a partir da demanda instaurada seria um campo frutífero para compartilhar experiências, reconhecer limitações e problemas, assim como encontrar caminhos factíveis nesses tempos difíceis.

Assim, iniciamos, com certa criatividade e muita parceria, um diagnóstico do território de forma remota. Construimos um questionário junto com algumas lideranças da comunidade, os quais foram aplicados pelas pessoas ligadas ao centro religioso. A partir de várias reuniões e de um trabalho muito preciso para coleta dos dados, estamos agora na fase de análise, pretendendo então poder avançar nas ações propositivas na comunidade, fazendo valer a função social da universidade pública através de seu braço de extensão.



## Mulheres periféricas e existências

No momento em que se repensa o trabalho do Núcleo, a partir das condições impostas pela pandemia, fortalecem-se vínculos com atores locais atuantes nas lutas do povo preto por dignidade e pela vida, por moradia, pela identidade cultural e tradição religiosa afro-brasileiras, contra o racismo e a violência. Nessa perspectiva, estabeleceu-se uma parceria com o Grupo das Marias, coletivo de mulheres ligado a uma casa religiosa de matriz afro-brasileira, que se identifica como um quilombo urbano e desenvolve ações em um bairro de grande vulnerabilidade socioeconômica em Volta Redonda, focado em gênero, raça e classe social.

O Grupo das Marias passou a acompanhar aproximadamente 30 mulheres, com uma ação solidária de garantia de alimentos em tempos de pandemia e atendimento psicossocial. As primeiras incursões em campo foram marcadas por um contato mais exploratório do público, procurando conhecer e dar-se a conhecer, a fim de que se definissem as melhores estratégias de trabalho, o que se pretende não como uma ação assistencialista pontual, mas como um conjunto de ações de longa duração visando ao bem viver, à valorização feminina, étnica e periférica.

Pensando nesse momento inicial, o NAVE propôs, conjuntamente às Marias (como o coletivo é referido), a realização de um diagnóstico rápido para traçar o perfil socioeconômico do grupo das mulheres participantes da ação solidária que recebeu do coletivo o título de *Tambores que alimentam*. Foi realizada uma pesquisa qualitativa com a aplicação de um questionário com perguntas fechadas e abertas, versando sobre condições de moradia e acesso a serviços públicos, educação, trabalho, saúde e direitos humanos. Foram vinte e duas respondentes.

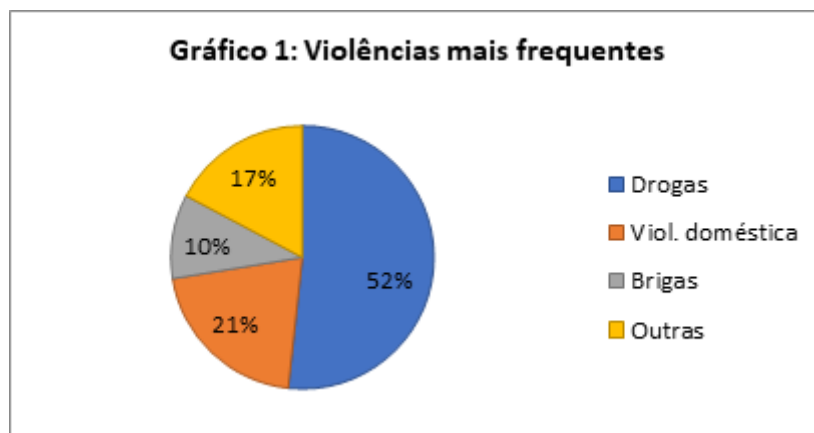
Os dados da pesquisa revelam que as famílias analisadas residem em casas com acesso a água tratada, rede de esgoto, energia elétrica e coleta de lixo. As famílias têm, em média, 4,5 pessoas e vivem, em sua maior parte, em moradias de quatro cômodos. Todos os lares afirmam que os menores estão matriculados na escola, contudo em apenas 18% crianças e jovens frequentam algum tipo de atividade lúdico-educativa fora da escola, como aulas de esportes, danças e cursos profissionalizantes, enquanto em 36% dos lares as respondentes relataram alguma forma de trabalho infantil responsável por contribuir no orçamento familiar.





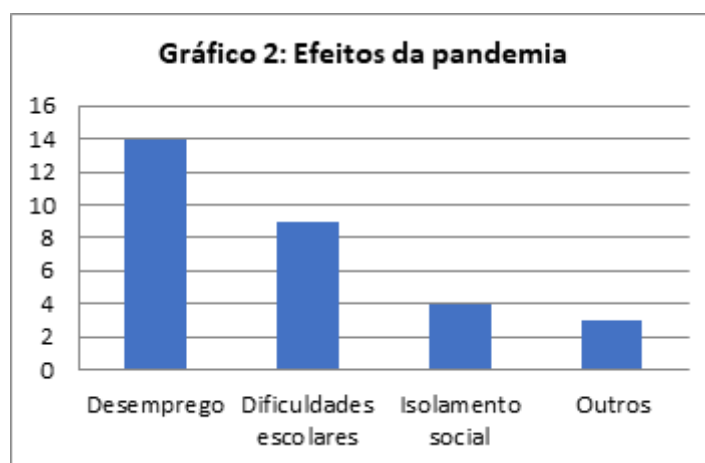
No que tange ao trabalho, os dados mostram que as condições de precariedade e vulnerabilidade da classe trabalhadora brasileira refletem-se no grupo analisado. Em média, 0,9 pessoa por família está trabalhando. Acrescente-se que as ocupações são, em sua totalidade, trabalhos de baixa qualificação, majoritariamente na construção civil e no comércio. Essas trabalhadoras e trabalhadores têm, em média, 35 anos e 5,7 anos de estudos; metade é formalizada. A cada núcleo familiar, 1,3 pessoa está desempregada; 86% desse grupo são mulheres, a idade média é de 34 anos e possuem cerca de 5 anos de estudo. A maioria dessas pessoas trabalhava no setor de serviços, em atividades ligadas ao trabalho doméstico; eram trabalhadoras domésticas, babás, diaristas e cuidadoras de idosos. Contudo, embora nos dados nacionais agregados sobre mercado de trabalho este seja um dos setores mais afetados pela pandemia, aqui não é possível afirmar se as dispensas ocorreram em função da Covid-19.

Perguntadas sobre as violências presentes em seu território, as mulheres responderam conforme ilustra o gráfico 1. Nas citações livres, o tráfico de drogas aparece como a violência mais frequente, seguido da violência doméstica. As brigas são o terceiro tipo de violência mais frequente, conforme as entrevistadas, incluindo-se aí ocorrências envolvendo armas de fogo. De fato, como é de conhecimento público, a comunidade na qual essas mulheres vivem é comandada pelo tráfico de drogas, afetando a estratégia de ações orquestradas pelo Grupo das Marias. Ao mesmo passo, a convivência com as violências contra mulheres e crianças levou o grupo de participantes a manifestar demandas por atenção psicossocial.





Já sobre os efeitos da pandemia na vida das pessoas, o desemprego é percebido como o maior impacto da pandemia; 63,6% das entrevistadas citaram o desemprego como um problema causado ou piorado pela pandemia. Em segundo, aparecem dificuldades em torno da educação das crianças com as escolas fechadas, mencionadas por 40,9% das respondentes. São relatos de dificuldades tanto em ajudar as crianças com as atividades escolares quanto da permanência dos menores em casa, sem escola; além do problema das habilidades necessárias para orientar a educação escolar em casa, também é fonte de aflição a inexistência do que fazer para ocupar o tempo das crianças. A terceira menção mais frequente foi o isolamento social, mencionado por 18,2% das entrevistadas. Também foram mencionadas violência psicológica, falta de alimentação e questões de saúde devido à Covid-19. Esses dados são observáveis na figura 2.



O perfil socioeconômico das mulheres, delineado a partir dos dados, mostra que violências e desemprego são preocupações recorrentes no grupo. Se, por um lado, a atenção psicossocial reforça-se como um trabalho essencial para contribuir com o trabalho, por outro, a geração de trabalho e renda se impõe como uma demanda de similar centralidade no desenvolvimento das ações no território periférico. Atentos a esses sinais, o Grupo das Marias propõe desenvolver atividades de geração de trabalho e renda, para, ao lado do acolhimento, promover meios para a emancipação econômica de mulheres, em uma perspectiva de valorização étnica, de princípios solidários, respeito e cuidado à vida e ao meio ambiente.



O NAVE, então, vê-se no desafio de contribuir com outro eixo de ações, que inicialmente não foi concebido como base do núcleo, mas que reflete a própria correção de trajetória durante a pandemia. O financiamento de ações no eixo trabalho afigura-se como uma necessidade premente, levando o Núcleo a projetar, na continuidade de suas ações, a busca por recursos financeiros, seja concorrendo a verbas em editais, seja apoiando iniciativas de financiamento coletivo, como vem sendo realizada com a campanha de solidariedade para o Tambores que alimentam.

## **Considerações Finais**

É importante salientar os aprendizados extraídos dessa parceria, que reforçam a convicção de que o encontro da universidade com grupos sociais mobilizados nas lutas cotidianas pela vida é um espaço, por excelência, de aprendizagem, de ressignificação do fazer acadêmico e de reafirmação dos compromissos intrínsecos da universidade pública brasileira com o serviço à sociedade, sobretudo a quem mais precisa. O coletivo das Marias demonstra uma extraordinária capacidade de mobilização social, de auto-organização, de engendro de estratégias de penetração no território e diálogo com grupos vulneráveis, evidenciando o arranjo de importante tecnologia social que muito tem a ensinar à universidade na formação de seus estudantes e na sua própria saída ao encontro do mundo.

Reconhecemos que existe uma demanda feita à Psicologia, enquanto saber instituído, que sustenta a própria violência estrutural ao psicologizar os problemas sociais ou sociologizar os problemas singulares. Nesse sentido, desejamos manter, por meio dos dispositivos grupais, a máxima: Não indagamos o que é grupo ou o que o grupo diz; mas o que fazemos quando fazemos grupo. Esta pressuposto nos orienta no sentido de manter a tensão entre o singular e o coletivo, incluindo na análise de demanda, não somente aquilo que é demandado ao psicólogo pelo usuário, mas também aquilo que é demandado à psicologia enquanto função social e política.

Consideramos que os dispositivos escolhidos para iniciar o trabalho podem favorecer um melhor mapeamento de possíveis estratégias a médio e longo prazo. Além disso, o plantão psicológico tem por princípio pautar-se na ideia de que o ato de recepção



é um ato clínico, é tratamento, porque o que acontece neste lugar de passagem pode ser decisivo para os passos seguintes. Portanto, defendemos que é necessário suportar a dificuldade de receber "escutando" e não "resolvendo", "explicando" ou "despachando". Propomos qualificar e instituir uma "escuta" que possa ir além de uma avaliação diagnóstica apressada e de uma indicação/encaminhamento apriorístico de conduta.

Faz-se necessário destacar a importância de criar estratégias que não atendam somente ao que chamamos de "sofrimento psíquico" proveniente da violência estrutural, que não pode ser tratada apenas a partir de seus sintomas psíquicos imediatos "stricto sensu", na medida em que necessitamos abarcar as diferentes dimensões e agentes que produzem violência, assim como as diferentes dimensões e agentes que constituem resistências e ree(x)istências às ações. Acreditamos que devemos também abrir uma frente para proporcionar outras sociabilidades que sejam pautadas pela ética da vida, pela filosofia da não-violência. Por isso, a aposta na Política de Saúde na escola e nas Oficinas de Corpo, Contação de Histórias e Teatro. Como diria Clarice Lispector, é necessária uma justiça prévia. É necessário o terreno onde se planta, não a casa que protege e finge dar segurança.

## Referências

ARENDDT, H. Sobre a Violência. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

BARATA, R. B. Como e por Que as Desigualdades Sociais Fazem Mal à Saúde, Rio de Janeiro: editora FIOCRUZ, 2009.

BOGHOSSIAN, C. O. Vivências de Violência em Vigário Geral. Experiências de Gerações, Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ.. 1999

BOULDING, E. Las Mujeres y la Violencia. In La Violencia y Sus Causas, Paris - França: Editorial UNESCO, 1981, p 265-279.



BRASIL, Ministério da Saúde. Política Nacional de Redução de Acidentes e Violências. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Enfrentamento à Violência contra a Mulher - balanço de ações 2006-2007. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; 2007.

CRUZ NETO, O & MOREIRA, MR 1998a. Trabalho infanto-juvenil - Motivações, aspectos legais e repercussão social. Caderno de Saúde Pública 14(2): 437-441.

CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA, Marcelo Rasga. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. Ciência & Saúde Coletiva, v.4, n.1, p.33-52, 1999. <https://www.scielosp.org/article/csc/1999.v4n1/33-52/pt/> Acesso:08/10/2020.

LEAL, M. C.; GAMA, S. G. N. & CUNHA, C. B. Desigualdades raciais, sociodemográficas e na assistência ao pré-parto e ao parto, 1999-2001. Revista de Saúde pública, 39 (1): 100-107, 2005.

MINAYO, M. C. DE S. Violência e Saúde, Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, 2002.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, UNESCO. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH), New York e Genebra, 2006.



# **Oficinas de montagem: construções metodológicas e experimentações estéticas em direito à cidade**

**Ana Cabral Rodrigues**

**Alice Pereira Tavares**

**Luiza Meira do Nascimento**

**Livia C. Werneck de Andrade**

**Eliana Gonçalves de Souza**

**Gerson Ramos Brandão**

**Jessica Kelly Soares**

**Beatriz Regina Mobicce Nunes**

**Mariana Gil Massa**

**Isadora de Almeida Dutra**

**Anderson Ribeiro**

\*

Em um momento em que o Brasil dá a impressão de se desmanchar num mar de ódio, pode parecer maluquice escrever sobre pipas. Não acho. Soltar pipa, jogar porrinha, fazer churrasco na esquina, sambar, jogar futebol, ir à missa, bater palmas no terreiro, macerar as plantas que curam, benzer quebranto, intuir as chuvas, lembrar os mortos, ler os livros, desfilar na avenida, temperar o feijão são formas de construir sociabilidades mundanas capazes de dar sentido à vida, reverenciar o tempo e instaurar a humanidade no meio da furiosa desumanização que nos assalta.

*Luiz Antônio Simas<sup>23</sup>*

---

<sup>23</sup> O corpo encantado das ruas.



## **\_ redizer**

Da escrita sobre pipas ou então sobre pique-esconde em terra batida, sobre cantigas de roda ou modos de chamar de casa em casa o outro pra brincar, da escrita sobre varal de desenhos de cidades sonhadas, inventadas, descobertas ou sobre rasuras na superfície de um pano que se abre e se fecha na praça, na biblioteca, no chão da rua, o texto que aqui se segue propõe dar passagem, através da experiência do projeto de extensão "Oficinas de Montagem", a isso que é capaz de dar sentido à vida e que pode nos arrancar da furiosa desumanização que vem nos assaltando. Desumanização que historicamente toma suporte nos princípios de um universalismo, fundante da modernidade ocidental, que acolhe apenas um corpo, um modo de existência, uma racionalidade, uma História. E ainda que se possa sustentar a retórica de uma humanidade que toca a todas as pessoas, o universalismo se sustenta em dispositivos, mecanismos e instituições que fazem ver a alguns como mais humanos do que outros. De modo que alguns corpos e populações sejam constituídos como um "Outro" do discurso, da história que, "outremizado" (MORRISON, 2019) é amplamente desqualificado ao mesmo tempo que serve para iluminar, enaltecer e dar contornos aos corpos que, então, resplandecem como universais, necessários e, em suas práticas - inclusive ou sobretudo de violência e dominação - justificáveis e racionais. E isso a tal ponto que, de alguns corpos e populações, seja passível destituir territórios, memórias, saberes, e, por fim a própria condição de humano. Como não-humano, faz-se passível de toda e qualquer objetificação; como objeto, faz-se passível a toda e qualquer violência; como violentado, faz-se passível a todo e qualquer instrumento de invisibilização de sua força de vida e resistência, transmutando-se naquele mesmo que encarnaria o violento, o perigoso, o inimigo a ser eliminado. Eis, pois, tal desumanização que, recentemente, toma contornos ainda mais drásticos em meio a uma política de morte escancaradamente perpetrada no contexto de pandemia.

Assim, não é de um outro lugar, senão da perspectiva de um humanismo concreto<sup>24</sup> (SANTOS, 1987) de onde ressoamos tanto o propósito quanto a urgência de

---

<sup>24</sup> Conforme orienta-nos Ana Clara T. Ribeiro (2005, p. 12458) pelo pensamento de Milton Santos: no humanismo concreto, diferentemente do humanismo abstrato, centrado no universalismo e marcado por pautas civilizatórias, "o território surge, numa de suas faces, como diálogo entre mortos e vivos. Neste diálogo, os mortos, ou trabalho morto, impõem as regras do território normado, ao mesmo tempo em que



dizer de sociabilidades mundanas que, como nos conta Simas (2019), se fazem também por gestos brincantes: como aqueles que domam "os ventos e rabiscam os céus" (SIMAS, 2019: 61). De tal sorte que, dos gestos àquilo que denominamos ser um *ethos* brincante, as "oficinas de montagem" aqui se redizem em fragmentos narrativos ou imagens de memória que remetem umas às outras insistentemente; mas não por movimentos de dizer mais e poder melhor preencher quantas lacunas forem possíveis em meio aos anseios de representar o que fora vivido nos últimos anos no escopo de um trabalho coletivo nos espaços públicos, numa ocupação urbana e em aparelhos culturais nas cidades de Volta Redonda e Niterói (passando também por imersões em paisagens *desurbanas*<sup>25</sup> na comunidade agroecológica do Fojo-Guapimirim). Diferentemente disso, as renitências desses remetimentos funcionam, na superfície e textura deste escrito, como forma de permanecer afinando, de perpetuar um modo-jogo *caosgráfico* (ARAÚJO et. al, 2016) que, por afecções acionadas a cada jogada, operam-se movimentos em direção a uma outra. E a tantas outras quanto forem sustentáveis nas relações entre corpos, palavras, sentidos, objetos... através do quais construímos as *caosgrafias* enquanto operação de um *redizer* por diferentes linguagens, superfícies, temporalidades: enquanto rasura e resto; enquanto recusa a um reencontro com um *mesmo* e rastros dos não-ditos, entreditos, do sem-nome (GPMC, 2018); enquanto abertura, incompletude, um "sempre por se fazer" e também jogo palavrório, como uma parlenda ou perlenga que nos inscreve (corpos e dizeres) tanto em travessias e travessuras das palavras, quanto em suas disputas. Mais especificamente em disputas cotidianas *por dizer cidade e por dizer subjetividade* (CABRAL, 2013).

## **\_bagunçar**<sup>26</sup>

---

oferecem, aos vivos, a interlocução necessária à realização dos seus desígnios. Portanto, a ação é sempre interação. Numa outra face, o território surge como território usado, praticado, prene das experiências daqueles que conquistam a sobrevivência em ambientes hostis, antagônicos". Pelo humanismo concreto tem-se constructo conceitual de "homem lento", este que, na relação com o território como instância mediadora entre passado e presente, desvenda recursos indispensáveis à vida.

<sup>25</sup> Tomamos aqui o termo de Manoel de Barros (2010)

<sup>26</sup> Montagem sobre Foto de Anderson Ribeiro





## **\_pelejar**

Adentramos um terreno identificado pelos termos: "direito à cidade" e construímos nosso campo de prática extensionista - junto ao Observatório dos Direitos Humanos do Sul-Fluminense - de maneira articulada às pesquisas desenvolvidas nos intrincamentos entre políticas urbanas e políticas de subjetivação no escopo do Grupo de Pesquisa em Desutilidades Urbanas (UFF).

Se, nesse terreno, encontramos um campo de debate em torno da atualidade e pertinência do legado do trabalho seminal de Henri Lefebvre (*Le Droit à la ville*), encontramos igualmente uma polifonia conceitual na qual não nos reconhecemos junto aos esforços de constituir a especificidade e o rigor conceitual por um movimento intelectual-acadêmico que, ao fim e ao cabo, "objetiva cristalizar um só sentido como correto ou verdadeiro, como se fosse possível extrair uma essência perene do conceito" (TAVOLARE, 2016, p.105) por meio de retomadas de leituras em torno do que efetivamente Lefebvre "quereria dizer". Algo que, é preciso salientar, encontra problemas tanto epistemológicos quanto políticos. Sobretudo no que concerne ao entendimento de que o lugar do conceito está na ordem da representação da coisa ou do fenômeno, quanto, e absolutamente enodado a isso, a produção de uma invisibilização perigosa das



lutas de movimentos e atores sociais que, unificados numa certa referência ao direito à cidade, sustentam-no imersos nas realidades e paradoxos do cotidiano.

Não nos reconhecermos nesse movimento não significa, em absoluto, minimizar a importância da construção de rigores conceituais que ofereçam ferramentas analíticas cuidadosas na produção do conhecimento e que tragam as especificidades, contextos e constructos da obra daquele que é reconhecido como autor que cunhou o termo. O insustentável é que tal movimento se equivalha a um caminho marcado por relações de poder violentamente assimétricas nas quais uma certa formatação/lugar do discurso detém o poder de dizer o que é e o que escapa ou deturpa aquilo que é. Afinal, ir ao rigor dos termos - tal como compreendemos e propomos sustentar em nossa práxis - consiste menos em perscrutar a origem da qual o conceito é devedor, do que realizar um exercício de atenção às travessias e aos conluíus dos quais um conceito é cúmplice. Algo que poderíamos traduzir em uma série de indagações, como: a que redes conceituais se articula, por quais demandas têm sido agenciado historicamente, que jogos de poder disputam seus sentidos, sob que circunstâncias se faz oportuno, como têm criado visibilidades e dizibilidades inauditas, que aspectos de suas formulações permitem-no servir a problemáticas diametralmente opostas, que campos do conhecimentos ou grupos dele se apropriam, que especialismos têm sido arvorados a partir dele, que políticas do conhecimento, políticas públicas e políticas do comum têm se sustentado a propósito ou a despeito dele? Tal trilha de indagações lança-nos em jogos que caminham por estratégias nos campos estabelecidos de produção do conhecimento e por táticas no ordinário do cotidiano (CERTEAU, 1998) – em suas perspicácias, fugacidades e subversões.

Este jogo, muitas vezes jogado por entre políticas de totalização e políticas de fragmentação (CABRAL, 2013), do qual nos interessam os tensionamentos que se produzem entre o que emerge como da “ordem natural das coisas” e o que enuncia o apelo do inacabado – aqui pensado pela estética dos destroços, dos restos, das ruínas – mostra-se de suma importância. Isto porque tais tensionamentos nos colocam diante do que efetivamente dá contornos às demandas que nos situam em nossos trabalhos. Demandas que foram sendo recolhidas ao longo dos anos em encontros com coletivos urbanos e rurais, juventudes periféricas, mulheres e infâncias em ocupação. E que apontam para a necessidade de um maior diálogo com a academia – por sua inserção e respaldo social – que favoreça a abertura de espaços para o reconhecimento da



dignidade das lutas travadas nos territórios e dos saberes ali produzidos, de modo a serem compreendidos como agentes das disputas de algo de fundamental que se põe em movimento quando um conceito é cunhado e lançado no mundo; ou, agentes da disputa de algo que o constructo conceitual apreende, agarra. Agentes, enfim, daquilo que dá sentido e vivifica o conhecimento.

Mais amplamente, trata-se de compreender que “qualquer luta por uma justiça cognitiva não terá sucesso se se basear apenas na ideia de uma distribuição mais equitativa do conhecimento científico” (SANTOS, 2007, p. 87), e, portanto, da importância de se promover a “interacção e a interdependência entre os saberes científicos e outros saberes, não-científicos” (SANTOS, 2007, p 88).

As demandas apontam, assim, para a importância das memórias e das histórias de cidades que não corroboram sentidos e concepções das “cidades do progresso”, das cidades “boas de investir”<sup>27</sup>. Não corroboram para a compreensão de que basta o acesso àquilo que a cidade já é ou tem sido para que o direito coletivo à cidade se efetive. São demandas que se articulam em meio aos relatos da experiência urbana como experiência de violência; de cidades que, nas temporalidades e espacialidades que engendram, são elas próprias violência: experiência de não pertencimento, de destituição de territórios existenciais pelas opressões em interseccionalidades de raça, gênero, classe, idade...

Enunciava-se, pois, a urgência de territórios de passagem, espaços limiares que cotidianamente operam rasuras sobre as memórias e disputam imaginários (des)urbanos.

## **\_transmitir<sup>28</sup>**

Por colocar a liberdade corporal no centro de todo processo comunicativo, a cultura negra choca-se com o comportamento burguês-europeu, que impõe o distanciamento entre os corpos. [...] A intensificação de um império normativo dessa ordem, correspondente ao aumento do poder das aparências europeias no espaço urbano brasileiro, fazia com que a noção de promiscuidade abrangesse toda a esfera de atos não garantidos ou autorizados pelos códigos metropolitanos. - Muniz Sodré<sup>29</sup>

<sup>27</sup> Em referência ao slogan do governo municipal de Samuca Silva, prefeito da cidade de Volta Redonda de 2016 a 2020. A análise em questão, decerto, não se restringe à especificidade deste governo, mas aponta uma lógica essencial na compreensão da cidade como produto a ser negociado e financeirizado.

<sup>28</sup> Montagem sobre fotografia de Anderson Ribeiro e Alice Tavares.

<sup>29</sup> O Terreiro e a Cidade: A Forma Social Negro-Brasileira.



## **\_atravessar**

*“Isto é um perequetê e ele precisa voar. Cuide bem dele”.*

Esse é um dos começos possíveis. De um certo modo oficinairo, e de uma certa relação que desenvolvemos com as texturas-pano.

Lembro bem que estávamos criando um trabalho de preparação para o evento de nossa Rede Latino Americana de Imagem e Identidade e Território – mais um de nossos simpósios, o 8º SIIT: *CorpoRua*. Íamos criar um dispositivo de infancialização (NOGUERA, 2019) dos corpos, dos modos de dizer cidade, dizendo rua, dizendo infâncias.

Os primeiros rabiscos apontavam para alguns materiais como os de papelaria. Talvez estivéssemos pensando em convocar colagens e bricolagens entre alguns materiais, imagens e corpos. Quase certeza de que era esse o caminho que fazíamos então. Aconteceu, para uma grande tristeza, que perdemos uma amiga, membro da mesma Rede e isso nos colocou em dúvidas tanto em relação à suspensão ou não do



encontro que preparávamos, quanto de como poderíamos habitar aquele modo de dizer e o vazio daqueles dias.

(...)

O tempo trouxe o caminho de nos encontrarmos e conduzirmos nossos trabalhos conjuntos e afetos partilhados. Mas, papel, fita crepe, tesoura e tinta alguma nos pareciam servir para a textura que as peles e memórias precisavam.

Mudamos tudo. Escolhemos pano. Pano-lençol, pano-lenço, pano-cobertor, pano-rede, pano-sling, pano-agasalho... Pano-perequetê, que não significa exatamente nada para além de uma sonoridade. E nela, algo acolhedor e brincante – como Gabi.

E foi isso. Exatamente isso. Ou muito além disso.

Foi esse e muitos outros momentos em que topamos nos *emPEREQUETar* e convidar a outros para fazê-lo conosco. Experimentando nisso um modo de dizer a *palavra* rua: balbuciá-la, contá-la, cantá-la, rabiscá-la, fazê-la simples sonoridade e ocupá-la com nossos *corpos-outros*. Constituímos, com isso, “infância-dispositivo” como outramento de nossas corporeidades cotidianas: agenciamento, composição, fortalecimento de fios minoritários, puídos, ruídos, insistentes em nós. Não como resgate ou retorno a um estado primeiro, original, autêntico, mais puro, ou coisa que o valha, mas sim como modo de operar a/na linguagem, num movimento do sempre inaudito que salta - espantosamente - do “mais uma vez!”. Infância como experienciação extrema da pele (toque/tato/atrito), porosidade que habita o mundo e na qual o mundo habita: limiares, borramentos do dentro e do fora. Infância como modo insolente, atrevido, de indagar palavras, espaços, modos, razões, limites, possíveis, sentidos, finalidades, utilidades... e burlá-las, sabotá-las, rir de suas solenidades, desfazê-las, saber de suas *desutilidades* (BARROS, 2010) - como aprendemos com o poeta matogrossense. E indagar isto tudo sem demora, sem titubear, como se o *tempo* de agora fosse a última chance, precipício do mundo, urgência inapelável. Infância como coragem nas travessias; não em favor de nós mesmos - vivências pessoais, querereres, realizações destas subjetividades capitalísticas abarrotadas de si - mas por algo como uma certa mundanidade, uma incrível capacidade de inquietar-se pelo outro a ponto de fazer-se outro, experimentar até mesmo ser objeto - mimética do mundo -; mais ainda, por um *amor-mundi*, no sentido mesmo arendtiano (ARENDDT, 2010), marcado, pois, pelo cuidado e, ao mesmo tempo, pelo revolucionário.



## **\_ocupar**

Andamos em direção à criança de calça rosa, talvez mais tímidos do que ela, querendo convidá-la para brincar; no caminho até Mariana<sup>30</sup> encontramos outro, o Lucas, que se animou a chamar conosco todas as crianças. Correndo (porque é assim que se desloca quando se quer muito), fomos descobrindo seus nomes, onde moravam e parando em frente a cada casa pra gritar “*Fulaaaano! Fulanôo! Ô Fulano!*”. E fez-se a magia! Alguns apareciam debaixo do portão, outros na greta da janela, outros vinham correndo antes até do convite. Quando Caio não atendeu, alguém disse “*deve estar dormindo, eu mesmo tava dormindo até daqui a pouco*”. Muito riso! As crianças tomaram o movimento e iam atrás das próximas, se dividindo e aglomerando, pedindo permissão para as mães dos que desconfiavam, enquanto outras mães pediam que alguém fosse buscar os seus.

Vinham também os cachorros.. Como se cada criança tivesse um, grande ou filhote. No colo, meio pendurado ou no chão, correndo junto. Os bichos também se achegavam e iam chamando outras crianças e outros cães.

Todos devidamente apresentados, frio na barriga. Um silêncio. E agora? Se o convite que lhes chegou foi para brincar, era isso o esperado. Então queríamos saber do que brincavam, perguntamos. “*De tudo, ué!*”; “*futebol, pique*”; “*futebol*”; “*boneca*”; “*pique-esconde!*”... “*futebol!*”; “*casinha!*”. E do que vocês gostariam de brincar hoje? “*polícia e ladrão!*”; “*futebol!!!*”; “*futebol!!!*”; “*morto-vivo*”; “*FU-TE-BOL!!*”. Quase uníssono, como uma torcida, danaram a gritar “*FUTEBOL, FUTEBOL, FUTEBOL!*”. E quem destoava, não gostou da ideia e se afastou. Em alguns segundos o espaço virou um caos de criança para todo lado. Pulando, deitada no chão, correndo, torcendo, chorando, dançando. Parecia que cada milímetro do espaço estava tomado. Os ânimos exaltados, tanto da empolgação quanto da discordância, nos geravam riso e, certamente, esse estado das coisas deu o tom de leveza necessário à condução da situação. Partiu de uma das crianças a ideia de dividir o grupo e cada um escolheria do que brincar. Contudo, sentimos que nesse momento ainda gostaríamos de nos juntar mais antes de dispersar. E

---

<sup>30</sup> Todos os nomes de crianças utilizados aqui são fictícios.



ninguém se ouvia, como se esperassem um grande sinal. Mas não era necessário, nem justo... A saída foi atrair a atenção com o som de instrumentos musicais que levamos e que, como mágica, reaproximaram as crianças. Sem “forçaço”. Assim se manteve uma mínima horizontalidade na relação que estava começando a se construir – resolvemos uma primeira brincadeira juntos.

Era instigante para nós que chegávamos ali e, ao mesmo tempo, desconfortável por vezes, que aquilo que nos encontramos cabia-nos fazer era brincar. Simplesmente brincar. Não era fazê-los brincar, nem propor recreação. O modo de estar junto era poder brincar. E não foram poucas as reuniões nas quais nos demoramos sobre o tema “brincar”, de modo que, pouco a pouco, fomos criando a compreensão para nós mesmos de que havia nisso uma experiência fundamental para criarmos um mínimo comum, para criarmos – em nossos corpos – inteligibilidades comuns (SANTOS, 2007). Para colocarmos nossos corpos coletivos em trabalho. Brincar não era simples conteúdo, muito menos um modo, um apetrecho, para conseguirmos perceber ou fazer o que “efetivamente” estava em jogo. Pois era isso mesmo: *brincar com*. E era isso um *ethos* a que nos lançávamos; um modo de ser com o outro que ali aprendíamos e inventávamos com aquelas infâncias.

O som da gaita despertava atenção, mas a doçura da escaleta levou-lhes ao delírio. Todos ao redor dela, encantados pelo sopro, pelas teclas, o azul... e o novo interesse desviava da brincadeira que começaria. Assim, como se caísse do céu, a brincadeira que seria *morto-vivo* transformou-se em *estátua*. Enquanto a escaleta tocava uma música doida, as crianças faziam uma dança meio desconjuntada e quando a música parava eles ficavam imóveis até que algum se mexesse e o jogo recomeçava. Os que iam perdendo ganhavam a vantagem de tocar a música na escaleta. A dança desamarrou algumas caras fechadas, e as nossas caras ansiosas, e permitiu desengonçamentos dos corpos, e risos. Teve até desempate com o jogo do sério e a essa altura os que saíram do jogo já haviam dispersado novamente. Curiosamente esses dispersos não saíram do salão onde estávamos, mesmo com uma grande porta aberta. A dispersão não parecia um desinteresse, mas uma liberdade daqueles corpos que se mostravam ativos e ao mesmo tempo desejosos de continuarem juntos. Dessa vez acompanhávamos com eles a dispersão, observávamos como entrar nas brincadeiras que já estavam acontecendo



paralelamente e nos dividíamos entre elas e uma bola, que começava a rolar na rua, na lama.

## **\_sujar<sup>31</sup>**



## **\_bordar**

Noto com frequência que, antes de privatizar um banco ou uma ferrovia, você tem que privatizar imaginações e convencer as pessoas de que não temos nada de importante em comum uns com os outros; que não devemos nada uns aos outros; que nossas vidas estão idealmente circunscritas ao âmbito doméstico e pessoal; que somos consumidores e não cidadãos.

*Rebeca Solnit*

Quando a historiadora Rebeca Solnit (2019) articula as questões das macropolíticas cotidianas às políticas de subjetivação, ela oferece pistas muito lúcidas à compreensão da complexidade dos efeitos e, sobretudo, da potência das práticas de

<sup>31</sup> Montagem sobre fotografia de Anderson Ribeiro e Alice Tavares.





análise-intervenção que incidem nos limiares de cidade e subjetividade: refazendo-os a um só tempo. Esta zona limiar remete-nos precisamente àquilo de que fala David Harvey (2013) ao retomar a conceituação de Lefebvre e Robert Park na construção dos sentidos e estratégias que favoreçam o exercício do direito à cidade. Este que “não pode ser concebido como um simples direito de visita ou a um retorno a cidades tradicionais” (LEFEBVRE, 1991, p. 117), isto é, cidades que supostamente trariam em si contornos mais autênticos e favoreceriam experiências igualmente mais autênticas. Tampouco ele pode ser equivalido “ao direito de acesso àquilo que já existe” como mero acesso a seus bens e serviços. Algo que traz um aspecto que merece atenção especial. Pois sustentamos que o direito à cidade - direito humano dos mais importantes – poderá recolher efeitos tão mais incisivos de suas análises e práticas quanto puder dirigir-se aos e problematizar os processos de privatização da experiência e binarização das categorias de pensamento. De modo que este debate não corrobore inadvertidamente para a manutenção dos contornos hegemônicos que sustentam as violências que visa combater. Uma vez que, ao nos reconhecemos inseridos naquelas problemáticas, não haveria consistência alguma em se exigir “da política que ela restabeleça os “direitos” do indivíduo tal como a filosofia os definiu. O indivíduo é produto do poder. O que é preciso, dirá Foucault (1993) é “desindividualizar” pela multiplicação e o deslocamento, o agenciamento de combinações diferentes”.

Orientamo-nos e nos instigamos, pois, pelo conceito de “liberdade da cidade” (HARVEY, 2013: 28) - e não da liberdade *do indivíduo*, note-se. Algo que veicula questões cruciais para dizermos da atualidade do conceito de direito à cidade: a liberdade de fazermos e refazermos aquilo que nos inventamos ser.

Assim como para a historiadora, o pensamento de Harvey sobre a cidade sugere distinções importantes entre ser cidadão e ser consumidor, onde, este último habita sentidos de cidade pautados na fetichização, homogeneização e descartabilidade: sejam das coisas, ideias, vidas, corpos. Uma distinção que passa, sem dúvida, pela percepção de uma crescente mercantilização da vida urbana e da cidade que concorrem para práticas e sentidos cujas lógicas levam a construção de territórios excludentes e, por conseguinte, violentos. Suas violências não se expressam somente por aquilo que comumente estampam as manchetes dos jornais ou índices a corroborar necessidades de políticas de segurança e cerceamento. Violências que arrancam a dignidade, os direitos



humanos, do próprio plano dos afectos: dos corpos, das virtualidades, dos sonhos. As cidades que inventamos – aponta Harvey (2013) - se elas nos violentam assim, se elas impedem que modos singulares de viver, amar, habitar possam ter um lugar no mundo sem serem abruptamente interrompidos, pasteurizados, silenciados em suas existências individuais ou coletivas, então enuncia-se um direito dos mais fundamentais que é o de poder mudar a cidade.

## **\_tramar**

O PANO é um tecido mesmo (mas pode ser também cascalho de tijolo, conjunto de pedrinhas ou coisa que o valha). É uma urdidura, um entrelaçamento de fios que toma uma forma maleável e que pode ser cortado em dimensões sem nenhuma precisão ou metragem necessária.

A cada vez que é aberto, esticado, marcado, bordado, rabiscado, dobrado, reaberto, retomado, guardado, lembrado, vai se inventando e redigindo uma espécie de itinerário que localiza alguns tempos, alguns espaços, alguns movimentos; aponta-se para alguns usos por se fazer daquele material.

Um roteiro que, na verdade, nunca foi usado. Ele é muito mais um registro, uma memória ou um rastro dos acontecimentos anteriores que vão se decalcando em nossos escritos, em nossos dizeres. Talvez mais precisamente possamos indicar que se trata do redizer, ou de redizeres, de uma experiência que nos localiza em nossos modos de officinar.

Não nos representam, mas nos situam, a cada vez.

E caso cismemos de tomar tal roteiro como modo de executar o projeto, as oficinas, sabemos que falharemos miseravelmente.

1 – A ESCOLHA DO TERRITÓRIO: Escolha prévia, combinada (ou circunstancial, ou sustentada no encontro então acionado). Pode ser compreendido como espacialidade instituída ou territorialidade provisória (uma praça, uma paisagem, uma roda de um coletivo momentaneamente fazendo uso de um espaço, uma rua, um monumento, um aparelho cultural, uma edificação tombada, terreno abandonado, uma feira, por exemplo). Essa escolha pode se dar de maneira estritamente atrelada ao reconhecimento de



demandas, ou por aquilo que chamamos de 'restos' das oficinas anteriores. De tal sorte que dizemos: os restos de um acontecimento mantém e convidam a outras oficinas. Os espaços, histórias, memórias e grafias se atualizam a cada novo encontro, não apenas, mas especialmente, na visualidade e textura do pano utilizado para compor as ocupações.

2 - JOGOS DE CORPO, JOGOS DE ATENÇÃO: Constituição de exercícios de atenção para a criação de composições com aquilo que estiver acontecendo no território em suas concomitâncias ou múltiplas camadas. Com isso, compor através de estratégias diversas (acompanhando movimentos, conjugando ritmos, dialogando com os gestos, silêncios, dinâmicas). É importante observar que compor com um acontecimento aqui não significa, em absoluto, imitar as práticas correntes, mas encontrar pontos de possíveis ressonâncias, entre os corpos, os objetos, os usos banais do espaço, o extraordinário, o inesperado em suas dispersões e confluências.

3 - MANEJOS DO PANO: Escolher um momento, local específico e modo de abrir o pano. Toda a performática do ato de sua abertura faz parte da construção do dispositivo de ocupação. No entanto, se ele pode até não pedir licença - espavonear-se e tomar lugar, ou colocar-se como que sorratamente - deve prezar também por um respeito, um reconhecimento das outras dinâmicas do território. Ocorrem, ainda assim, indisposições, constrangimentos, solicitações de procedimentos burocráticos, explicações formais que devem ser tomadas enquanto materiais analisadores fundamentais nas leituras de sentidos e usos do espaço público, da experiência e da própria cidade. Observa-se que o próprio ato de estar coletivamente em um espaço, o ato de parar ou sentar ou acomodar-se de algum modo é, por si só um possível agenciador da ocupação.

4- PANO-IMAGEM-TEXTURA: Com o pano aberto, o dispositivo da roda em torno dele é comum se fazer (ainda que não necessário). O pano pode estar sem nenhuma marca de oficinas anteriores ou já bastante grafado e modificado. Em ambos os casos há sempre restos além da própria materialidade do pano (sua textura, fios, cores, maleabilidade). Esses restos são também memórias (do grupo ou mesmo de outros atores que tenham de algum modo conhecido o dispositivo PANO); memórias de gestos anteriores, sonoridades, performáticas... Deve-se manejar as composições que forem surgindo com o próprio ato de abrir o pano. E, com ele já aberto, poder incitar usos, novas jogadas (afinal, sua abertura é já uma jogada). Há toda uma sorte de possibilidades em



seus usos e nas incitações que podem ir colocando a todos numa certa relação de jogo; como contar histórias, casos, brincar sobre o pano, pintá-lo, criar bordados, rasgos, performances corporais, escrituras silenciosas, usos inesperados do próprio pano etc. E não há qualquer necessidade de coordenador/guia da atividade – não raro os papéis se alternam criando uma horizontalidade e uma certa informalidade ou descontração propícia ao contágio de um jogador a outro. De modo que podem deixar de serem meros espectadores e, efetivamente, se perceberem enredados naquilo que ali está acontecendo.

5- AQUILO QUE RESTA: O modo como o pano se fecha ou como se encerra um ato de ocupação depende estreitamente das dinâmicas que foram propostas e daquilo que ali aconteceu. A partir disso, o pano pode agora reabrir-se numa outra composição com alguma territorialidade, num outro momento, em reverberações e remontagens inantecipáveis. Ele pode até mesmo ser deixado no local – o que marca uma forma dele poder se encerrar enquanto material a ser proposto em oficinas que se seguirão. Porém, pode também perpetuar-se como instalação ou objeto a ser incorporado no cotidiano de um espaço, de um grupo. Vale destacar que é possível que pano algum se abra, e que, portanto, se tomem outras materialidades circunstanciais ou estratégicas que faça operar o dispositivo de ocupação.

## **\_abrir**

Quando fui<sup>32</sup> ao Dom Waldyr<sup>33</sup>, em 2017, as pessoas já tinham dividido as casas e escrito seus nomes nas paredes da frente, mas ainda não moravam lá. Muitas casas ainda não tinham janela, porta, energia ou água. Ajudamos a capinar o pedaço que viria a ser uma horta. O almoço daquele dia foi coletivo, numa casa logo na entrada da ocupação; casa que mais tarde também serviu cafezinho com bolinho de chuva. As casas agora estão todas cercadas. Isso me intrigou: por quê? E me fez revisitar algumas romantizações e purismos a partir das quais eu imaginava esse outro que ali morava: sem muros, com modos de vida distintos dos privatizados. Uma das casas, frente a qual

---

<sup>32</sup> Trecho dos diários da ocupação – por isso a mudança de voz.

<sup>33</sup> Ocupação Dom Waldyr Calheiros, localizada no bairro Belmonte, na cidade de Volta Redonda.



organizamos um pouco mais nossos pensamentos sobre o que faríamos, tinha um banquinho pra rua, do lado de fora da cerca. Coisa que sempre me encantou muito. Em outra casa tinha um espelho; bem ali numa cerca também. Parei um pouco e arrumei meu cabelo nele.

Pouco mais de um ano depois na ocupação e já havia tanta coisa diferente. Diferente também no nosso modo de chegar. Dessa vez, já pra lá do meio dia de uma manhã de brincadeira, as crianças cujas mães não chamaram para almoçar dividiam-se entre o morto e vivo na sala de reuniões da ocupação e o futebol lá fora. O morto e vivo virou dança da cadeira, que virou um belo cercadinho de cadeiras e sobre elas alguém teve a ideia de jogar um lençol: era uma cabana. *Agora a gente mora aqui! Curiosa sua casa, minha senhora... nunca antes vi uma redonda. Ah é, a gente mandou fazer porque eu não gosto muito de parede, porta, sabe? Entendi, tá fora de moda mesmo. Mas por onde você entra? Tá vendo aqui? (uma fresta) Tô. Eu passo pela janela. Ah bem. E por acaso você teria um cafezinho? Tenho sim. E eu tenho feijão, tia, você quer? Muito obrigada, não sei se combina muito. Combina. Então eu quero. Eu também posso entrar pra comer? Não, a casa tá uma bagunça! Tá bom, eu pego por aqui. O seu feijão. Obrigada.* E pelo vão dos lençóis passaram todo tipo de comidinhas inventadas e obrigadas, de nadas, como vai seu filhinho, tá bem.

Já sentadas na calçada em frente ao salão, parte de nós ora torcendo pelo futebol, ora catando pedrinhas, fomos erguendo no chão outras construções: uma pedra, outra pedra, uma maiorzinha e um toco desenhavam meia dúzia de histórias. *O que é isso? É uma praça. E isso? É a cerca dela. Essa praça é cercada, porque não é pracinha. Ah é? É. Mas o portão dela fica sempre aberto.*

## **\_errar**

O PANO é um dispositivo-jogo que começamos a desenvolver no início de 2019 no contexto de uma de nossas “Imersões”. A mais recente que fizemos, em janeiro de 2020, teve por propósito dar novo fôlego ao dispositivo num acirramento da lógica do fazerCom em uma comunidade agroecológica. Mas daquela vez, na primeira imersão, nosso trabalho se dirigiu aos aparelhos culturais da cidade de Niterói. Apropriávamo-nos ali de



uma descoberta que havíamos feito pouco tempo antes sobre nosso próprio projeto. Recontando e reinventando suas histórias compreendemos que havia um signo que nos acompanhara insistentemente (e quase que silenciosamente, para nossa surpresa, ao olharmos para todos os trabalhos anteriores). Um signo que esteve em nossas estratégias, nas falas de nossos interlocutores, mas sobretudo nas indagações sobre nossos corpos. *Dizíamos cidade* reiteradamente pelo signo OCUPAÇÃO, mesmo que não o articulássemos, mesmo que não o redigíssemos em nossos textos enquanto reflexão sobre objetos e métodos. O achado foi que fomos construindo isso nos nossos modos de estar com o outro, escutar outras experiências, compor com elas e produzir questões. Assim, tal imersão foi justamente o processo de criação de um dispositivo que nos permitisse pensar-sentir-operar pelo signo “ocupação” enquanto constructo metodológico. Bom, mas isso é apenas mais um de seus começos...

Ainda que ele possua muitos começos e fios de histórias que se enredam em nossas histórias de grupo de extensão, de pesquisa, de Observatório, e de histórias de percursos de formação que remontam a vários outros dispositivos<sup>34</sup>, há alguns fios, hoje, que temos acionado mais afetiva e consistentemente, e que têm sido ditos e reditos, fiados e desfiados.

Dizemos, pois:

O PANO é um dispositivo de montagem, um dispositivo de narratividade constituído por composições, deslocamentos, tensionamentos e choques no qual o que interessa “não são os grandes contrastes, e sim os contrastes dialéticos, que frequentemente se confundem com nuances. A partir deles, no entanto, recria-se sempre a vida de novo” (BENJAMIN, 2007: 516).

O PANO é um dispositivo metodológico de composição de territorialidades comuns, numa certa atenção aos limites e possibilidades que emergem, em meio a radicais diferenças entre experiências, nos entrecruzamentos tão fugazes quanto preciosos que saltam de sua superfície e camadas narrativas.

O PANO é um dispositivo de fazerCOM ou de pesquisarCOM. E com isso compreendemos que operamos “uma partilha de expertises, uma circularidade no conhecimento, uma distribuição dos saberes. E só o compreendemos por suas estéticas

---

<sup>34</sup> Como as *Caosgrafias* - desenvolvidas no contexto de desenvolvimento de tese (CABRAL, 2013) - e a construção de um documentário em torno das disputas do signo Cangaço (PERLENGA CANGAÇO, 2011).



narrativas, que tanto o fazem como que encantado para além de qualquer objeto ali posto, quanto o fazem uma experiência de deslocamento inapelavelmente enodada pelas suas imagens, cores, texturas e sonoridades. A pesquisa [as estratégias de produção do conhecimento], então, atua[m] como dispositivo de transformação recíproca que ativa a todos” (MORAES, 2010: 35) que de alguma forma ali se põem em jogo.

As articulações com esta perspectiva epistêmica, mais do que qualquer coisa, do ponto de vista ético do conhecimento, tem nos colocado em análise na medida em que compreendemos que o dispositivo analítico que construímos consiste em um modo nosso de dizermos cidade e subjetividade, de disputá-las. Com isso, apontamos para um modo de se fazer ver tensionamentos e embates que transversalizam o direito à cidade e o colocam em cena por diferentes saberes, corpos e territorialidades.

O PANO, pois, é um dispositivo de adentrarmos e compormos arenas. E, em se tratando de um dispositivo, agencia linhas heterogêneas de visibilidade, de enunciação, de força e de subjetivação. Porém, a visibilidade que promove

não se refere à luz em geral que iluminara objetos pré-existentes; é formada de linhas de luz que formam figuras variáveis e inseparáveis deste ou daquele dispositivo. Cada dispositivo tem seu regime de luz, a maneira em que esta cai, se esvai, se difunde ao distribuir o visível e o invisível, ao fazer nascer ou desaparecer o objeto que não existe sem ela (DELEUZE, 1998, p. 62)

O caráter não ontológico do dispositivo aponta para a compreensão das oficinas – do próprio estatuto das montagens por elas acionadas – como sendo da ordem do acontecimento (FOUCAULT, 2002) e não da revelação de algo que já estava lá. As tensões no campo da experiência urbana, nos modos de morar, nos usos dos corpos nas ruas, nos sentidos e modos de ocupar os espaços públicos, ou então, os dizeres 'cidade e subjetividade' que pelas oficinas se fazem ver e ouvir, não são independentes de dizeres que ali se agenciam. São redizeres únicos. Que podem lampejar em constelações analíticas inauditas e irrepetíveis.

As oficinas de montagem, nas quais o PANO se inscreve, são tomadas, pois, como práticas performativas<sup>35</sup>, que fazem existir realidades que não estavam dadas antes e que

---

<sup>35</sup> A performatividade remete ao termo *enact*, usado por Annemarie Mol (2002) constituindo o sentido epistemológico-político de que objeto algum existe sem estar articulado às práticas que o produzem e o fazem existir.



não existem em nenhum outro lugar senão nestas e por estas práticas” (MORAES, 2010, p. 35). São nossos “dizeres” evidenciando a compreensão de que não há nenhuma neutralidade pretendida ou exterioridade suposta; não há uma “aplicação” das oficinas. Isso nem nos interessa, tampouco nos cabe. Por isso “oficinagens”, como modo de composição, como um modo de fazer usos dos fragmentos ali constituídos sem início ou fim precisos.

Sustentar tais oficinas é, em ampla medida, um exercício de recusa a se ver aquilo que ali acontece através de teorias gerais que visam dar conta das diversidades, buscando capturar os vários sentidos que perfazem o cotidiano urbano. Nosso percurso de construção metodológica coaduna-se com a compreensão de que o ato de conhecer é inarredavelmente um ato de intervenção (RODRIGUES e SOUZA, 1987). Isto que nos coloca diante do entendimento de que os objetos do conhecimento não estão dados a priori, tampouco os sujeitos do conhecimento existem como realidade independentemente das relações singulares no campo e de forças instituintes e instituídas que os articulam e dão-lhes lugar. Se por nossa práxis, pelo modo como refletimos sobre os efeitos daquilo que operamos, grifamos sempre estes processos criativos e constitutivos pelas relações e jogos de forças, grifamos igualmente um modo de falar da presença de nossos corpos no campo. Ainda que quiséssemos “pouparmo-nos” buscando um suposto lugar de simples espectadores ou meros intérpretes ou hermeneuta do fenômeno, isso seria um disparate, uma inconsistência demasiado perigosa. Pois, ao dizermos dessas disputas discursivas, das disputas de projetos de sociedade que elas veiculam e sustentam, de projetos civilizatórios e projetos universalizantes que por elas se inscrevem – ao nomeá-las, ao recortá-las, ao escolher vetores e atores e não outros – aquele nosso ato é já, ele próprio, operador dessas arenas das quais não podemos nos entender senão implicados, enredados: em nossos lugares institucionais e em nosso processos de subjetivação enquanto mulheres pesquisadoras, enquanto negras e negros, enquanto brancos e brancas, enquanto homens pesquisadores, enquanto...

Além disso, esta perspectiva, distintamente de se resumir a uma disposição em dialogar com outros atores que venham a compor com nossos trabalhos e investigações, diferentemente de criar vias participativas, interativas, mantendo lugares pré-supostos, mantendo binariedades como aquelas que colonizam modos de pensar e pesquisar, coloca-nos sempre nos limites tênues do controle de nossas estratégias, das certezas de





nossos caminhos. Pois a *outridade* que se diz neste modo de produzir conhecimento nos instiga a dar lugar “ao(s) erro(s), à(s) errância(s), ao errar sob todas as suas formas para [se] fugir [dos aprisionamentos] da identidade, da razão, do cotidiano e do aborrecimento” (GAGNEBIN, 1996, p.242).

Trata-se da possibilidade de operar desvios em percursos que nos conduzem sempre a uma *mesmidade* – a modos logocêntricos, utilitaristas, etnocêntricos, adultocêntricos. E isso não por um elogio ao irracionalismo ou de frivolidades, por exemplo. Mas pela urgência das desutilidades (CABRAL, 2013), às quais não nos cabe indagar para que servem, quais suas serventias, seus préstimos ou, como elas nos permitem fazer o encontro tão linear quanto possível do problema (social) posto à solução à espera dos métodos e teorias mais perspicazes – este movimento de tomar o mundo pelo primado da utilidade. Não à toa Manoel de Barros (2010) faz falar a força poética dos parafusos de veludo ou de abridores de amanhecer para que, ao menos, toquemos o ridículo de sempre insistirmos em tais indagações, quando o que a vida pede é um pouco de possível<sup>36</sup>, onde a vida clama por ar<sup>37</sup> e necessidade de boniteza<sup>38</sup>.

O que podem? - indagamos, pois, às desutilidades. O que podem? - acolhemos o empuxo de imaginar com os dedos; que ora tateiam parafusos de texturas insuspeitas, ora casinhas feitas de frestas. Toda sorte de "tolices" de criança que em seu perambular exploratório (INGOLD, 2015) de lugar nenhum a lugar algum, acionam regimes atencionais inaugurando uma proliferação de caminhos e camadas e texturas. Pelas errâncias que dizem do método como desvio adentra-se o entendimento de que ela é, simultaneamente, perda das referências conhecidas e aprendizagem do desconhecido, apavorante e apaixonante” (GAGNEBIN, 1996, p. 242).

## **\_ enredar-se<sup>39</sup>**

---

<sup>36</sup> Deleuze (1992, p. 131) , em referência a uma conversa com Michel Foucault, na qual este último teria dito: “um pouco de possível, senão eu sufoco”.

<sup>37</sup> Em referência ao mote do movimento negro internacional “Black lives matters” ao recuperarem as frases ditas pelos homens Eric Garner e George Floyd ao serem sufocados e assassinados em atos policiais.

<sup>38</sup> Em referência ao termo tão acarinhado por Paulo Freire ao dizer dos atos de constituir mundos nos processos de ensinar e aprender, cujas linhas nunca eram de um reencontro com o já sabido ou de uma realidade igual a si mesma.

<sup>39</sup> Fotografia de Eliana Souza



## **\_imersgir**

Cacho de banana  
cerveja  
cachu  
Sucuri não,  
surucucu,  
que sucuri não tem aqui  
Deve ser surucucu

Tomate  
*Un mate?*  
Pimenta  
Feijão  
Hoje em dia,  
“como é que se diz eu te amo?”  
É preciso amar no corte  
na cor, nos recortes de terra  
na feira



É preciso criar (é preciso?),  
roçar, capinar,  
respirar, viver  
dormir acordar  
(é preciso?)  
os ritmos da terra

Caem as pequenas flores  
e decoram os cabelos  
e fazem um suave barulhinho de chuva, enquanto caem.  
Paramos por uns três minutos a ouvir.

É preciso (é preciso?)  
rádio pupunha no caminho  
ao vivo,  
improvisada  
aranhas no teto,  
nas janelas da casa.

## **\_reinventar**

A imagem, que de repente rodou o mundo, de pessoas em suas casas, por trás das vidraças e em suas sacadas, impedidas de ir à rua, trabalhar, estudar, impedidas de se encontrarem, trocarem uma prosa com os vizinhos, tomarem o metrô, o trem e um café na calçada ou na padaria assolou ânimos e pareciam atualizar as imaginações de cidades distópicas.

O mundo globalizado em suas dinâmicas e fluxos era evidente. Mal compreendíamos o que se passavam nas janelas das cidades que enchiam os noticiários, e logo já estávamos nos vendo e vivendo por retângulos entelados, em isolamento. Ou: alguns de nós... que *nós*?

Ao menos em algumas cidades, as ruas estiveram bastante esvaziadas dos que podiam permanecer em quarentena. E, cada vez mais, mostravam-se cheias apenas daqueles aos quais isso era vetado.

O mundo globalizado em seus abismos escancarou-se. As mortes se multiplicavam exponencialmente, – mas de maneira mais preocupante sobre populações pauperizadas, negras e indígenas (tanto em espaços urbanos quanto em aldeias mais afastadas). Números que tomam carona nas desigualdades raciais que já impactam negativamente



as condições de acesso aos serviços e insumos de saúde, bem como se somam às condições de saúde acarretadas pela própria experiência do racismo em suas violências cotidianas (ARAÚJO e CALDWELL, 2020). Somado a isso, a ausência de políticas públicas de saúde e de assistência voltadas às diversidades populacionais e territoriais, ou a presença de políticas completamente inadequadas às realidades, configuraram condições de vida periclitantes.

Os números que, no Brasil, criavam alarde ao chegar à casa dos mil, aos 30 mil (!), tornaram-se espetáculo, pano de fundo, quando aos 170 mil eram, amparadas em políticas, acompanhados pelas experiências, de esgotamento ou desleixo ou negacionismo que fizeram as ruas, espaços públicos e comerciais se adensarem novamente. Muito mudou nestes meses (anos?) que se passaram. Mas também muito ficou intacto, como se evidenciassem a ordem natural das coisas, aquilo frente ao qual não há nada ou quase nada mesmo o que se fazer.

E aquilo que era quase um clichê do entendimento de “direito à cidade”, colado à imagem do acesso e usufruto das ruas, dos espaços e praças públicas, foi retomado em nosso grupo – em sua diversidade de experiências de vida, familiar, urbana e de trabalho – como um ensejo para compreendermos que, num momento, falar de direito à cidade era também, ou especialmente, falar de direito à quarentena.

Se pelo direito à cidade seguimos as pistas deixadas por Harvey no que concerne à liberdade da cidade, pelo direito à quarentena fomos criando atenções àquilo que, para além da possibilidade de não frequentar a rua, era sustentado como formas nascentes de cuidado coletivo urgentes para que fossem possíveis outras formas de sociabilidade, outros cotidianos. O cerne está na possibilidade de que a quarentena consista em uma rede efetiva de direitos e cuidados que vá na contramão dos processos de mortificação e desfiliação.

No meio disso tudo, havia camadas de trabalho a serem retomadas e reinventadas para que o projeto pudesse se fazer possível. Todo movimento de retomada de fundamentos veio para a reestruturação de dispositivos metodológicos - o que se mostrava cada vez mais necessário dada a extensão da pandemia. Precisávamos recriar dispositivos narrativos e modos de fazer com frente aos hiatos, aos abismos, precarizações e fragilizações .



Dispositivos de conversação, experimentações estéticas, composições sonoras, reativação de técnicas de trabalho deixadas pelo caminho... Enfim, caminhos de reconhecimento de outros materiais e linguagens possíveis, acessíveis e necessárias foram tomando lugar junto a parceiros de trabalho, sobretudo de nossa Rede de Pesquisa. Afinal, a pandemia e as condições remotas não nos exigiram ou têm exigido meras reconfigurações e adaptações técnicas – elas nos convocam tanto a um rigor que nos recoloca diante de nossas práticas para que possamos acolher o que nos acontece, quanto igualmente nos lembram que, se tivermos “dedos demais” para reconfigurarmos laços e produzir novas composições, “perdemos o tato”.

Localizamo-nos em um processo coletivo de reinvenção dos corpos possíveis neste momento através da ativação dessas novas experimentações metodológicas e estéticas. Corpos sonoros? Corpos-bricolagens? Corpos-rasuras? Corpos-caixas-de-materiais? Corpos-fotos-recordadas? Corpos-travessuras? Corpos que, enfim, possam sustentar presenças e encontros; sustentar memórias vivas, compartilhadas pelas quais construam sociabilidades feitas de café com feijão, de bolas sujas de lama, pedras de pracinha, tijolos borrados de todas as cores. E que possam, no mais das vezes, reverenciar o tempo. Tomando-o enquanto presença ou entidade – e não um autômato que passa por si só, seguindo sempre em frente. Reverenciá-lo em sua densidade e intensidade, concomitâncias, lentidões e urgência.

### ***\_corpo-ir-ficar***<sup>40</sup>

As experimentações estéticas nos limiares dos dizeres cidade e subjetividade têm sido um movimento de lançar nossos corpos em encontros, em composições e tensões com outros corpos. Recolhendo desses encontros aquilo que sempre deixa resto, que não fecha, manca, e sobretudo que nos lança a outros dizeres. De um corpo a outro não se extrai aquilo que em cada um se revelaria e que delataria sua autenticidade ou a verdade do ser que a ele subjaz. Pois “o corpo em si, nada significa. [Ele é] um entrelaçamento ou, ainda, um conjunto de processos que, em si, não tem qualquer sentido imanente” (MBEMBE, 2014: 244). E é precisamente nessa ausência, e também por entendê-lo como

---

<sup>40</sup> Montagem sobre fotografia de Eliana Souza



investido de relações de poder (FOUCAULT, 2002: 25), que buscamos reconhecer, pelos jogos, pelos remetimentos de um a outro, que “existe sempre uma parte de coisidade em qualquer corporeidade” (MBEMBE, 2014: 244), aquilo que o filósofo camaronês chama de “um trabalho para a vida, que consiste precisamente em evitar que o corpo caia na coisificação absoluta; [...] em evitar que seja por completo um simples objeto”.



## Referências

ARAUJO, Frederico Bandeira de, CABRAL, Ana, et al. Caosgrafia Cidade. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 18, n. 37, pp. 899-920, set/dez 2016.

ARAUJO, Edna e CALDWELL, Kia. *Por que a COVID-19 é mais mortal para a população negra?*. ABRASCO – gt saúde e racismo. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/gtracismoesaude/2020/07/20/por-que-a-covid-19-e-mais-m>



[ortal-para-a-populacao-negra-artigo-de-edna-araujo-e-kia-caldwell/](#).

Acesso em:

Nov/2020.

ARENDT, Hanna. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BARROS, Manoel de. *Poesia Completa*. São Paulo: Ed. Leya, 2010

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política*. Ed. Brasiliense: São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG, 2007

CABRAL, Ana. *Por entre ratos e andorinhas: burburinhos e garatujas de uma experiência de montagem no limiar das palavras cidade e subjetividade*. Tese de doutorado, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano 1: Artes de fazer*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. In: MACHADO, R. (Org.) *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2002, p.1-14.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

HARVEY, David. A Liberdade da Cidade. In: MARICATO, Emilia. et al. (orgs) *Cidades Rebeldes*, Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.



INGOLD, Tim. O dédalo e o Labirinto. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 21-36, jul./dez. 2015

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução de Marta Lança. 1. ed. Lisboa: Antígona, 2014.

MOL, Annemarie. *The Body Multiple: Ontology in Medical Practice*. USA: Duke University Press, 2002.

MORAES, Marcia. *PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual*. In: Moraes, M. e Kastrup, V. Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010, p-26-50.

MORRISON, Toni. *A origem dos outros: seis ensaios sobre racismo e literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 152 p.

NOGUERA, Renato. Infância em afroperspectiva: articulações entre sankofa, ndaw e terrixistir. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*. Número 31: mai.-out./2019, p. 53-70.

PERLENGA CANGAÇO. Direção de Nina Tedesco, Ana Cabral, Frederico Araujo et.al. (Coletivo GPMC). Curta Metragem. Financiamento MINC/Gov. Federal. Rio de Janeiro, 15 min. 2011.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território Usado e Humanismo Concreto: O Mercado Socialmente Necessário. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo. SP. 2005. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Ordenamientoterritorial/41.pdf>. Acesso em: setembro/2020






RODRIGUES, H. B. C. e SOUZA, V. L. B. A Análise Institucional e a Profissionalização do Psicólogo. In V. R. Kamkhagi e O. Saidon (orgs). *Análise Institucional no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987, pp. 27- 46.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal. *Novos Estudos*, n. 79, novembro, 2007. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002007000300004](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004). Acesso em: ago/2020.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*, São Paulo: Nobel, 1987.

SODRÉ, Muniz. *O Terreiro e a Cidade: A Forma Social Negro-Brasileira*. São Paulo: Ed. Maud, 2020.

TAVOLARI, Bianca. Direito à Cidade: Uma Trajetória Conceitual. *Novos Estudos*, CEBRAP [online]. 2016, vol.35, n.1, pp.93-109.



# **Parceiros: apresentações e experiências**



# Parceiros Internos





# Centro De Memória Do Sul Fluminense

## Genival Luiz da Silva

O CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE Genival Luiz da Silva é uma instituição que tem como missão a preservação das memórias da região sul fluminense. O CEMESF surge, nesse sentido, de uma demanda dos pesquisadores da região por acesso à documentação histórica sobre a localidade, envolvendo múltiplos atores nesse processo. Em 2015, no bojo das investigações da Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda (CMV-VR), efetivaram-se finalmente as condições necessárias para a criação do almejado centro de memória. Sob a iniciativa de um grupo de professores do Departamento Multidisciplinar da UFF Volta Redonda e com apoio da sociedade civil, o centro de memória foi estruturado e sediado no Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFF.

O CEMESF nasce para abrigar, primeiramente, o acervo da CMV-VR e o banco de dados relativo à documentação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Em seguida, teve início o esforço por reunir outros acervos relativos à região, como documentos do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, da polícia política, acervos pessoais referentes ao período da ditadura militar, processos trabalhistas e pedidos de anistia política, fotografias de movimentos sociais, periódicos e depoimentos orais, entre outros.

O acervo guardado pelo Centro de Memória visa possibilitar e estimular o desenvolvimento de estudos sobre a região, inaugurando novas agendas de pesquisa. Material absolutamente relevante para a diversificação de temáticas e olhares, que vão desde o interesse sobre o desenvolvimento econômico da região a partir da instalação da CSN e o processo de ocupação do território, até os espaços de cultura e sociabilidade da classe trabalhadora, as lutas políticas, as relações de gênero e raça, as políticas públicas traçadas para os municípios, entre outros.

Ao lado da documentação histórica, o CEMESF contribui igualmente para a produção de novas memórias, por meio da coleta de depoimentos orais com personagens



históricas da localidade, num trabalho de memória viva que parte dos interesses e perguntas formulados no tempo presente.

Uma das frentes de trabalho mais ativas no momento consiste no processo de transformação do espaço do antigo 1º Batalhão de Infantaria Blindada do Exército, situado em Barra Mansa, local que serviu como centro de repressão e tortura para toda a região sul fluminense durante a ditadura civil-militar, em sítio de memória e consciência latino-americano. Nesse sentido, está em curso a construção de um projeto para o **MUSEU DO TRABALHO E DOS DIREITOS HUMANOS**. A futura instituição tem como missão preservar e difundir as memórias referentes às torturas e assassinatos ocorridos no antigo BIB, garantindo que as gerações futuras tomem conhecimento do ocorrido nesse espaço. Pretende, ainda, permitir a reflexão sobre as violências do passado de forma a identificar seus reflexos no tempo presente, visibilizando lutas, processos de repressão e resistência, com ênfase nas identidades e memórias operárias.

Enquanto este trabalho está em curso, o CEMESF vem ocupando o antigo BIB com dois projetos de extensão. O **Cine Arquivo**, que consiste na exibição e no debate de filmes relacionados às temáticas dos direitos humanos promovidos pela projeção de produções audiovisuais na fachada de uma das edificações de interesse histórico do antigo batalhão, que serviu como prisão durante a ditadura, denominada de Arquivo. As sessões contam com a presença dos diretores e de convidados oriundos do meio popular e universitário da localidade.

Já o **Visitas compartilhadas ao antigo BIB** é um projeto voltado para alunos do Ensino Médio e Fundamental, cujo intuito consiste em proporcionar o direito à memória e à verdade às novas gerações que habitam os municípios de Barra Mansa e Volta Redonda, dando materialidade às memórias e histórias relativas ao período militar.

Ainda comprometidos com uma educação em Direitos Humanos, o CEMESF desenvolve o projeto **DH nas escolas**, promovendo o debate em torno dos direitos humanos no interior no espaço escolar e contribuindo para o conhecimento histórico sobre o período da ditadura civil-militar na região.

O CEMESF desenvolve, ainda, pesquisas sobre a região, coordenadas pelos professores membros, que contam com a participação de estudantes de graduação dos cursos do ICHS/UFF. Além das pesquisas, o CEMESF organiza eventos relacionados à



temática dos direitos humanos na localidade, bem como oferece cursos de formação sobre memória e ditadura militar.

Entre seus princípios norteadores estão a educação como processo emancipatório, a valorização de memórias e identidades e a democratização do conhecimento, além da preocupação com a reparação simbólica dos sobreviventes da ditadura. O CEMESF é um espaço plural e aberto à sociedade, comprometido com o fortalecimento da democracia e a luta por justiça social. Funciona na sala 209 do bloco A do ICHS/UFF, no campus Aterrado e pode ser mais conhecido através do site <http://cemesf.vr.uff.br/>.



## Núcleo De Estudos Marxistas – NEM/UFF-VR

O Núcleo de Estudos Marxistas foi criado em 2017 como fruto da demanda de estudantes, professores e trabalhadores que almejavam buscar aprofundamento teórico e político relativo à tradição marxista. Desde então, esse coletivo se organiza em torno de projetos de ensino e extensão vinculados à Universidade Federal Fluminense, campus de Volta Redonda, com a finalidade central de fomentar um processo contínuo de formação política e de análises de conjuntura da questão social tendo como base o método materialista histórico. Para isso, o Núcleo conta, atualmente, com a participação de professores internos e externos à UFF, 1 bolsista de desenvolvimento acadêmico, bem como estudantes, trabalhadores, representantes da comunidade, movimentos sociais, sindicatos e ONG interessados em aprofundar seus conhecimentos no âmbito da teoria social com o intuito de promover tanto a apreensão dos textos indicados para leitura, como também propiciar debates sobre os mais variados temas que dizem respeito à compreensão do funcionamento da sociedade sob uma perspectiva materialista histórica e de classe.

Diante do exposto, o NEM proporciona uma rotina de estudos e uma experiência de formação teórica coletiva contínua aos seus participantes. De maneira geral e sumária, o núcleo realiza atividades de diversos tipos, tais como aulas, oficinas, minicursos temáticos, cine debates, palestras e eventos de maior magnitude em parceria com outros projetos e programas da UFF, como o observatório de Direitos Humanos, o Centro de Memória do Sul fluminense, os Centros acadêmicos e outros movimentos sociais locais.

Ao longo de sua existência, o NEM já realizou o estudo sistemático tanto de obras clássicas de Marx (Manifesto comunista; 18 de Brumário de Luís Bonaparte; Salário, preço e lucro; excertos de “O capital”, dentre outros) quanto de teóricos contemporâneos que tratam de temas pertinentes à compreensão da realidade concreta atual. O núcleo também proporcionou debates com participação de intelectuais marxistas qualificados, de origens diversas, sobre temáticas importantes, como os 100 anos da revolução russa; o imperialismo clássico e a situação atual na América latina; os 150 anos de “O capital”; semana da consciência negra; cine debate sobre o conservadorismo e a ascensão da extrema direita no Brasil, dentre outros.



No ano de 2020, o NEM estava na coordenação de um evento conjunto com um grande agrupamento de organizações da sociedade civil em defesa da educação pública, da memória e dos direitos humanos, em resposta ao ato de invasão do parlamentar Daniel Silveira à sala do Centro de Memória do Sul Fluminense (CEMESF) no dia 13 de dezembro de 2020. Devido ao lockdown iniciado em decorrência da pandemia do COVID-19, a partir de 15 de março de 2020, o evento que estava previsto para acontecer na semana do dia 01 de abril foi impossibilitado de ser efetivado.

Como forma de não deixar que o confinamento interrompesse os estudos e atividades do NEM, nós, coordenadores e participantes ativos do núcleo, decidimos ampliar nossos horizontes e socializar nossos conhecimentos para além dos cidadãos sulfluminenses que frequentavam nossas atividades rotineiras. Decidimos, então, criar um ciclo de formação política em “Economia política para trabalhadores” de modo online, com encontros mensais de forma a reunir aqueles que estivessem dispostos a participar, estabelecendo uma abrangência nacional. O curso foi formulado para ocorrer em 5 encontros, contando com a participação de teóricos marxistas com vasta experiência acadêmica, na forma de streamings ao vivo, com apresentações e debate de alto nível, e contou com mais de 100 inscritos. Cada um dos encontros foi registrado como memória e está disponível na playlist “Ciclo de formação – Economia política para trabalhadores – NEM” do canal do YouTube parceiro intitulado “Cinema e Sociedade”.

Por fim, deixamos uma pequena mensagem que sintetiza parte da nossa identidade:

*Estranhem o que não for estranho.  
Tomem por inexplicável o habitual.  
Sintam-se perplexos ante o cotidiano.  
Tratem de achar um remédio para o abuso  
Mas não se esqueçam de que o abuso é sempre a regra.*

Bertold Brecht





# Ludicidade & Consciência: Memória em jogo

**Alejandra Estevez**

**Gabriel Suckow Leite**

**Matheus Gomes dos Santos e Silva**

Uma educação em direitos humanos trabalha no sentido da formação de uma cultura de respeito à dignidade humana, capaz de afirmar os valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação e da paz. A criação e a consolidação de tais valores dependem das experiências de vida, calcadas em práticas cotidianas vivenciadas nas famílias, nos grupos religiosos, nas escolas, no trabalho, nos bairros, enfim, em diversas instituições e espaços sociais.

Atualmente, passados mais de 50 anos do Golpe de 1964, ainda nos defrontamos com um quadro de sistemáticas violações aos direitos humanos, patrocinadas pela imposição de uma política neoliberal que busca substituir, simbolicamente, a garantia de direitos pela lógica das “oportunidades”. De uma conotação prioritariamente política, durante a ditadura militar, o tema dos direitos humanos foi, pouco a pouco, incorporando-se ao discurso democrático. Deixou de referir-se apenas aos opositores políticos do regime autoritário para constituir-se como instrumento de denúncia da falta de condições de segurança individual, especialmente nas favelas e periferias dos grandes centros urbanos do país. Contudo, apesar dos movimentos sociais terem se apropriado, ao longo dos anos, do instrumental em torno do qual se construiu a problemática dos direitos humanos, ainda resta um longo caminho a ser trilhado.

Na tentativa de contribuir para uma dimensão mais alargada de direitos humanos e considerando a educação em direitos humanos um instrumento de transformação central para o desenvolvimento de uma consciência ética e ativa calcada nos valores democráticos e de respeito mútuo, este projeto pretende, partindo do contexto da ditadura civil-militar brasileira e especialmente dos eventos e personagens da região sul fluminense, provocar a ativação de memórias sensíveis na localidade e a reflexão crítica em torno das continuidades autoritárias sob o regime democrático contemporâneo, por



meio da elaboração de jogos de tabuleiro como instrumento lúdico e motivador da consciência crítica.

O presente projeto está radicado na perspectiva da função social da Universidade Pública, a partir da indissociabilidade de ensino-pesquisa-extensão, do diálogo e intercâmbio de conhecimentos, saberes e práticas entre a Universidade e a comunidade local, tendo em vista a construção de conhecimentos e intervenções em bases interdisciplinares e, até mesmo, transdisciplinares. O Observatório de Direitos Humanos do Sul Fluminense, ao qual este projeto se vincula, pressupõe a participação e a integração entre docentes participantes e co-responsáveis do Departamento Multidisciplinar (VMD) do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFF/PUVR, numa ação balizada pelo intercâmbio de saberes, práticas e produção de inovações no tocante à formação dos alunos envolvidos no Projeto.

Vale mencionar a capilaridade que o projeto assume, ao envolver professores da rede básica de ensino da região (Volta Redonda, Pinheiral e Rio de Janeiro), numa ação construída com a participação ativa dos docentes e estudantes da rede federal e estadual de ensino dessas localidades. Além disso, o produto final do projeto consiste nos jogos de tabuleiro, que devem ser distribuídos para as escolas públicas desses municípios, com a finalidade de serem empregados em sala de aula, como um instrumento didático e lúdico ao mesmo tempo. Nesse sentido, uma educação para o “nunca mais” desenvolve não apenas o sentido histórico e a perspectiva crítica, como também é capaz de quebrar a “cultura do silêncio” e da invisibilidade social, proporcionando aos grupos subalternizados do presente um alento na luta e resistência e a construção de valores éticos e políticos mais sólidos.

A Universidade Pública possui um compromisso com a sociedade, devendo colocar-se a serviço de suas demandas e ser capaz de elaborar, cuidadosa e recorrentemente, instrumentos de ação e interpretação da realidade, de modo a contribuir para a conformação de uma cultura em direitos humanos. É a partir dessas premissas que se faz tão importante o desenvolvimento de jogos que fomentem a reflexão crítica em torno do terrorismo de Estado durante a ditadura e das continuidades autoritárias e violadoras de direitos no período democrático, bem como das resistências e grupos sociais silenciados pela falta de políticas públicas e ações reparatórias durante a justiça



de transição, contribuindo, assim, para a efetivação do direito à verdade e à memória, previstos no PNDH3, através da linguagem da ludicidade.

A partir das informações supracitadas, o grupo de estudos e trabalho surge como ferramenta de grande relevância na elaboração de um material que possa articular ludicidade com a questão dos direitos humanos a partir dos jogos de tabuleiro. Cabe registrar que o desenvolvimento desses jogos atende a uma demanda dos educadores da rede básica de ensino em busca de métodos inovadores de aprendizagem, capazes de gerar interesse pela temática e produzir engajamento e busca pelo conhecimento por parte dos estudantes. Desse modo, espera-se que esse saber se presentifique para além dos espaços delimitados como a escola, a sala de aula, e possa fazer parte de uma prática de vida pautada numa visão interligada à memória e aos direitos humanos.

## Referências

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3)*. Brasília: SEDH/PR, 2009.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm)



# Canal Cinema e Sociedade: Um olhar com foco na sociedade em movimento

Cinema e Sociedade é um projeto de ensino que surge por meio da experiência vivenciada em sala de aula, na disciplina optativa Cinema e Sociedade. O projeto tem por objetivo lançar múltiplos olhares sobre a realidade social, colocando em foco o movimento da sociedade.

Pensado por um grupo de professores e técnicos administrativos vinculados à UFF Volta Redonda e com propósito de ampliar os debates da disciplina para as redes sociais, Cinema e Sociedade busca destrinchar e analisar questões sociais e políticas por meio da linguagem cinematográfica.

Esse movimento acontece a partir de vídeos no canal do Youtube Cinema e Sociedade, cujos links são compartilhados em páginas nas redes sociais como o Instagram e Facebook, ampliando as visualizações e a divulgação do projeto. A princípio, o canal conta com quatro sessões que serão detalhadas a seguir.

A seção de entrevistas convida profissionais do audiovisual, pesquisadores e cinéfilos para compartilharem saberes, teorias e concepções políticas que se apresentam na sétima arte. Nesse sentido, busca-se um ponto de vista especializado sobre as reais propostas e temáticas por trás de cada filme.

Sugestões e Análises de filmes é outra seção presente no canal. Ela traz uma crítica com base em conteúdos teóricos e políticos que são fortalecidos pela narrativa trazida no filme. Dessa maneira, essa sessão exige a compreensão de que nem todos os que visualizam os vídeos têm conhecimento prévio sobre tais teorias, o que leva a uma apresentação didática de conteúdo articulada a sua relação com os movimentos artísticos cinematográficos e as problematizações históricas iluminadas nas obras.

Merece destaque também a seção na qual as produções audiovisuais, individuais ou coletivas, dos membros criadores do canal são divulgadas, trazendo conteúdos inéditos e aproximando os que seguem o projeto da história e do trabalho de cada um de seus criadores. A existência dessa seção deve-se à necessidade de integração no meio



online, uma vez que, ao saber mais sobre quem fala nos vídeos e quem cria o conteúdo apresentado nesse canal, os espectadores sentem-se mais conectados e, assim, mais atraídos a visualizar e recomendar os vídeos.

A última seção presente no canal é a que conclui o vínculo entre a experiência da sala de aula e a proposta do projeto. Nela são divulgadas as produções dos alunos nas oficinas durante a disciplina “Cinema e Sociedade”, além de produções pontuais de parceiros que possam contribuir com o andamento e a construção do canal. Com essa seção, é dada ao público a possibilidade de conhecer mais o que é feito dentro da sala de aula, assim como as reflexões e ideias trazidas pelos estudantes de uma universidade pública no séc. XXI.



# **Centro Acadêmico Dom Waldyr Calheiros e os direitos fundamentais e a pandemia do COVID-19**

**Lohany Corona Seabra  
Rodrigo Souza Siqueira Júnior**

O Centro Acadêmico Dom Waldyr Calheiro é a instância de representação dos alunos do curso de Direito da Universidade Federal Fluminense do Campus do Aterrado na cidade de Volta Redonda. O centro acadêmico carrega o nome do Bispo Dom Waldyr Calheiros, uma figura histórica das lutas sociais e da resistência na cidade de Volta Redonda. O bispo era um cristão e um sacerdote voltado para a defesa dos mais pobres e necessitados. Sempre atuou dentro da igreja junto ao povo desvalidos, dos trabalhadores, especialmente os operários da Companhia Siderúrgica Nacional. Dom Waldyr também lutou insistentemente contra a ditadura militar, em favor daqueles perseguidos politicamente pelo regime.

É com referência no Bispo Dom Waldyr que, hoje, todos os discentes que integram a Gestão “Resistir” do Centro Acadêmico, desde o ano de 2019, buscam diariamente representar os alunos mais pobres ou pertencentes dos grupos sociais marginalizados, bem como exercer a função social da Universidade Pública e atuar na defesa da democracia.

O ano de 2020 trouxe inúmeros desafios para toda a humanidade. A pandemia da COVID-19, também conhecida como pandemia de novo coronavírus, causou a morte, até a data de hoje, 09 de fevereiro de 2021, de 231.534 (duzentas e trinta e uma mil e quinhentas e trinta e quatro) pessoas, apenas no Brasil. Além disso, crises econômicas, políticas e sociais intensificaram-se com efeitos mútuos. Os desafios de representar os estudantes dentro desse contexto foram enormes, principalmente, buscando garantir o acesso à educação de forma igualitária e resistir aos retrocessos que se sucedem no atual contexto autoritário e reacionário que tomou o país.



A universidade pública historicamente esteve ocupada por alunos pertencentes às camadas sociais mais altas, que não precisavam trabalhar para sua subsistência ou de sua família, tendo acesso a estrutura que garanta seu desenvolvimento pessoal, conseguiam estudar em colégios particulares, melhores equipados, eram os que lograram êxito em tirar as notas mais altas nos vestibulares. A partir da aprovação da Lei de Cotas, lei nº 12.711, de agosto de 2012, o perfil social das universidades ampliou-se. A universidade deixou de ser o local da “elite do conhecimento”, permeada por homens brancos e abriu espaço para a diversidade social, possibilitando a entrada de jovens, negros, indígenas, pertencentes às classes mais pobres, de escolas públicas, entre outros. O sistema de cotas se apresentou como um caminho para a redução das desigualdades sociais e raciais. Além disso, trouxe novas epistemologias e conhecimentos, ampliando a capacidade da universidade pública de produzir ciência em um país tão múltiplo e diversos como o Brasil.

Contudo, no período pandêmico, restou demonstrado que por mais que os discentes tenham um novo perfil social, e a universidade tenha se tornado mais representativa, muitas vezes, as instâncias superiores da Universidade ainda pertencem à elite, e não detêm conhecimento sobre as carências e dificuldades dos alunos.

Buscando “restabelecer a normalidade”, mesmo diante de um contexto pandêmico, o ensino remoto foi aprovado às pressas, sem a devida observância das necessidades dos alunos mais pobres, que se aprofundaram com a pandemia e sua gestão desconcertada por parte do Estado. Os diversos Centros Acadêmicos do país buscam, até hoje, garantir condições igualitárias de acesso ao ensino superior remoto, a partir da reivindicação pela oferta de uma internet de qualidade, um computador equipado para a função de plataforma de ensino e, até mesmo, um auxílio financeiro emergencial para os estudantes vulneráveis.

É salutar recordar que o direito à educação é universal, segundo a Constituição (Art. 205 CF), e é dever do Estado combater desigualdades ( Art. 3 CF ). Não poderíamos responsabilizar os mais pobres pela pandemia, e deixá-los para trás no acesso à educação de qualidade. Ainda que algumas garantias assistenciais estudantis tenham sido alcançadas, esbarramos, contudo, em obstáculos estruturais que inviabilizam o acesso ao direito à educação efetivo. Obstáculos derivados, por exemplo, da não consecução do direito à cidade, em vista da crise urbana brasileira.



Diariamente escutamos nos noticiários, “fique em casa” “lave as mãos” “se mantenha em isolamento social”. Porém, como permanecer em isolamento social e lavar as mãos sem possuir acesso à água, em habitações precárias em grande medida, famílias numerosas residindo não raramente em residências de poucos cômodos? Como permanecer em isolamento social, se a classe trabalhadora precisa se manter em seus trabalhos, geralmente “essenciais”, para garantir sua subsistência? A classe trabalhadora e seus filhos e filhas, os alunos que conseguiram entrar nas universidades através das cotas, são os responsáveis por manter setores ditos como essenciais, tal como mercados, farmácias, entre outros.

Essa classe não pode deixar de trabalhar, pois precisa pagar seu aluguel, água, luz, alimentação, entre outros gastos (HARVEY, 2020). Esta classe enfrenta a dificuldade de retornar do seu ambiente de trabalho para sua casa vivo, lutando contra uma roleta russa da morte (SAFATLE, 2020). Ao mesmo tempo, correm o risco de serem demitidos sem nenhuma justificativa, ou terem seus contratos suspensos, em meio de uma crise sem precedente na história, em período histórico de inúmeros retrocessos na área trabalhista, com base na falta de recursos por parte dos contratantes devido à pandemia. Assim, constatamos que a COVID-19 possui classe, gênero e raça (HARVEY, 2020). Ademais, o governo que esteve à frente da pandemia, pouco se preocupou com a doença ou a saúde da população, preferindo atender os interesses de grandes empresários que acreditam que maior do que o medo da pandemia, deveria ser o medo do desemprego, apresentando-se como um verdadeiro Estado suicidário (SAFATLE, 2020).

A dificuldade em garantir o acesso à educação, em parte se apresenta na ausência da efetivação de outros direitos. Como garantir o acesso à educação para aqueles alunos que passam fome? Como estudar trabalhando mais de oito horas por dia? Como estudar sem computador? Como estudar sem internet de qualidade? Como estudar dentro de um cômodo que é dividido por com mais de quatro pessoas? Como estudar de luto? Como estudar doente? Como estudar com o psicológico gravemente afetado? Essas perguntas nos eram feitas pelos estudantes, como Integrantes de um centro acadêmico; instância com escassas capacidades e poder de intervenção. Coube a nós, diariamente, lutar, resistir e representar esses alunos marginalizados, dentro das instâncias decisórias da universidade. Buscando garantir, ainda que minimamente, o acesso e o direito à uma





educação pública de qualidade, a dignidade dos estudantes e a continuidade da política de Estado de ampliação do acesso e promoção da permanência estudantil.

Este imbricado processo, para nós, estudantes de direito, revelou sobretudo a dimensão conflitiva da efetivação dos direitos. A importância fundamental da luta para o implemento da ordem constitucional, a relação dos direitos fundamentais e a reivindicação dos setores concretamente afetados pela realidade sob a qual a ordem legal incide. Consequentemente, a insuficiência da lei formalmente concebida, mas a dimensão de luta que a sua positivação possibilita, na oposição entre o legal e o real; reivindicação, organização dos setores oprimidos, pela efetivação da lei, com vistas a conquistas de direitos e fomento a consciência daqueles sobre sua condição, e a necessidade da organização política para emancipação social.

Apesar do aprendizado, exemplos como o de Dom Waldyr, em momento tão difícil da história brasileira, são fundamentais. Guiam-nos e edificam, para a luta por justiça e democracia. Luta que não se dá sem sacrifício e acometimento, mas que tem na história o seu merecido lugar, de vanguarda na construção do futuro.

## **Referências**

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempor de COVID-19". In DAVIS, Mike (org.). Coronavírus e a luta de classes". Brasil, Terra sem amos, 2020, pp. 13-24. •

SAFATLE, Vladimir. "Bem-vindo ao Estado suicidário". In: Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois. Bauru: Canal 6, 2020, pp. 227-235.



# **Entre Nós - Rede de Cooperação Solidária: iniciativas, articulações e desafios**

**Alejandra Luisa Magalhães Estevez**

**Luís Henrique Abegão**

**Matheus Gomes dos Santos e Silva**

**Paula Parada Oliveira**

**Victoria Lopes Rocha**

## **Introdução**

A crise provocada pela pandemia do novo coronavírus tem aprofundado de modo significativo as desigualdades sociais, sendo que esse impacto acaba por se presentificar de modo mais cruel e drástico entre os setores mais pobres da população, sobretudo em territórios onde o poder público historicamente tem pouca presença. É a partir dessa realidade histórica que afirmamos, de antemão, saber que essa situação não é uma realidade exclusiva do cenário ocasionado pela COVID-19, mas que a falta de apoio estatal tem afetado a vida de milhares de cidadãos há muito tempo, principalmente em governos nos quais a necropolítica é uma vertente que pauta a gestão. Com isso, diante dessa realidade histórica, somada aos novos desafios que esse novo vírus nos impôs, é que se viu a necessidade de estabelecer uma rede de cooperação solidária, que tem por intuito a garantia de direitos fundamentais de comunidades tradicionais, coletivos urbanos e trabalhadores de cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Ao mesmo tempo, vimos observando alguns problemas que impedem a formulação de políticas públicas eficazes para o enfrentamento da pandemia. Como exemplo temos a subnotificação dos casos e óbitos em decorrência do COVID-19, a falta de instrumentos e medidas para acompanhar a evolução dos casos em territórios superpopulosos, além da pouca ou nenhuma transparência e falta de acesso aos dados (FRANÇA *et al.*, 2020).

Através da participação ativa das representações dessas localidades, o projeto visa contribuir, sobretudo, na publicização dos dados sobre os impactos da pandemia nas



comunidades integrantes da iniciativa. Ademais, para além do contexto pandêmico, espera-se colaborar com a formação de uma rede de cooperação solidária no Sul Fluminense, a partir da troca de saberes e da articulação dos coletivos em projetos comuns.

Vale ressaltar que a rede é integrada por comunidades quilombolas e caiçaras, cooperativas de catadores de materiais recicláveis, população em situação de rua e moradores de ocupações urbanas dos municípios de Angra dos Reis, Barra do Piraí, Barra Mansa, Mangaratiba, Paraíba do Sul, Paraty, Pinheiral, Quatis, Rio Claro, Seropédica, Valença e Volta Redonda.

Mais especificamente, no que se refere aos coletivos participantes, eles atuam em conjunto com os articuladores na condução da iniciativa e da construção da rede de cooperação solidária. Os coletivos reúnem cerca de 1250 famílias e são formados por três categorias principais, sendo elas: Cooperativas e Associações de Catadores de Materiais Recicláveis, Comunidades Quilombolas e Ocupações e Coletivos Urbanos.

Os coletivos que integram a primeira categoria de Cooperativas e Associações de Catadores de Materiais Recicláveis são: ACRR – Associação de Catadores Recicla Resende, Agasar – Associação dos Garimpeiros do Aterro de Resende, COOPCAQ – Cooperativa de Catadoras de Quatis, Coletivo de Mulheres Catadoras de Barra Mansa, Cooperativa Cidade do Aço – Volta Redonda, Cooperativa Folha Verde – Volta Redonda, Cooperativa Reciclar VR – Volta Redonda, Cooperativa Pinheiral em Ação, Cooperativa Paraíso – Barra do Piraí, Cooperativa de Paraíba do Sul, Cooperativa de Seropédica, Cooperativa de Paraty, COOP Mangaratiba e Coletivo dos Ex-catadores do lixão de Mangaratiba.

Inseridos na categoria que diz respeito às Comunidades Quilombolas, estão presentes os respectivos coletivos: Quilombo de Santana – Quatis, Quilombo São José da Serra – Valença, Quilombo Alto da Serra – Rio Claro, Quilombo Santa Justina/Santa Izabel – Mangaratiba, Quilombo de Marambaia – Mangaratiba, Quilombo de Santa Rita do Bracuí – Angra dos Reis e Quilombo Campinho da Independência – Paraty.

Por fim, representando as Ocupações e Coletivos Urbanos, encontram-se a Ocupação Nove de Novembro, Ocupação Morada do Sol, Ocupação Dom Waldyr Calheiros, Jovens do Bairro Santa Cruz e Pessoas em Situação de Rua, todos de Volta Redonda, além da Associação Caiçara, de Paraty-Mirim.



Quanto às instituições articuladoras do projeto, fazem parte: InTECSOL – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária do Médio Paraíba, da Universidade Federal Fluminense em Volta Redonda, que presta assessoria a empreendimentos econômicos solidários e participa da articulação do movimento de economia solidária de Volta Redonda e da criação de uma política pública municipal neste campo; e Observatório de Direitos Humanos do Sul Fluminense, também ligado à Universidade Federal Fluminense, constituindo-se como uma articulação profícua entre a Universidade e diferentes coletivos e movimentos sociais da região Sul Fluminense, que juntos identificaram demandas por garantia de direitos, elegendo os Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais como seu eixo norteador;

Além deles, a iniciativa também conta com a participação do Projeto “A DPU Vai Onde o Povo Pobre Está”, coordenado pela Defensoria Pública da União de Volta Redonda, que realiza ações junto às comunidades tradicionais, coletivos de catadores de materiais recicláveis e outros grupos em situação de hipervulnerabilidade no sul do Estado do Rio de Janeiro e na Costa Verde, buscando auxiliá-los na conquista de direitos junto ao Poder Público e outros atores envolvidos; Fórum Justiça, que é um espaço aberto a movimentos sociais, organizações da sociedade civil, setores acadêmicos e agentes públicos do sistema de justiça, destinados a discutir coletivamente política judicial com redistribuição e reconhecimento de direitos e participação popular, enfatizando a justiça como serviço público; e Juventude Operária Católica de Volta Redonda, com um atuação no Bairro Santa Cruz, em Volta Redonda, onde vem mobilizando os jovens do território em iniciativas socioambientais e de economia solidária; entre outros parceiros que vêm se somando pontualmente nas atividades exercidas pela rede.

Diante do exposto, a proposta da rede é de contribuir no sentido de fomentar processos de mudança social. Motivado pelo contexto da pandemia causada pelo COVID-19, a iniciativa envolve não apenas a investigação sobre os impactos do contexto pandêmico sobre as populações que a constituem, mas, sobretudo, o estímulo à formação de uma rede de cooperação solidária, de modo a conectar os coletivos e construir aproximações entre as distintas problemáticas das lutas sociais que envolvem cada uma das comunidades, no intuito de proporcionar o intercâmbio de experiências e o desenvolvimento de processos socioeconômicos articulados em rede. Acreditamos que, assim, estaremos contribuindo para uma cultura baseada na justiça social, na participação



comunitária, na alimentação saudável e no respeito à diversidade, de forma inclusiva e participativa.

## **Desenvolvimento**

A COVID-19 é uma doença que se distribui de forma desigual entre a população brasileira, atingindo de forma muito mais acentuada os setores mais pobres, que apresentam condições precárias de moradia e, na maior parte dos casos, estão em locais desprovidos de infraestrutura. Além das consequências advindas do contexto pandêmico, as ocupações urbanas também vêm sofrendo com a insegurança alimentar e a ameaça de despejos. O Estatuto da Cidade prevê a justa distribuição dos ônus e benefícios do processo de urbanização para que tais recursos possam ser direcionados à melhoria da infraestrutura nas periferias brasileiras, através de um processo redistributivo (SANTIN; MARAGON, 2020).

No entanto, durante a pandemia, ao contrário, verifica-se uma dificuldade ou impossibilidade dos moradores das ocupações seguirem as recomendações preventivas, seja porque precisam expor-se diariamente ao risco de contaminação para garantir seu sustento, seja porque não dispõem dos meios adequados de higiene (acesso a água e rede de esgoto) e de moradia (as casas são habitadas por famílias numerosas). A rede Entre Nós está comprometida com o acompanhamento da situação de vida no interior das ocupações, procurando estimular a reflexão crítica em torno do problema da moradia no país, especialmente no município de Volta Redonda.

Nas comunidades quilombolas e caiçaras que integram a ação, a ausência do Estado fica novamente patente no que se refere à implantação de medidas preventivas e de saúde coletiva que ajudem as comunidades a enfrentarem a situação pandêmica. Na falta de uma política pública voltada para essa população, merece destaque o esforço independente dos moradores para realização de levantamento e monitoramento dos casos e a formação de redes de informação sobre o avanço do contágio em cada comunidade, para que possam agir no sentido de garantir o isolamento social necessário a fim de evitar a disseminação do contágio.



Além do racismo institucional, que secundariza a atenção voltada para esses grupos sociais, deparamo-nos com a dificuldade de acesso aos dados que informem sobre a cor dos contaminados pela COVID-19 e os respectivos óbitos em decorrência da doença. O Ministério da Saúde só passou a incluir dados de cor nas atualizações sobre o avanço da epidemia mais de um mês depois do início da crise, após pressão da Coalizão Negra de Direitos (SANTOS *et al.*, 2020). Mesmo assim, se verificarmos os últimos boletins emitidos pelo órgão, parte significativa dos registros não informam a variável raça/cor, o que impede a formulação de um diagnóstico sobre o avanço da doença entre as populações negras e pardas, especialmente no interior das comunidades quilombolas e caiçaras, instrumento necessário para o enfrentamento responsável da doença.

No que se refere à categoria dos Catadores de Materiais Recicláveis, é importante ressaltar que, apesar de sua imensa relevância na atuação em prol da sustentabilidade ambiental, esses coletivos ainda sofrem com a marginalização da profissão e com a vulnerabilidade socioeconômica. Insta ressaltar que, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), existem cerca de 400 a 600 mil catadores no Brasil, responsáveis direta ou indiretamente por cerca de 90% dos resíduos reciclados no país. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) estima que existam cerca de 800 mil catadores em atividade no Brasil e que, desse total, 70% sejam mulheres (PEDUZZI, 2020).

O IPEA publicou, em 2013, o estudo Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável – Brasil, o qual estimou, a partir dos dados do Censo de 2010, a existência de 387 mil pessoas que diziam ter na catação sua ocupação principal (BRASÍLIA, 2013). Já pelos dados do Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal de 2015, 49.181 pessoas cadastradas declaravam ser catadoras (SANT’ANA; MAETELLO, 2016).

Outrossim, ainda de acordo com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, a situação de pandemia agravou as vulnerabilidades pré-existentes, tendo em vista que cooperativas ficaram fechadas e muitos desses trabalhadores ficaram susceptíveis a contrair o COVID-19, ao se verem obrigados a buscarem outras formas de sustento durante esse período. Um dado preocupante, de acordo com o próprio movimento, é que 15% dos catadores fazem parte do grupo de risco. Buscando auxiliar



esse grupo em situação de vulnerabilidade, a rede Entre Nós é formada por 14 cooperativas de catadores.

Dessa forma, é importante contribuir na formação de uma rede regional permanente que integre coletivos que reúnam famílias ou pessoas em situação de vulnerabilidade e instituições que trabalhem junto a esses coletivos, tendo como propósitos a construção de uma política interseccional de cooperação e solidariedade.

## **Conclusão**

A partir de encontros periódicos com os coletivos, da construção de um histórico para cada realidade e identificando os elementos comuns que afetam a todos, foi possível construir colaborativamente instrumentos de identificação e monitoramento da evolução do contágio do vírus em cada localidade, podendo servir como subsídio para a formulação de políticas públicas capazes de atender as necessidades dos cidadãos afetados nessas localidades.

Com a iniciativa, já foi possível alcançar alguns resultados, tais como a arrecadação e entrega de 80 cestas básicas e 140 kits da agricultura familiar, fornecidos pela Articulação de Agroecologia do Médio Paraíba do Sul, bem como a distribuição de 60 kits, contendo cobertores e itens de higiene pessoal para a população em situação de rua. No que tange às trocas de saberes entre os coletivos, os articuladores, os participantes que colaboram financeiramente e as pessoas que acompanham o projeto pelas redes sociais, insta ressaltar que já realizamos, desde o início da ação, 12 atividades que consistem em rodas de conversa e exibição de documentários, debatendo temas relevantes e selecionados pelos coletivos. Ao final do processo, todas as lives ficarão acessíveis no canal do Youtube da Rede Entre Nós, bem como se planeja a transcrição e a organização de uma publicação em meio digital dessas discussões, criando, assim, um rico acervo de debates que podem ter diversos usos posteriores, como a utilização em sala de aula e mesmo a formação dos movimentos sociais em outros contextos.

Por fim, outro produto deste projeto será a produção de um documento contendo o diagnóstico dos impactos socioeconômicos para as comunidades que integram a ação e um mapa do contágio do COVID-19 nessas comunidades ao longo dos meses da



pandemia. Esse material poderá servir de apoio para o poder público e os movimentos sociais no sentido de traçar políticas para o enfrentamento dessas questões. Nesse sentido, as ações aqui descritas fortalecem uma cultura de respeito mútuo frente à diversidade que é parte da singularidade de cada coletivo que compõe a rede, entendendo a urgente necessidade de se formar laços mais estreitos e sólidos para que as lutas por direitos se voltem cada vez mais para uma esfera coletivizada e menos fragmentada frente aos poderes que visam reforçar políticas de extermínio e sucateamento dessas populações.

## Referências

FRANCA, Elisabeth Barboza et al. Óbitos por COVID-19 no Brasil: quantos e quais estamos identificando?. **Rev. bras. epidemiol.**, Rio de Janeiro , v. 23, e200053, 2020 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-790X2020000100203&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2020000100203&lng=en&nrm=iso)>. access on 27 Nov. 2020. Epub June 22, 2020. <https://doi.org/10.1590/1980-549720200053>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável*. Brasília, DF: 2013.

PEDUZI, Pedro. *Covid-19 gera dificuldades para catadores de materiais recicláveis*. Agência Brasil, 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-04/covid-19-gera-dificuldades-para-catadores-de-materiais-reciclaveis>>. Acesso em: 26 Nov. 2020.

SANT'ANA, Diogo de; MAETELLO, Daniela. Reciclagem e Inclusão Social no Brasil: Balanço e Desafios. In: *Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=27461](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27461). Acesso em: 27 Nov. 2020





SANTIN, Janaína Rigo; MARANGON, Elizete Gonçalves. O estatuto da cidade e os instrumentos de política urbana para proteção do patrimônio histórico: outorga onerosa e transferência do direito de construir. *História, Franca*, v. 27, n. 2, p. 89-109, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742008000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742008000200006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 27 Nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742008000200006>.

SANTOS, Márcia Pereira Alves Dos *et al*. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. *Estud. av., São Paulo*, v. 34, n. 99, p. 225-244, Aug. 2020. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142020000200225&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200225&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 27 Nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.014>.



# Parceiros Externos



# **Sondagens Populares do MEP: reflexões sobre realidades socioambientais e educacionais no Sul Fluminense**

**Ana Paula Vasconcelos Gonçalves**

**Elisa Andrade Costa**

**Luísa Ferreira Viana**

**Gabriella Teixeira Mateus**

**Sílvia Real**

**José Maria da Silva**

## **Introdução**

O Movimento Ética na Política (MEP) é uma associação apartidária, inter-religiosa, sem fins lucrativos e sem exclusão de pessoas por motivos de credo, nacionalidade, etnia ou condição econômica. Foi idealizado em 1996 e oficializado em janeiro de 1997, no município de Volta Redonda, com o intuito de acompanhar, observar e agir na linha da cidadania proativa. Dentre suas propostas de ação estão a luta pela moralidade, transparência e ética para com o erário público. As áreas prioritárias são sociopolítica, socioeducacional e socioambiental.

A área sociopolítica visa a articular olhares e ações de denúncias para suscitar o respeito à dignidade humana, o zelo ao erário público e a pontuação para criação de políticas públicas que atendam às demandas sociopolíticas da cidade e região Sul Fluminense. Dentre as diferentes atividades, destacam-se as “sondagens populares” que foram iniciadas em 1999 como uma forma de o MEP aproximar-se, por meio da ‘escuta’, das questões sociopolíticas da cidade, bem como envolver estudantes, colaboradores e conselheiros no processo de mobilização popular ativa. Na sequência, busca dar



visibilidade aos dados levantados “provocando” o poder público para que se atente às questões do município de Volta Redonda.

Na área socioeducacional, o MEP é responsável pelo Pré-vestibular Cidadão, que teve início em 2000, com o objetivo de elevar a estima dos alunos, oferecendo a troca de conhecimentos na linha crítico-constructiva. As atividades de ensino e construção do conhecimento são norteadas pela pedagogia de Paulo Freire (1966; 1987), levando em consideração a experiência dos alunos ao se tomar como premissa uma educação voltada ao desenvolvimento da autonomia e da consciência crítica. Seguindo essa linha de percepção da realidade discente, no ano de 2020, as atividades de ensino do pré-vestibular foram alteradas por causa da pandemia do Coronavírus. Para entender como os alunos estavam lidando com o isolamento social, como estavam estudando e suas expectativas em relação ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), foi realizada uma sondagem popular.

Por fim, a área socioambiental busca conhecer e aglutinar as demandas socioambientais, em especial oriundas dos passivos ambientais que recaem sobre Volta Redonda e, também, região. O programa criado em 1998 era chamado ‘Comissão de Meio Ambiente do MEP’. A partir de 2018, foi ‘batizado’ de ‘Equipe Multidisciplinar Ambiental do MEP’. Desse grupo participam profissionais de diferentes especialidades que, desde 2018, vêm se mobilizando para revitalizar o espaço de uma pedreira abandonada na cidade. Por meio de ações próprias e também de parcerias com instituições de ensino superior e técnico da cidade, a equipe já fez trabalhos de campo visando à educação ambiental e à coleta de dados, encontros com agentes públicos, palestras e rodas de conversa online, bem como pesquisas sociais em formato de sondagens reveladoras da percepção da população local em relação ao meio ambiente da cidade.

Diante do que foi exposto, nota-se a importância do MEP, na história dos movimentos sociais de Volta Redonda, e de suas sondagens realizadas desde a década de 1990. Por isso, o objetivo deste artigo é apresentar o histórico dessas pesquisas, enfatizando os resultados das seguintes sondagens: Socioambiental da Pedreira da Voldac, realizada em 2019, Educação e Pandemia, realizada em 2020.



## História das sondagens do MEP

O foco das “sondagens populares”, para o presente estudo, deu-se devido ao grau de importância da escuta feita à sociedade sobre importantes assuntos que envolvem a cidade. As sondagens têm funcionado como instrumento didático e, a partir das percepções suscitadas, contam-se os graves problemas estruturais da cidade, além de revelar o comportamento das pessoas diante das diferentes realidades (BARNABÉ et al., 2007; SILVA et al, 2017; LOPES, et al. 2020).

O instrumento provocou importantes pautas tanto para dentro do MEP como junto aos poderes. A estratégia de visibilidade dos resultados fez surgir projetos para as situações de carências pesquisadas. Destacamos o projeto educacional diante da pandemia com pesquisa interna junto aos alunos e a sondagem junto à comunidade sobre um espaço abandonado (Pedreira da Voldac), que provocou movimentações e levou o poder público a mover-se e assumir publicamente um projeto ambiental.

Comumente, a fase de coleta de dados nas “sondagens populares” dura até 5 dias e entrevistam-se de 100 até 1.000 pessoas, com uma média de 250 pessoas entrevistados. A equipe de pesquisa é composta por, no mínimo, cinco colaboradores treinados previamente. Vale destacar que a tabulação dos dados teve uma contribuição importante do professor engenheiro Carlos Moura (in memoriam) que inovou a construção dos gráficos, revisão dos dados e supervisão da pesquisa.

O MEP utilizou como referência o método de pesquisa qualitativo em suas sondagens com o intuito de entender as motivações de um dado grupo, seus comportamentos, suas opiniões e expectativas frente a algum problema. As sondagens também podem ser consideradas exploratórias, porque não é o objetivo principal obter somente números como resultados, mas insights que possam indicar o caminho para a tomada de decisão correta sobre uma questão-problema (RICHARDSON, 1999).

Ao longo dos vinte e um anos de realização das sondagens populares, foram abordados diversos temas, conforme descrito nas linhas do tempo abaixo. Ao todo, o MEP realizou 38 sondagens.

A participação das pessoas nas ruas, nas residências e também em grupos demonstrou a proximidade do MEP da população no que tange aos diferentes temas abordados ao longo dessas duas décadas. As sondagens suscitaram reflexões para

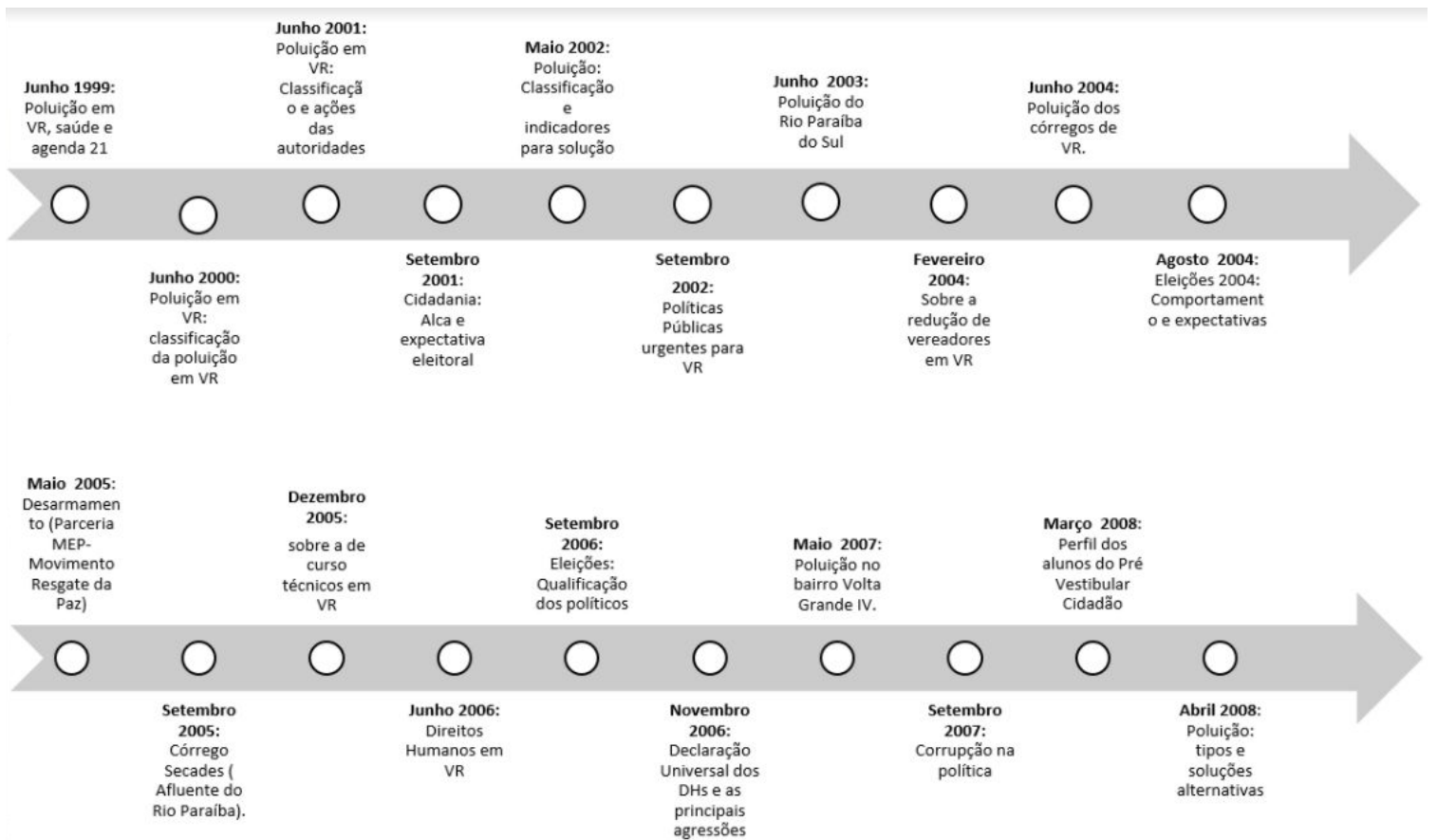


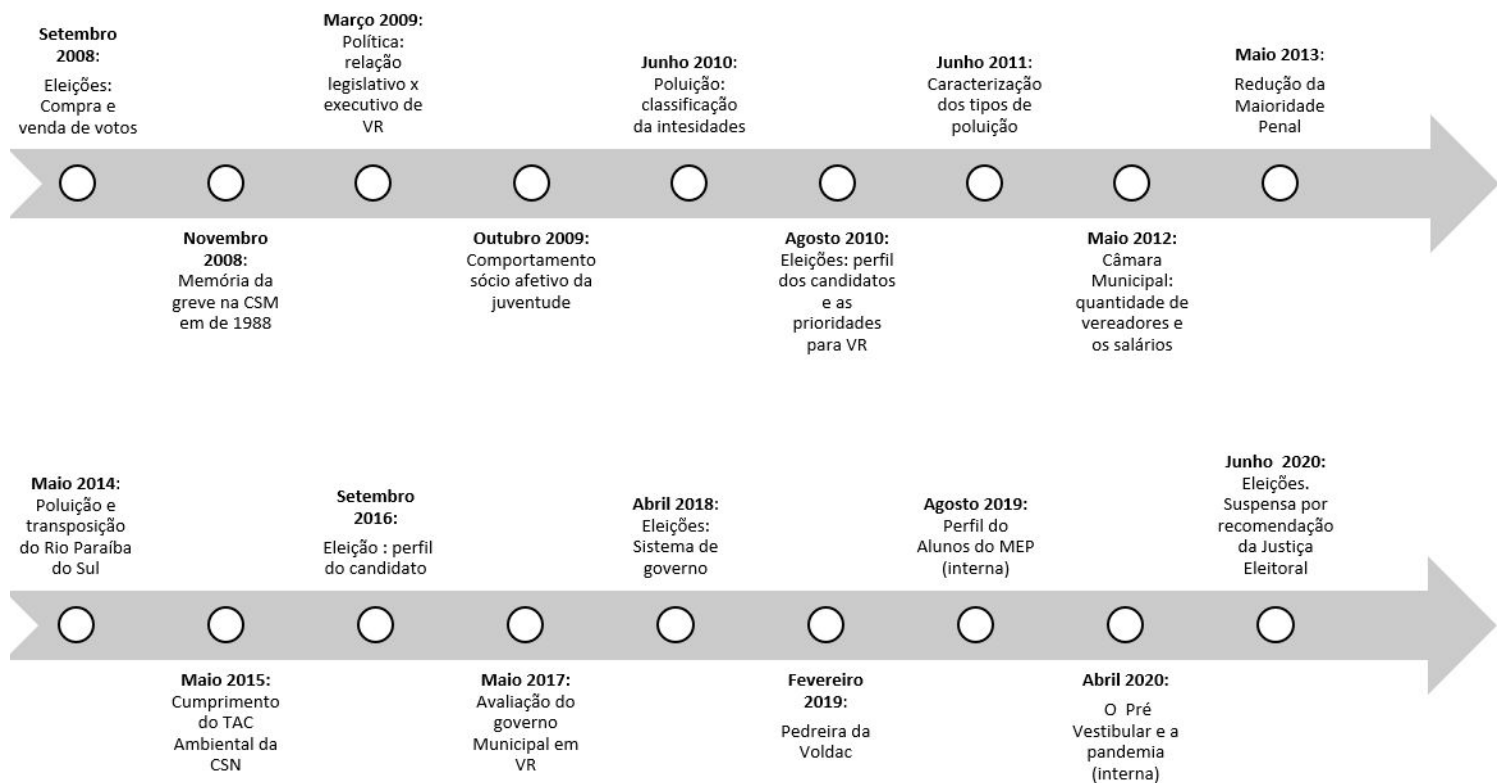
dentro e fora do MEP. As Figuras 1 e 2 são exemplos de como ocorreu a coleta dos dados.

Figuras 1 e 2. Coleta de dados da sondagem popular sobre a Pedreira Voldac (janeiro de 2019)



Fonte: Arquivo MEP-VR.









## Sondagem popular sobre a Pedreira da Voldac

A Equipe Multidisciplinar Ambiental do MEP, em dezembro de 2018, começou a discutir sobre a área pública de uma pedreira na região norte da cidade de Volta Redonda, com a ideia de dar finalidade social ao local. Foram coletados dados físicos e biológicos da área da Pedreira da Voldac, mas era necessário também um olhar social para buscar apoio da população e, com isso, aumentar a receptividade do poder municipal.

Então, foi preparada uma sondagem popular nos moldes do MEP, e as entrevistas foram realizadas em janeiro de 2019 com os moradores dos bairros Voldac, Jardim Caroline, São João Batista e Pinto da Serra. A entrevista foi realizada com 60 pessoas na faixa etária de 16 a 87 anos, com perguntas numeradas de 1 a 7, conforme o Quadro 1:

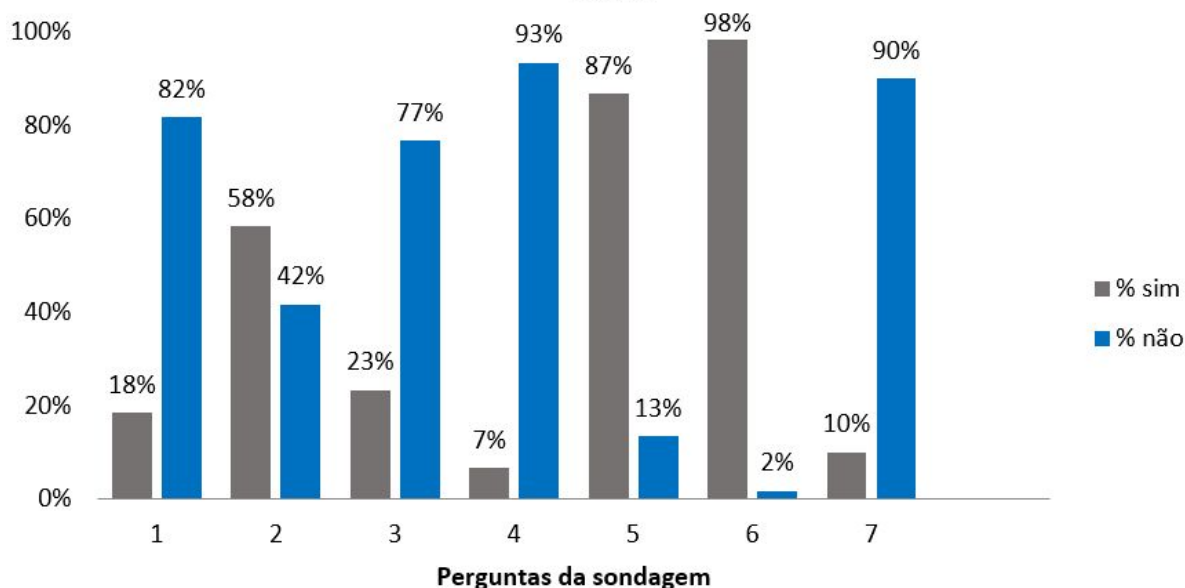
<b>Quadro 1 – Perguntas da Sondagem Popular</b>	
1.	Você sabia que Volta Redonda possui sítios geológicos importantes no meio científico?
2.	Você já ouviu falar ou visitou a Pedreira da Voldac? Se já visitou, o que achou?
3.	Você se lembra de quando a Pedreira estava ativa?
4.	Você tem conhecimento se a Pedreira pertence à área da PMVR?
5.	Você gosta de atividades ao ar livre? Poderia citar áreas verdes em Volta Redonda para tais atividades?
6.	Você acredita que um novo parque público possa melhorar a qualidade de vida da população?
7.	Você já visitou alguma pedreira que se tornou ponto turístico? O que achou?

Em seguida, no Gráfico 1, consta o resultado da sondagem. No eixo X está o número das perguntas que vão de 1 até 7, de acordo com o descrito no Quadro 1. No eixo



Y consta a porcentagem de respostas sim e não para cada pergunta. Nota-se que Volta Redonda é uma cidade importante no meio geológico e, mesmo assim, somente 18% dos entrevistados sabiam dessa informação. Esse resultado também evidencia o distanciamento dos acadêmicos da população pela falta de divulgação de dados científicos. A pesquisa sinaliza que a maior parte (58%) dos entrevistados conhece a pedreira abandonada, mesmo assim, esperava-se um número maior, já que essas pessoas são vizinhas do local. Um pequeno número (23%) se recordava da pedreira quando ainda estava ativa na década de 1970. O local da pedreira abandonada, pertencente ao município de Volta Redonda, foi desapropriado em 2008. Ainda assim, somente 7% dos moradores estavam cientes dessa informação.

Gráfico 1 – Respostas das perguntas da Sondagem Popular realizada sobre a Pedreira Voldac

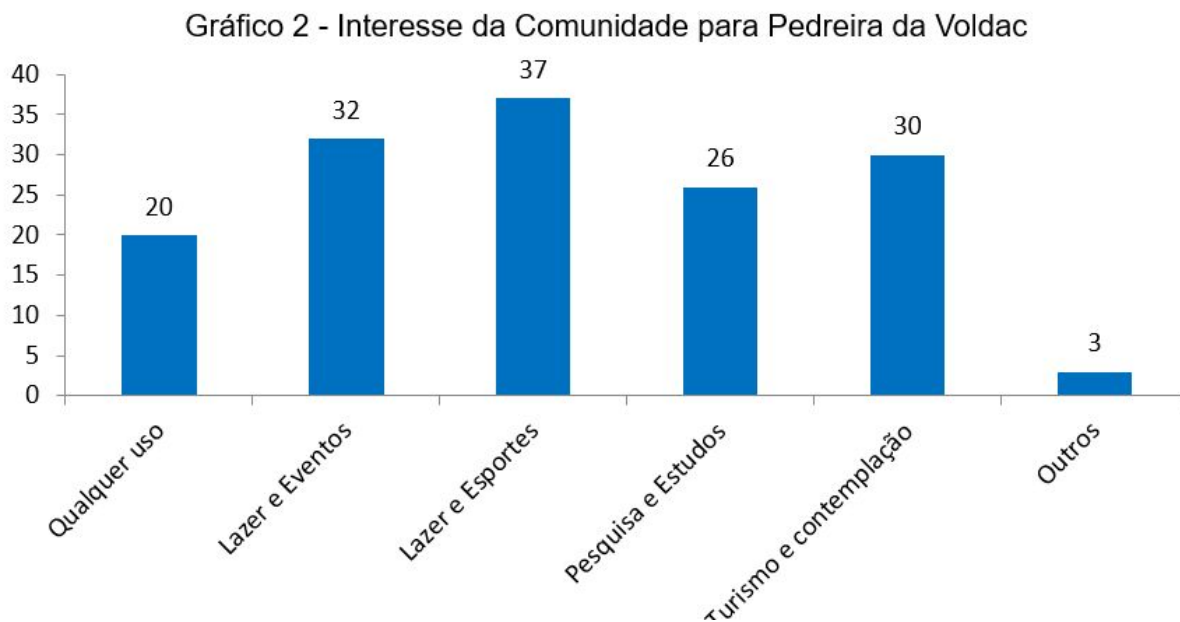


Fonte: Sondagem Popular, 2019.

Nessa sondagem popular, ficou evidente a queixa da comunidade quanto à deficiência de áreas verdes e de espaços para contemplação da natureza, pois 87% dos moradores gostam de atividades ao ar livre, porém foram poucos os locais citados por eles na cidade. A concordância de que um novo local público de visitação favorecerá o aumento da qualidade de vida dos cidadãos foi evidente (98%).



Na última pergunta da pesquisa, a de número 8: “O que você acha que poderia ser feito para servir a comunidade na Pedreira da Voldac?”, ilustrada pelo Gráfico 2, percebeu-se uma receptividade quanto ao cuidado e ao uso múltiplo do local. Existem inúmeras possibilidades ao uso futuro da área, como: qualquer uso; desde que seja feito com segurança e para população; áreas de lazer e eventos; áreas de lazer e esportes radicais; promover o turismo de natureza e contemplação do lugar. A alternativa mais apontada foi a indicação de uma área para lazer e prática de esportes.



Fonte: Sondagem Popular, 2019.

Esses dados, juntamente a todas as informações que o coletivo ambiental obteve em campo, foram levados para todas as reuniões com o poder público ao longo do ano de 2019. No ano de 2020, o MEP protocolou oficialmente o pedido de transformação da antiga “Pedreira da Voldac” em uma Unidade de Conservação (Lei Federal 9.985/2000). Os técnicos da equipe apresentaram a proposta de criação do 1º Monumento Natural da cidade de Volta Redonda, que incluiria variáveis educacionais, científicas e socioculturais. A Secretaria de Meio Ambiente aceitou a proposta e o Movimento espera os próximos passos do governo municipal.

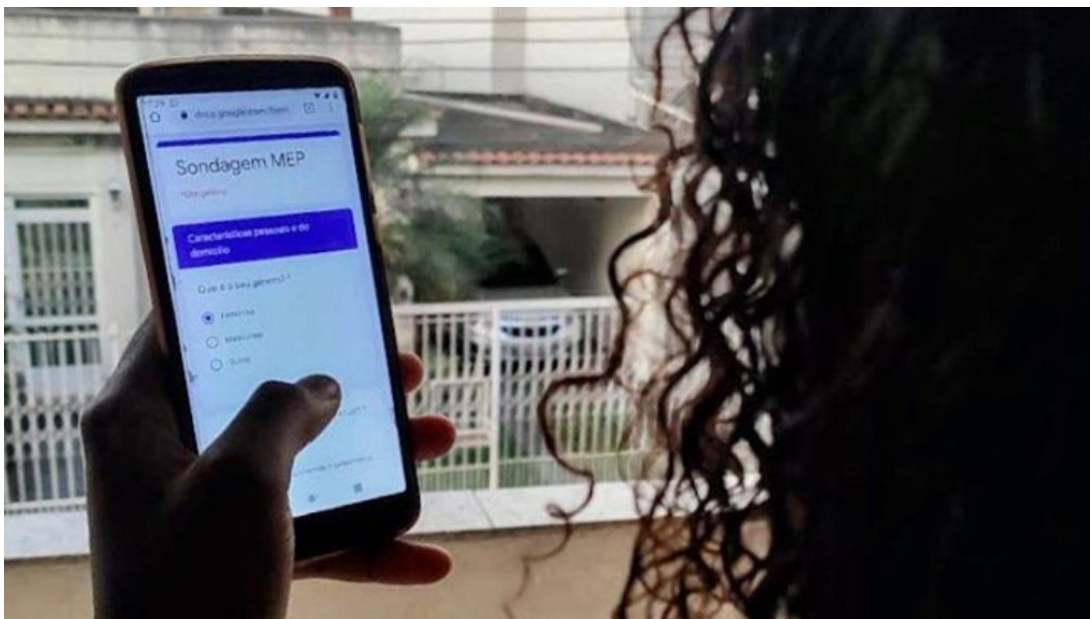


## Sondagem popular interna sobre Educação e Pandemia

Na segunda semana de maio do ano de 2020, um mês após o governo ter determinado isolamento social por causa do Coronavírus, todos os colaboradores do MEP se mobilizaram para realizar uma sondagem com os alunos. O objetivo principal foi compreender como os estudantes estavam lidando com a pandemia e de que maneira essa mudança abrupta no cotidiano estava afetando a rotina de estudos e as perspectivas de futuro, principalmente em relação ao ENEM. Cabe destacar que o resultado também foi importante para embasar as ações e o planejamento do pré-vestibular ao longo do ano.

Essa sondagem utilizou um método de coleta de dados inovador para a realidade do MEP, pois os questionários foram disponibilizados online, utilizando a plataforma do Google formulários (Figura 3). Os links para os alunos responderem à pesquisa foram enviados por meio eletrônico, como e-mail e grupos do WhatsApp.

Figura 3: Aluna do PVC respondendo questionário online (maio de 2020)



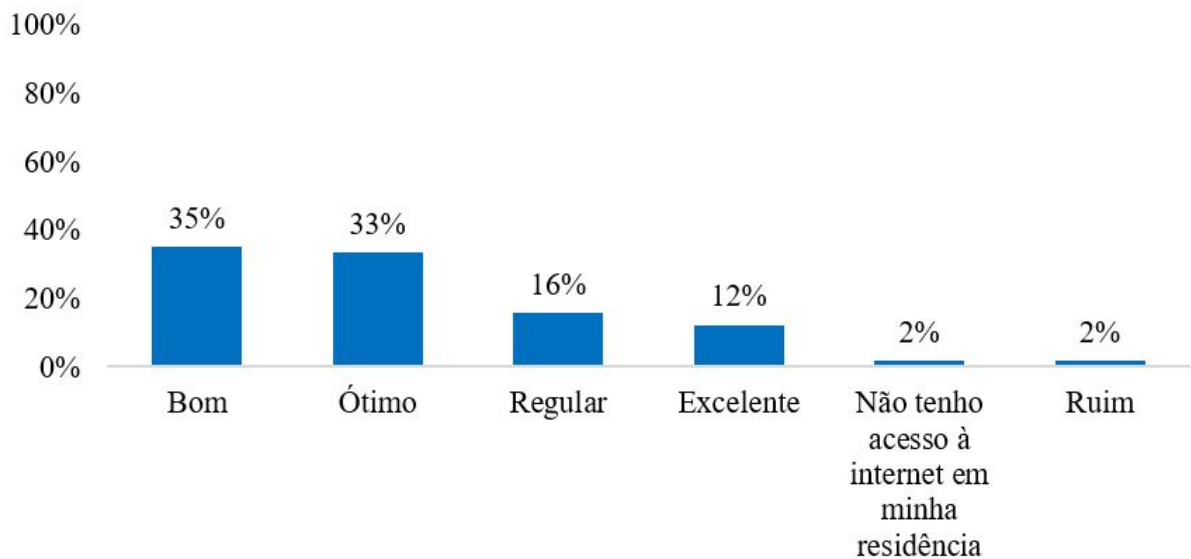
Fonte: Arquivo MEP-VR.



Dos 75 alunos do pré-vestibular 57, ou seja 76%, responderam ao questionário. Destes, 23% eram homens e 77%, mulheres. O bairro de moradia dos estudantes é bem diverso, contudo, notou-se uma concentração no bairro Retiro (11 alunos).

O Gráfico 3 indica que, em geral, os alunos respondentes têm acesso de qualidade à internet. Entretanto, há 20% com qualidade regular, ruim ou sem internet. Esse fato afeta as atividades online relacionadas ao estudo. O meio mais usado no acesso à internet é o celular para 98,2%, e em segundo, aparece o computador, para 38,6%<sup>41</sup>.

Gráfico 3 - Qualidade do acesso à internet em seu local de moradia



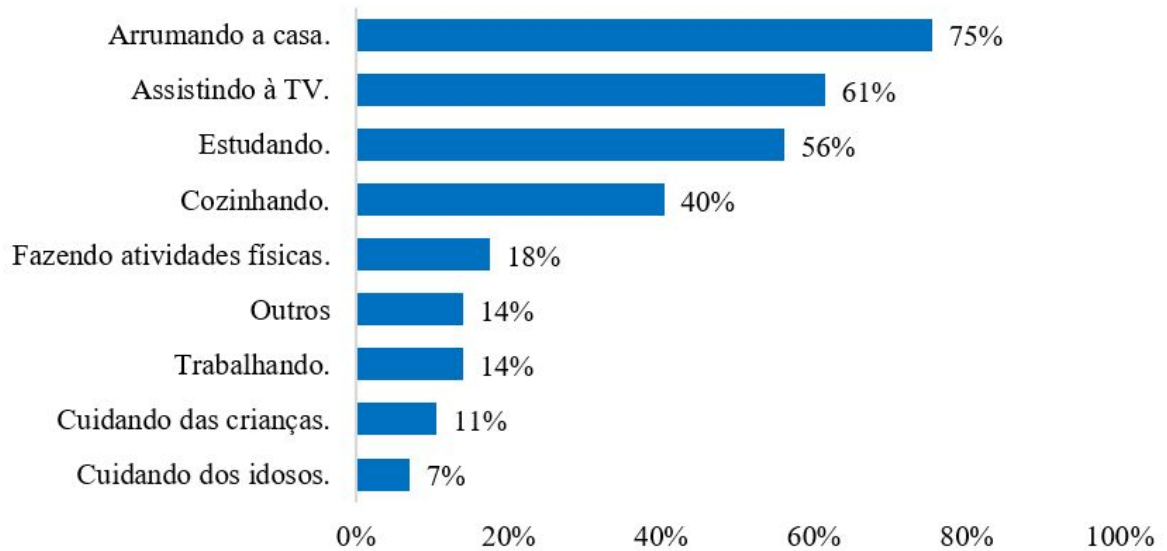
Fonte: Sondagem Popular, 2020.

Quando os alunos responderam a esse questionário, 86% estavam conseguindo ficar em casa. Segundo o Gráfico 4, as atividades mais realizadas foram: arrumar a casa, assistir à televisão e estudar. Chama a atenção que, mesmo com o isolamento social e um contexto socioeconômico incerto, os alunos estão tentando se preparar para as provas de vestibular. As atividades cotidianas, muitas vezes relacionadas com o cuidado da casa e de outras pessoas, são conciliadas com algum tempo dedicado aos estudos.

<sup>41</sup> Nesta pergunta, o entrevistado poderia marcar mais de uma questão, por isso, a porcentagem foi calculada para cada categoria de resposta.



Gráfico 4 – Atividades realizadas durante o isolamento social



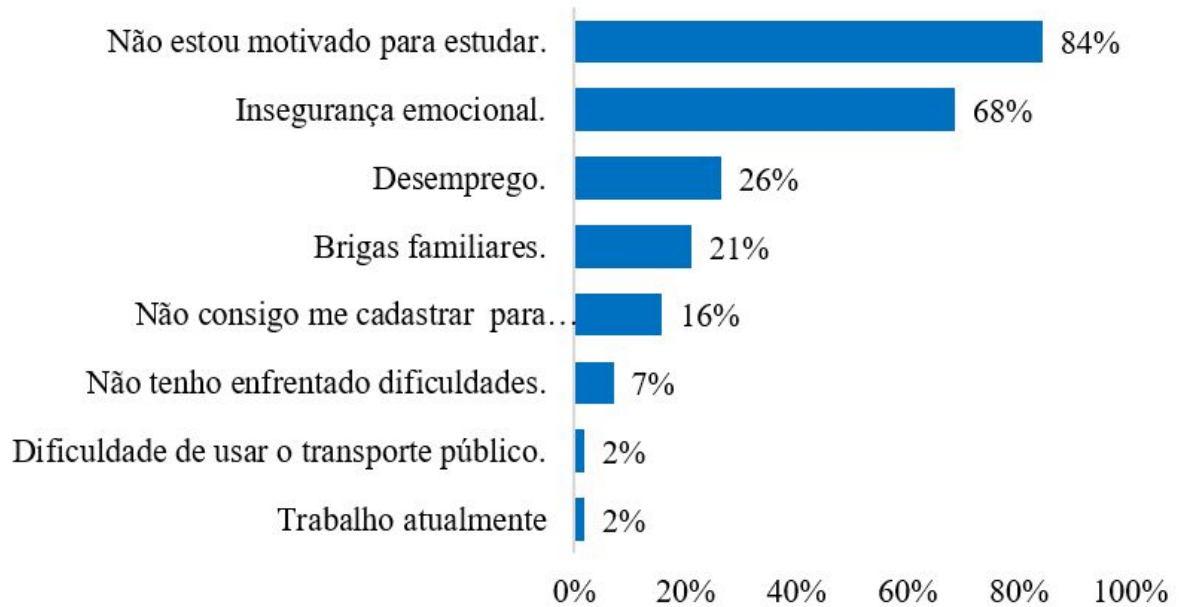
Fonte: Sondagem Popular, 2020.

Mesmo os alunos afirmando que estavam estudando durante o período de isolamento social, 84% disseram não haver motivação para estudar, conforme descrito no Gráfico 5. Nota-se uma insegurança emocional elevada (68%) e que muitos alunos estavam passando por diversas dificuldades, como desemprego (26%), dificuldade em se cadastrar para receber o auxílio emergencial (16%) e brigas familiares (21%). As dificuldades assinaladas pelos alunos refletiram na escala de bem-estar, de 1 até 10, em que 10 significa “me sinto muito bem” e 1 “não me sinto muito bem”. 46% dos respondentes assinalaram 4 ou menos.

Os resultados apresentados indicaram que os alunos estavam enfrentando vários problemas que poderiam dificultar o desempenho individual nos estudos. Nesse sentido, os professores precisaram adaptar suas práticas docentes buscando, mesmo que a distância, fortalecer o vínculo com os discentes. Foi um desafio ajustar a relação ensino/aprendizagem abruptamente diante do contexto que ainda estamos vivenciando.



Gráfico 5 - Dificuldades encontradas no isolamento social



Fonte: Sondagem Popular, 2020.

De acordo com o Gráfico 6, 63% dos respondentes estavam assistindo às aulas online do MEP. Tal indicação revelou que essa medida estava surtindo efeito na aprendizagem dos alunos. Em contrapartida, 47% dos respondentes não conseguiam estudar, possivelmente, por causa das dificuldades impostas pelo isolamento social que contribuíram para o desânimo perante os estudos. Cabe destacar que 11% dos respondentes também estudavam por meio dos métodos mais tradicionais, como livros e grupos de estudo.



Gráfico 6 - Isolamento e estudos



Fonte: Sondagem Popular, 2020.

Do total, 37% dos alunos responderam que não estavam assistindo às aulas online do MEP; destes, 55% (12) afirmaram que não conseguiam se concentrar em casa para tal atividade, e 14% (3) não gostavam de aulas online. Esses estudantes precisaram de maior atenção para não se desmotivarem perante as dificuldades impostas pelo distanciamento social.

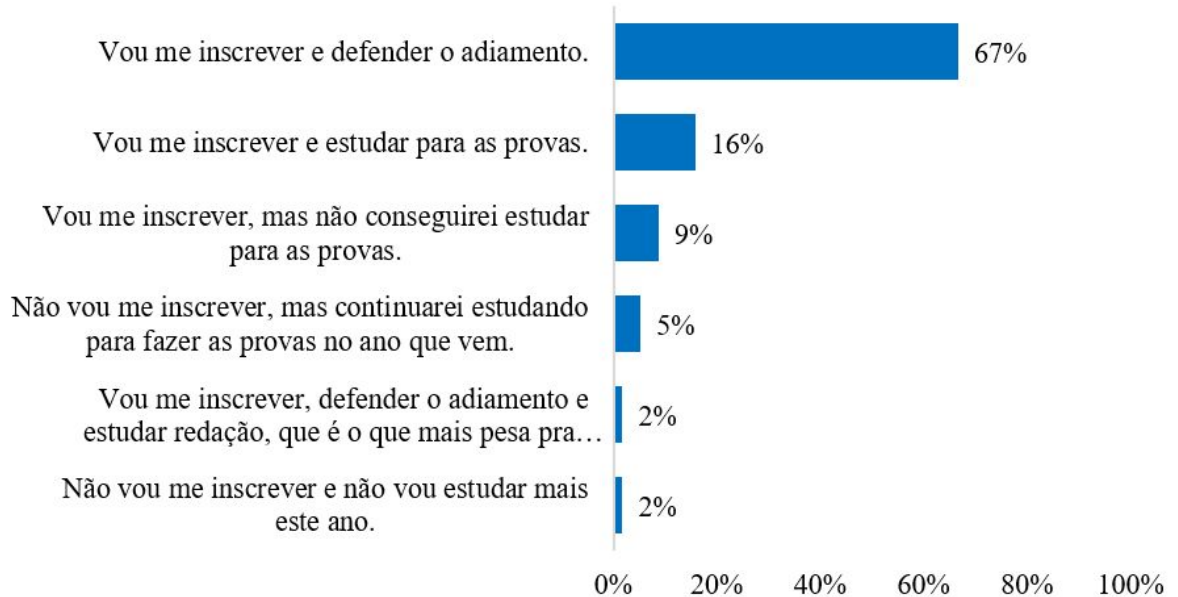
Diante da indecisão, que os alunos estavam vivenciando, sobre o adiamento do ENEM, 95% dos respondentes afirmaram que seriam prejudicados se o ENEM não fosse adiado. De acordo com o Gráfico 7, 67% dos respondentes se inscreveriam, mas continuariam a defender o adiamento das provas, conseguindo ou não estudar. Apenas 16% se inscreveriam e teriam condições de estudar para as provas, enquanto 2% dos alunos afirmaram que não pretendiam se inscrever no ENEM e também não estudariam mais em 2020.

Em maio de 2020, ainda não havia uma definição do Ministro da Educação sobre como seria o ENEM do ano vigente. Por isso, havia um movimento forte de pressão para o adiamento das provas. Em junho de 2020, houve uma enquete do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) sobre esse assunto e, por fim, as provas foram adiadas para janeiro de 2021.





Gráfico 7 - O que pretender fazer em relação ao ENEM



Fonte: Sondagem Popular, 2020.

Essa sondagem interna com os estudantes, portanto, conseguiu mapear aspectos importantes da vida dos alunos relacionados a seus estudos e à pandemia para que os professores pudessem estabelecer medidas para continuarem as atividades do Pré-vestibular Cidadão.

## Considerações Finais

As sondagens populares feitas pelo MEP já são tradicionais em Volta Redonda e conseguem provocar reflexões sobre diversos temas entre os moradores da cidade, estabelecendo um diálogo com a sociedade civil e com os gestores locais.

O resultado das atividades socioambientais, no âmbito da pedreira da Voldac, engajou os voluntários e alunos do MEP para que o espaço em questão fosse recuperado e transformado em uma área de lazer. A partir das mobilizações descritas neste artigo, foi possível estabelecer um diálogo com o poder público que culminou no pedido de transformação da antiga “Pedreira da Voldac” em uma Unidade de Conservação.



A segunda sondagem popular que teve destaque neste artigo engajou os alunos do PVC para que a maior parte deles respondesse o questionário sobre o estudo e a pandemia. Apoiados nos resultados dessa sondagem, os professores puderam refletir sobre as condições sociais dos estudantes durante o período de isolamento social e suas principais motivações, estabelecendo estratégias para continuarem com as atividades do pré-vestibular cidadão no formato online.

Há um processo de continuidade de escuta pedagógica dos alunos e professores, tanto que outra sondagem já está sendo concluída e configurará nas avaliações e nos planejamentos para 2021.

## Referências

BARNABÉ, Renato Luiz; LOPES, Marcele Maria Ferreira; SILVA, Maria do Carmo Real; MELO, Elizabete Pereira; BARBOSA, Claudio José da Silva; SILVA, José Maria. *Experiências de Educação Popular no Pré-Vestibular Cidadão do Movimento Ética na Política de Volta Redonda*. XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. UNIVAP, 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LOPES, Marcele Maria Ferreira; PAULINO, Davi de Souza; GARCIA, Pedro Paulo Vidal Bichara; SILVA, Karina Avelar da; PIRASSOL, Nirlene Tepedino. *20 anos do Pré-Vestibular Cidadão em Volta Redonda: entre a escuta e o 'Educar Com' em tempo de pandemia*. XXIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica (XXIV INIC), 2020.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. Editora Atlas, 1999.



SILVA, José Maria; COSTA, Elisa Andrade; TRECE, Rafael Stocco; LIMA, Luís Eduardo Ferreira; SILVA, Carolina Real; SILVA, Sílvia Real. *Sondagens Populares do MEP-VR: pedagogia para uma cidadania ativa. I Seminário Memória, Trabalho e Direitos Humanos no Sul Fluminense*. UFF. Outubro de 2017.



## Igreja Batista dos Direitos Humanos

Somos, inspirados na mensagem radical do evangelho, uma comunidade de fé que carrega em seu nome o signo dos Direitos Humanos. Não como uma aspiração individualizada que exige direitos alienados da responsabilidade comunitária, mas, antes, uma conquista coletiva garantidora de um ambiente propício à vida plena e irrestrita. Lugar onde juntos ensinamos e aprendemos a lutar de mãos dadas pela igualdade de direitos, inclusive a de sermos diferentes e termos nossa diversidade respeitada em sua totalidade para que tenhamos acesso à dignidade de vida.

Num mundo marcado por um modelo econômico, social, religioso e político excludente e violento, particularmente com grupos vulneráveis, queremos dispor nossa espiritualidade, teologia e práxis a serviço da resistência e da luta por um mundo mais próximo da proposta de Jesus de Nazaré. Lugar onde todos sejam tratados, aceitos e encorajados a integrarem as fileiras dos que perceberam que o mundo e a humanidade não são mercadorias da fé a serem conquistadas e dominadas, mas, ao contrário, partes indivisíveis a serem igualmente cuidadas.

Somos uma comunidade de fé que chora, sente e reage com indignação aos ataques e desmontes de todas as ações afirmativas conquistadas com sangue e suor de muitas irmãs e irmãos que, no passado, desafiaram as estruturas de morte, fazendo com que suas vidas ainda nos falem. Assim, a partir do cuidado na igreja local que se estende para seu entorno, agregando outros corpos e vozes que igualmente se empenham pelos Direitos Humanos, queremos agir com empatia, amor e contundência 'para que todos tenham vida abundante', como Jesus e seus discípulos Francisco de Assis, William Wilberforce, Madre Teresa, John Wesley, Rosa Parks, Luther King se empenharam para estabelecer.

Buscamos, com a consciência de que a fé é postura que dá a esperança que nos move, colocarmo-nos a serviço das cidades, cidadãs e cidadãos ao juntar nossa devoção a outras espiritualidades e saberes na direção que congregue amor e coragem com aquelas e aqueles que igualmente aspiram por uma espiritualidade que nos socorra desta tenebrosa teo-milico-cracia hostil, bélica e inimiga que se instalou no país. Fazendo-nos,



desta maneira, trocar o sentimento de vingança que encheu de amargor a boca do povo pelo insistente e doce desejo de uma 'justiça que corra como um rio'.

Somos irmãs e irmãos evangélicxs, mulheres, homens, LGBTQs, negros, índios, crianças e toda rica diversidade humana em sua plenitude, traduzida como uma igreja promotora de ações afirmativas que estabeleçam, além do direito à igualdade, a luta por uma proposta de fé que garanta a liberdade à diferença para sermos quem somos em nossa inteireza. Em Cristo, não há gênero, cor, raça, origem ou qualquer outra característica que faça de alguém superior ou inferior a outro, pois Nele fomos criados em imagem e semelhança.

Iniciamos nossa caminhada em janeiro de 2020, exatamente na iminência da pandemia que nos atravessaria, por isso nosso primeiro ano foi vivido na maior parte do tempo com distanciamento físico. Mesmo assim, mantivemos o sentimento de fraternidade que enche nossos corpos, a despeito de toda crise sanitária e econômica que a todos afeta.

Em março, às vésperas do isolamento social imposto pela Covid-19, realizamos em parceria com o Observatório dos Direitos Humanos e outras organizações, o lançamento do livro "Jesus e os Direitos Humanos", realizado no Instituto de Educação Manuel Marinho, onde reunimos debatedores para, a partir da temática do livro, analisarmos a relação entre a fé e a luta pelos direitos fundamentais.

De abril em diante, realizamos uma série de diálogos transmitidos pelo nosso Instagram. Convidamos vários atores e atrizes para falarmos de questões que nos atravessam enquanto sociedade, tais como racismo, trabalho, misoginia, LGBTQfobia, política. Tudo isso, por entendermos que a religião não deve alienar-se do mundo da vida.

Em outubro, retomamos nossas reuniões presenciais após analisarmos o quadro epidemiológico, com encontros quinzenais, com isso, estamos mutuamente nos cuidando da saúde física e emocional, além de retomar nossos projetos de auxílio à comunidade local.



# **Instituto DAGAZ – 10 anos construindo histórias**

**Samir Gaione de Faria**

**Douglas A Brigida**

**Camila Bispo**

**Ane Caroline Teixeira**

**Marinez Fernandes**

**Juliana Silva**

**Marcia Fernandes**

**Claudia Lima**

Fundado em 2009, o Instituto DAGAZ é uma organização civil sem fins lucrativos, que visa promover o desenvolvimento sociocultural de comunidades em situação de risco e vulnerabilidade social com foco na garantia de Direitos. O escopo de suas ações está na criação de mecanismos e tecnologias de desenvolvimento humano e a construção da Cidadania.

O DAGAZ é uma instituição que tem o compromisso no desenvolvimento de projetos e ações que promovam a educação, a cultura, o meio ambiente e o esporte. Seus projetos autorais lançam mão de atividades como ferramentas para um processo transformador de uma fatia da sociedade constantemente privada do acesso aos serviços públicos básicos. Possui certificação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, bem como registro na Agência Nacional do Cinema (ANCINE), tendo recebido, no ano de 2011, a titularidade de “Utilidade Pública de Volta Redonda” pela Câmara Municipal de Vereadores e, em 2019, de “Utilidade Pública de Estadual” pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro; é Ponto de Cultura, Ponto de Memória do Brasil, Ponto de Ludicidade e Ponto de Leitura. Com a biblioteca comunitária, foi contemplado com vários entre eles o Prêmio de Cultura Popular – Teixeira, um dos maiores reconhecimentos de iniciativas que visam fortalecer e dar visibilidade a atividades da cultura popular e tradicional de todo o Brasil, com o espaço Museu Social dos Quilombos do Rio de Janeiro, localizado na Fazenda Santa do Turvo Distrito de Amparo em Barra Mansa.



Ponto de Memória Afro: Em 2015, o Ministério da Cultura e o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) contemplaram o Dagaz com o Prêmio Ponto de Memória. Essa premiação visa selecionar ações que desenvolvem iniciativas de preservação de memória e composição de museologia social. Busca também reconhecer, incentivar e fomentar a continuidade e a sustentabilidade na perspectiva do Programa Ponto de Memória, com o livro “A Cozinha dos Quilombos: Sabores, Territórios e Memórias”, a primeira produção literária da ONG.

Também pela produção dessa obra, o instituto conquistou o Prêmio de Cultura Afro-Fluminense 2015. Com o objetivo de reconhecer e fomentar um segmento ignorado por muitos anos pela sociedade, a ação foi promovida pela Secretaria de Estado de Cultura, em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

O livro “A Cozinha dos Quilombos: Sabores, territórios e memórias” é resultado de um projeto de pesquisa desenvolvido pelo Instituto Dagaz, em 2014, que mapeou e visitou 29 comunidades remanescentes quilombolas do Estado do Rio de Janeiro. Com intuito de identificar, culturas e costumes culinários. A obra apresenta os remanescentes quilombolas, com relatos de pratos tradicionais das comunidades e fotos expressivas, assim como os territórios onde estão localizados e a oralidade de suas histórias contadas pelos mais velhos ( Griôs) .

Desde o lançamento do livro, o instituto promove a circulação de uma exposição com fotografias selecionadas da obra, não se limitando à região. O livro não é comercializado, mas está disponível para acesso online gratuito e para download no site: [br.acozinhadosquilombos.com.br](http://br.acozinhadosquilombos.com.br).

O Instituto DAGAZ é responsável por promover um dos maiores eventos literários fora do eixo Rio São-Paulo: Bienal do Livro de Volta Redonda que, em 2021, terá sua quarta edição. A Bienal acontece estrategicamente em área periférica, onde o entorno tem participação efetiva desde as decisões, geração de renda e valorização da comunidade com acesso gratuito, com acessibilidade e democratização, fruição e difusão do segmento livro e leitura, consolidando o compromisso com as metas da UNESCO, ONU e com o ECA (artigo 53).

O Dagaz utiliza o audiovisual com o projeto Cinestesia Um Jeito Diferente de Fazer Cinema , que é o maior projeto de cinema itinerante da região e se configura como muito mais que um polo de exibição cinematográfica, por entender que a função do



cinema vai além do entretenimento. Trata-se, na verdade, de uma poderosa ferramenta para a transformação social por fazer pensar, provocar o desenvolvimento de consciência e o senso crítico. Para tanto, as exposições do Cinestesia vão além do habitual cinema comercial. Elas têm um público-alvo específico: estudantes e professores da rede de ensino da educação básica. A princípio, as exposições ocorriam mensalmente em um espaço fixo – o Condomínio Cultural do Instituto Dagaz –, alternando-se com exposições em escolas e em outros espaços culturais. Com Cinestesia às Margens, chegamos às casas dos moradores, que é transformada em uma sala de cinema, onde os espectadores são convidados da família que recebe a sessão, escolhe a temática e, após a exposição, participa de um debate com um especialista convidado. O objetivo é o fortalecimento de vínculos familiares.

Ao longo dos anos, o projeto atendeu aproximadamente mais de 52.000 mil pessoas, entre crianças, adolescentes e jovens. Desde 2015, o cinema chegou à unidade do DEGASE (Departamento de Medidas Sócio Educativas em privação de liberdade) Centro de Socioeducação Irmã Asunción de La Gándara Ustara e aos CRIAAD (adolescentes em liberdade assistida).

O projeto Condomínio Cultural, que completou 11 anos, é espaço localizado no complexo Santo Agostinho, em Volta Redonda, onde mantém atividades sistemáticas gratuitas para aproximadamente 450 assistidos em diversas faixas etárias, prioritariamente crianças, adolescentes e jovens, com teatro, balé, futsal, rugby, capoeira, música, dança e cursos de inclusão digital. Todos os integrantes são acompanhados por uma equipe multidisciplinar.

Em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, o Dagaz realiza o Projeto Sala Verde, coordenado pela Secretaria de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente (SBIO/MMA). Consiste no incentivo à implantação de espaços socioambientais para atuarem como potenciais centros de informação e formação ambiental, onde realizamos uma agenda de ações com a comunidade local durante todo ano.

Desde 2018, o Instituto vem participando e ajustando suas metas para atender aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que foram instituídos pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um apelo universal para proteger o planeta e garantir que todas as pessoas tenham dignidade. O desenvolvimento sustentável é aquele que consegue atender às necessidades da geração atual sem





comprometer a existência das gerações futuras. Em setembro de 2015, percebendo que os indicadores econômicos, sociais e ambientais dos últimos anos eram pessimistas quanto ao futuro das próximas gerações, a Organização das Nações Unidas (ONU) propôs que os seus 193 países membros assinassem a Agenda 2030, um plano global composto por 17 objetivos (ODSs ) e 169 metas para que esses países alcancem o desenvolvimento sustentável em todos os âmbitos até 2030. Cada objetivo e suas respectivas metas abordam aspectos diferentes que convergem pelo fato de serem essenciais para a viabilidade de uma sociedade sustentável.

# Sobre os autores

**Alejandra Estevez**, historiadora e socióloga, doutora em sociologia pela UFRJ e pós-doutora pelo PPHPBC/CPDOC/FGV. Profa. adjunta do Departamento Multidisciplinar da UFF, campus Volta Redonda e coordenadora do projeto “Direito à cidade e a luta por moradia”. [alestevez@id.uff.br](mailto:alestevez@id.uff.br)

**Alice Pereira Tavares**, psicóloga, integrante do Grupo de Pesquisa em Desutilidades Urbanas (GPDU) e do Projeto de Extensão Oficinas de Montagem (Proex/UFF/ODH/UFF). [ptavaresalice@gmail.com](mailto:ptavaresalice@gmail.com)

**Ana Cabral Rodrigues**, psicóloga, doutora em Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (UFRJ), professora Adjunta do Departamento de Psicologia UFF/VR e Programa de Pós Graduação em Psicologia (IP/UFF). Coordenadora do Projeto de Extensão Oficinas de Montagem (Proex/UFF/ ODH/UFF) e do Grupo de Pesquisa em Desutilidades Urbanas (GPDU/UFF). [acrodriques@id.uff.br](mailto:acrodriques@id.uff.br)

**Ana Carolina de Meneses Teixeira**, discente de Psicologia na Universidade Federal Fluminense (UFF/PUVR) e integrante do projeto de pesquisa “O feminino no imaginário social da CSN nas décadas de 60 e 70 e o papel ativo das mulheres nas greves da década de 80”. [anameneses@id.uff.br](mailto:anameneses@id.uff.br)

**Ana Clara Dias Oliveira de Almeida**, discente de Psicologia na Universidade Federal Fluminense (UFF/PUVR) e do projeto de pesquisa “O feminino no imaginário social da CSN nas décadas de 60 e 70 e o papel ativo das mulheres nas greves da década de 80”. [anacladiaslameida@gmail.com](mailto:anacladiaslameida@gmail.com)

**Ana Paola Frare**, psicóloga, doutora em Pesquisa e Clínica Psicanalítica pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Prof. Adjunta da Universidade Federal Fluminense, Campus Volta Redonda. Coordenadora do Núcleo de Atenção às Violências Estruturais (NAVE). [anapaolafrare30@gmail.com](mailto:anapaolafrare30@gmail.com)

**Ana Paula V. Gonçalves**, doutora em sociologia e colaboradora do MEP.

**Ane Caroline Teixeira**. Conselho Fiscal do Instituto DAGAZ.

**Anderson Ribeiro**, discente de Psicologia na Universidade Federal Fluminense (UFF/PUVR). Bolsista Desenvolvimento acadêmico do Projeto de Extensão Oficinas de Montagem (2019 - 2020) e integrante do Grupo de Pesquisa em Desutilidades Urbanas (GPDU). [andersons@id.uff.br](mailto:andersons@id.uff.br)

**Anelise da Costa Andrade**, discente do curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora bolsista do DATA - Pesquisa em Informática Aplicada e Estudos Organizacionais pelo Edital PROPPI-PROGRAD-PROEX para o enfrentamento da COVID - 19 no ano de 2020. Pelo grupo, atuou como coordenadora de equipe no projeto de extensão com os conteúdos "TBT" e "Respira e se Inspira", além de administrar as postagens. [aneliseandrade@id.uff.br](mailto:aneliseandrade@id.uff.br)

**Beatriz Regina Mobicce Nunes**, discente de Psicologia na Universidade Federal Fluminense (UFF/PUVR), integrante do Grupo de Pesquisa em Desutilidades Urbanas (GPDU) e do Projeto de Extensão Oficinas de Montagem (Proex/UFF/ODH/UFF). beatriz\_nunes@id.uff.br

**Bianca Novaes de Mello**, psicóloga, doutora em Psicologia Clínica pela PUC-Rio. Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense - Polo Volta Redonda (UFF/PUVR). Coordenadora do projeto de pesquisa “O feminino no imaginário social da CSN nas décadas de 60 e 70 e o papel ativo das mulheres nas greves da década de 80”.biancanovaes@id.uff.br

**Camila Bispo**, diretora financeira do Instituto DAGAZ.

**Clara Celina Ribeiro da Rosa**, discente do curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora bolsista do DATA - Pesquisa em Informática Aplicada e Estudos Organizacionais pelo Edital PROPPI-PROGRAD-PROEX para o enfrentamento da COVID - 19 no ano de 2020. Ainda pelo grupo, atuou como coordenadora de equipe no projeto de extensão atuando com os conteúdos "Dados" e "Cultura". claracelina@id.uff.br

**Claudia Lima**, pedagoga do Instituto DAGAZ.

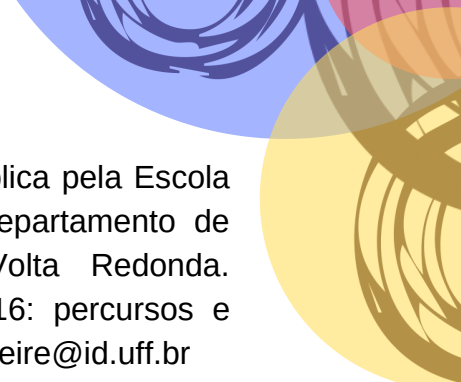
**Crysmilla de Souza Silva**, discente de Psicologia na Universidade Federal Fluminense (UFF/PUVR) e do projeto de pesquisa “O feminino no imaginário social da CSN nas décadas de 60 e 70 e o papel ativo das mulheres nas greves da década de 80”. crysmillasouza@id.uff.br

**Douglas A. Brigida**, vice-presidente do Instituto DAGAZ.

**Elaine Ribeiro Sigette**, administradora, artista plástica, neurocientista do comportamento, doutora em Engenharia de Sistemas e Computação pelo PESC/COPPE/UFRJ. Pós doutoranda do Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC/UFRJ). Professora adjunta no Departamento do Curso de Administração e Administração Pública do ICHS/PUVR/UFF. Coordenadora do projeto TECNOFEM - Lugar de fala. elainesigette@id.uff.br

**Eliana Gonçalves de Souza**, discente de Psicologia na Universidade Federal Fluminense (UFF/PUVR), integrante do Grupo de Pesquisa em Desutilidades Urbanas (GPDU) e do Projeto de Extensão Oficinas de Montagem (Proex/UFF/ODH/UFF). souzaeliana@id.uff.br

**Elisa A. Costa**, mestra em Letras Vernáculas (Literatura Brasileira – UFRJ) e profa. voluntária do Pré-Vestibular Cidadão do MEP.



**Flávia Helena M. de A. Freire**, psicóloga, Doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da FIOCRUZ, Profa. Adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, campus Volta Redonda. Coordenadora do projeto de pesquisa Genealogia da Lei 10.216: percursos e atores da reforma psiquiátrica e da política de saúde mental. [flaviafreire@id.uff.br](mailto:flaviafreire@id.uff.br)

**Gabriella T. Mateus**, acadêmica de Geologia (UFES) e colaboradora da equipe ambiental do MEP.

**Gabriel Suckow Leite**, graduando do curso de Psicologia na Universidade Federal Fluminense e voluntário no Projeto de Extensão “Ludicidade & Consciência” vinculado ao Observatório de Direitos Humanos do Sul Fluminense. [gabrielsuckow@id.uff.br](mailto:gabrielsuckow@id.uff.br)

**Gerson Ramos Brandão**, discente de Psicologia na Universidade Federal Fluminense (UFF/PUVR), bolsista do Projeto de Extensão Oficinas de Montagem (Proex/UFF/ODH/UFF) e integrante do Grupo de Pesquisa em Desutilidades Urbanas (GPDU) e do Núcleo de Atenção às Violências Estruturais (NAVE). [gersonramos@id.uff.br](mailto:gersonramos@id.uff.br)

**Isabella Ferreira Mendonça**, discente de Psicologia na Universidade Federal Fluminense (UFF/PUVR) e integrante do projeto de pesquisa “O feminino no imaginário social da CSN nas décadas de 60 e 70 e o papel ativo das mulheres nas greves da década de 80”. [isabellafm@id.uff.br](mailto:isabellafm@id.uff.br)

**Isadora de Almeida Dutra**, discente de Psicologia na Universidade Federal Fluminense (UFF/PUVR), integrante do Grupo de Pesquisa em Desutilidades Urbanas (GPDU) e do Projeto de Extensão Oficinas de Montagem (Proex/UFF/ODH/UFF) [isadoradutra@id.uff.br](mailto:isadoradutra@id.uff.br)

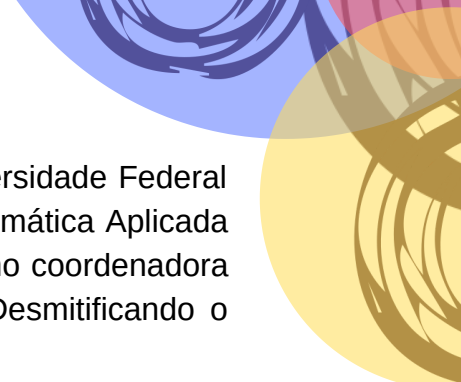
**Jéssica Kely Soares do Carmo de Castro Silva**, psicóloga formada pela UFF, pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Desutilidades Urbanas (GPDU/UFF). Atriz em formação pelos coletivos Sala Preta e Núcleo à Margem (Barra Mansa). Trabalhadora da rede de Saúde Mental do município de Volta Redonda. [jessica.kelly\\_vr@hotmail.com](mailto:jessica.kelly_vr@hotmail.com)

**José Maria da Silva**, ex-metalúrgico da CSN e cofundador do MEP.

**Juliana de Freitas B. Souza**, discente de Psicologia na Universidade Federal Fluminense, monitora da disciplina de Psicologia Social II (UFF/PUVR) e integrante do Núcleo de Atenção às Violências Estruturais (NAVE). [jbarros@id.uff.br](mailto:jbarros@id.uff.br)

**Juliana Pinheiro da Silva**, discente de Psicologia na Universidade Federal Fluminense, monitora da disciplina Introdução à Psicologia Social (UFF/PUVR), integrante do Núcleo de Atenção às Violências Estruturais (NAVE). [jupinheiro@id.uff.br](mailto:jupinheiro@id.uff.br)

**Juliana Silva**, assistente social do Instituto DAGAZ.



**Karen Marcelle Ribeiro**, discente do curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora voluntária do DATA - Pesquisa em Informática Aplicada e Estudos Organizacionais no ano de 2020. Pelo grupo, atuou como coordenadora de equipe no projeto de extensão como redatora do conteúdo "Desmitificando o feminismo". kmribeiro@id.uff.br

**Letícia Bastos de Oliveira**, discente de Direito na Universidade Federal Fluminense (UFF/PUVR) e integrante do projeto de pesquisa "O feminino no imaginário social da CSN nas décadas de 60 e 70 e o papel ativo das mulheres nas greves da década de 80". leticianunes.rrn@gmail.com

**Lígia G. Soares da Silva**, economista, doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Profa. Adjunta da Universidade Federal Fluminense, campus Volta Redonda. Coordenadora do Núcleo de Atenção às Violências Estruturais (NAVE). ligiasoares@id.uff.br

**Livia Campos Werneck de Andrade** discente de Psicologia na Universidade Federal Fluminense (UFF/PUVR), integrante do Grupo de Pesquisa em Desutilidades Urbanas (GPDU) e do Projeto de Extensão Oficinas de Montagem (Proex/UFF/ ODH/UFF). liviawerneck@id.uff.br

**Liz Flôres Fernandes da Silva**, discente de Psicologia na Universidade Federal Fluminense (UFF/PUVR), integrante do Núcleo de Atenção às Violências Estruturais (NAVE). lizflores@id.uff.br

**Lohany Corona Seabra**, graduanda do curso de Direito na Universidade Federal Fluminense, bolsista do Observatório de Direitos Humanos do Sul Fluminense, integrante do projeto "Direito à Cidade e a luta por moradia", coordenadora de Direitos Humanos da Federação Nacional dos Estudantes de Direito e integrante do Centro Acadêmico Dom Waldyr Calheiros do curso de Direito da UFF/VR. lohany.corona@hotmail.com

**Luis Henrique Abegão**, engenheiro eletricista pela UNESP, com mestrado e doutorado em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ. Professor Associado do Departamento de Administração e Administração Pública do ICHS/UFF. Tutor do Grupo PET - Gestão Social vinculado ao Programa de Educação Tutorial da Sesu/MEC desde 2010 e Coordenador da InTECSOL - Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária do Médio Paraíba.

**Luísa F. Viana**, acadêmica de letras (CEDERJ) e profa. voluntária do Pré-Vestibular Cidadão do MEP.

**Luiz Claudio Oliveira dos Santos**, pastor da Igreja Batista dos Direitos Humanos. proclaudiosantos@gmail.com

**Luiza Meira do Nascimento**, discente de Psicologia na Universidade Federal Fluminense (UFF/PUVR), bolsista pela CNPq do Grupo de Pesquisa em Desutilidades Urbanas (GPDU) e integrante do Projeto de Extensão Oficinas de Montagem (Proex/UFF/ ODH/UFF). luizameira@id.uff.br

**Marcia Fernandes**. Planejamento Estratégico e Relações Institucionais do Instituto DAGAZ.

**Maria Clara Gonçalves Rodrigues Almico**, bolsista do projeto “Direito à cidade a luta por moradia” e integrante do Centro Acadêmico Dom Waldyr Calheiros do curso de Direito da UFF de Volta Redonda. mariaclaraalmico@id.uff.br

**Mariana Gil Massa**, discente de Psicologia na Universidade Federal Fluminense (UFF/PUVR), integrante do Grupo de Pesquisa em Desutilidades Urbanas (GPDU) e do Projeto de Extensão Oficinas de Montagem (Proex/UFF/ ODH/UFF). marianagilmassa@id.uff.br

**Marinez Fernandes**. Projeto e Captação de Recursos do Instituto DAGAZ.

**Matheus Gomes dos Santos e Silva**, graduando do curso de Psicologia na Universidade Federal Fluminense, representante discente da Regional Rio de Janeiro na Associação Brasileira de Psicologia Social e integrante do Observatório de Direitos Humanos do Sul Fluminense. gomesmatheus@id.uff.br

**Nancy Lamenza Sholl da Silva**, psicóloga, doutora em Estudos Latinoamericanos pela Universidade Nacional Autônoma de México. Profa. Adjunta da Universidade Federal Fluminense, Campus Volta Redonda. Coordenadora do Núcleo de Atenção às Violências Estruturais (NAVE). nancylamenza@gmail.com

**Paula Klier**, psicóloga, mestranda no programa de Pós-graduação em psicologia clínica pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora na área da saúde com ênfase nas discussões sobre Políticas Públicas e Direitos Humanos. Membro do grupo de pesquisa: Inativos, conhecimento e cuidado (UFF). klier.paula@gmail.com

**Paula Parada Oliveira**, graduanda do curso de Psicologia na Universidade Federal Fluminense e voluntária da Rede Entre Nós, projeto vinculado ao Observatório de Direitos Humanos do Sul Fluminense. paulaparada@id.uff.br

**Rafael Mendonça Dias**, psicólogo, doutor em Psicologia pela UFF, coordenador do Observatório de Direitos Humanos do Sul Fluminense. Professor adjunto do Departamento de Psicologia (ICHS), campus Volta Redonda. Coordenador do projeto de pesquisa Genealogia da Lei 10.216: percursos e atores da reforma psiquiátrica e da política de saúde mental. rafaeldias@id.uff.br

**Raíssa Rodrigues Vieira dos Santos**, discente de Psicologia na Universidade Federal Fluminense (UFF/PUVR), estagiária da Rede de Saúde Mental de Volta Redonda, integrante do Núcleo de Atenção às Violências Estruturais (NAVE). raissarodrigues@id.uff.br

**Rodrigo Souza Siqueira Júnior**, graduando em Direito na Universidade Federal Fluminense, Secretário Geral da Federação Nacional dos Estudantes de Direito, membro do Centro Acadêmico Dom Waldyr Calheiros do curso de Direito da UFF de Volta Redonda. rodrigossjr@gmail.com

**Samir Gaione de Faria**, presidente do Instituto DAGAZ.

**Sílvia Real**, mestra em Geociências e Meio Ambiente (UNESP) e coordenadora da equipe ambiental do MEP.

**Sofia Iara Penido Esparza**, discente de Psicologia na Universidade Federal Fluminense (UFF/PUVR), estagiária da Rede de Saúde Mental de Volta Redonda, integrante do Núcleo de Atenção às Violências Estruturais (NAVE). sofiaiara@id.uff.br

**Tamara Vicaroni da Silva**, discente de Psicologia na Universidade Federal Fluminense, monitora das disciplinas Políticas de Saúde II e Trabalho, Educação e Saúde (UFF/PURV) estagiária da Rede de Saúde Mental de Volta Redonda - SUS, integrante do Núcleo de Atenção às Violências Estruturais (NAVE). tamaravicaroni@id.uff.br

**Victoria Lopes Rocha**, graduanda de Psicologia na Universidade Federal Fluminense e extensionista da INTECSOL - Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária do Médio Paraíba e da Rede de Cooperação Solidária Entre Nós. victorialr@id.uff.br

## Nossos parceiros

### Parceiros internos

**Canal Cinema e Sociedade: Um olhar com foco na sociedade em movimento**

<https://youtube.com/CinemaeSociedade> | [facebook.com/Cinemaesociedade](https://facebook.com/Cinemaesociedade) | @cinema\_e\_sociedade

**Centro Acadêmico Dom Waldyr Calheiros (CADOM) - Direito UFF VR**

[Facebook.com/direito.uffvr](https://facebook.com/direito.uffvr) | @cadomuffvr | [centrodomwaldyr@gmail.com](mailto:centrodomwaldyr@gmail.com)

**Centro de Memória do Sul Fluminense Genival Luiz da Silva**

<http://cemesf.vr.uff.br/> | [facebook.com/cemesf](https://facebook.com/cemesf) | @cemesf.gls

### **Entre Nós - Rede de Cooperação Solidária: iniciativas, articulações e desafios**

Facebook.com/entrenos.sulfluminense | @entrenosrj |  
entrenos.sulfluminense@gmail.com

### **Ludicidade e Consciência: Memória em jogo**

<https://odhsflu.vr.uff.br/>

### **Núcleo de Estudos Marxistas - NEM/UFF-VR**

Facebook.com/NEstudiosMarxistas | nucleoestudiosmarxistas@gmail.com

## **Parceiros externos**

### **Movimento Ética na Política (MEP)**

<https://mepvr.com.br/> | facebook.com/MEPVR | @mep.vr

### **Igreja Batista dos Direitos Humanos**

Facebook.com/ibadhumb | @ibadhumb

### **Instituto DAGAZ - Associação Cultural para Desenvolvimento de Tecnologias Humanas Cultura, Esporte, Educação e Garantia de Direitos**

<https://www.institutodagaz.com.br> | facebook.com/institutodagaz | @institutodagaz |  
institutodagaz@hotmail.com

## **Contato**

### **Observatório de Direitos Humanos do Sul Fluminense**

<https://odhsflu.vr.uff.br/> | facebook.com/odhsflu | @odhsflu | odhsflu@gmail.com